

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ELIDIO VICENTE PEREIRA NETO

**AS LIDERANÇAS TERENA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NAS ALDEIAS
URBANAS DE CAMPO GRANDE-MS**

CAMPO GRANDE/MS

2024

ELIDIO VICENTE PEREIRA NETO

**AS LIDERANÇAS TERENA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NAS ALDEIAS
URBANAS DE CAMPO GRANDE-MS**

Dissertação apresentada à banca julgadora, da
defesa do mestrado no Programa de Pós-
graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(PPGAS-UFMS).

Orientadora: Profa. Dra. Maria Raquel da Cruz
Duran

Linha de pesquisa: Povos e comunidades
tradicionais, fluxos e fronteiras

CAMPO GRANDE/MS

2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer imensamente a Deus, que me proporcionou as condições necessárias para que eu pudesse realizar este trabalho e também que eu pudesse concluir meus objetivos dentro do mestrado. Sempre foi um sonho entrar para o programa de mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e agora no final desta jornada, percebo o quanto enriqueci meus conhecimentos nesses dois anos de curso.

Em segundo lugar, quero agradecer à minha família que vem me apoiando imensamente desde os tempos de graduação e posso dizer com todas as letras que, sem eles, eu não teria chegado nem perto de concluir este mestrado. À minha esposa Gleyce, que também está finalizando seu mestrado em Filosofia, que sempre me apoia e caminha junto comigo em todas as áreas da minha vida e que, sem dúvida, devo a ela ter chegado aonde estou chegando, pois se não fosse por ela, nem teria terminado a minha graduação em Filosofia. Quero dizer que amo muito você e que ver o nosso progresso, me faz agradecer a Deus por ter enviado você para a minha vida. À minha mãe Maria que me apoia sempre em todas as decisões, me dando estabilidade emocional para a realização deste trabalho. Ao meu pai Elidio por ter me proporcionado através de sua sabedoria, a focar nos objetivos e colocar Deus acima de tudo. Ao meu irmão Luiz Felipe, por continuamente me incentivar aos estudos e procurando fazer com que ele possa se orgulhar das minhas conquistas.

Em terceiro lugar quero agradecer imensamente à minha orientadora Maria Raquel da Cruz Duran, que me guiou de forma exemplar e procurando me mostrar os caminhos para compreender cada vez mais o meu objeto de pesquisa. Não me esqueço das primeiras orientações a distância (pois a Raquel morava em Naviraí/MS) que a partir do meu projeto, foi ajustando de forma ímpar o meu trabalho. Ao professor Antônio Hilário Aguilera Urquiza que nas disciplinas ministradas me fez compreender melhor os povos indígenas e pra mim foi uma honra ter sido seu aluno. Aos demais professores como: Ricardo Cruz, Priscila Lini, Álvaro Banducci, Mara Aline e Francesco Romizi, quero também expressar minha imensa gratidão em terem feito parte da minha trajetória como discente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS).

RESUMO

Ao realizarmos uma pesquisa relacionada aos povos indígenas e seus desafios em um contexto urbano, nos abre um leque de possibilidades e questões a serem debatidas. No caso das lideranças terena em Campo Grande/MS, os desafios de fato já vêm ocorrendo há algumas décadas e várias problemáticas são discutidas por alguns autores. O presente trabalho visa trazer à tona algumas considerações pertencentes à política das lideranças terena no contexto de Campo Grande/MS como, por exemplo, o agir das lideranças terena das aldeias urbanas da cidade e como é esse lidar tanto com as aldeias que lideram, quanto com a população não indígena da cidade. A importância desta questão se dá justamente ao elencarmos no texto a adaptabilidade dos povos Terena desde as ocupações até mesmo na busca de uma melhor qualidade de vida como na qualificação profissional e nos estudos. Buscamos nos primeiros capítulos, realizar uma breve contextualização histórica dos povos terena na região que hoje é o estado do Mato Grosso do Sul. Em seguida, relacionamos com Clastres (2003), os modos de condução política (ou não), dos indígenas sul-americanos. No capítulo 3, realizamos nosso aguardado trabalho de campo buscando as lideranças indígenas das aldeias urbanas de Campo Grande/MS e as entrevistando, buscando sempre as diferentes formas de lidar dessas lideranças com seus comandados.

Palavras-chave: Lideranças Terena, Aldeias Urbanas, Adaptabilidade e Políticas.

ABSTRACT

When we conduct research related to indigenous peoples and their challenges in an urban context, we open up a range of possibilities and issues to be debated. In the case of Terena leaders in Campo Grande/MS, the challenges have in fact been occurring for some decades and several issues are discussed by some authors. This work aims to bring to light some considerations pertaining to the politics of Terena leaders in the context of Campo Grande/MS, such as the actions of Terena leaders in the urban villages of the city and how they deal with both the villages they lead and the non-indigenous population of the city. The importance of this issue lies precisely in the text's listing of the adaptability of the Terena peoples, from occupations to the search for a better quality of life, such as professional qualifications and studies. In the first chapters, we seek to provide a brief historical contextualization of the Terena peoples in the region that is now the state of Mato Grosso do Sul. We then relate, with Clastres (2003), the ways in which South American indigenous people conduct themselves politically (or not). In chapter 3, we carried out our long-awaited field work seeking out indigenous leaders from urban villages in Campo Grande/MS and interviewing them, always seeking out the different ways these leaders deal with their subordinates.

Keywords: Terena Leadership, Urban Villages, Adaptability and Policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I Do contexto histórico terena no Mato Grosso do Sul ao surgimento das aldeias urbanas em Campo Grande/MS.....	8
1.1 OS QUATRO TEMPOS HISTÓRICOS DO POVO TERENA	9
1.2 ALDEIAS URBANAS DE CAMPO GRANDE/MS: O QUE SÃO E COMO SE FORMARAM	18
1.3 AS PRINCIPAIS RAZÕES PARA A MIGRAÇÃO CONSTANTE TERENA ÀS CIDADES	29
CAPÍTULO II Considerações clastreanas sobre a política e o poder para os povos indígenas na América do Sul	37
2.1 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A LINGUAGEM	37
2.2 A FILOSOFIA DA CHEFIA AMERÍNDIA	41
CAPÍTULO III: Considerações sobre desafios políticos e sociais que as lideranças terena enfrentam em Campo Grande/MS	46
3.1 METODOLOGIA, CONCEITOS E OBSERVAÇÕES: O CAMINHO A SER PERCORRIDO NAS ALDEIAS URBANAS EM CAMPO GRANDE/MS	46
3.2 ALDEIAS URBANAS EM CAMPO GRANDE/MS E SUAS LIDERANÇAS	51
3.2.1 Josias Jordão Ramires (Aldeia Marçal de Souza)	51
3.2.2 Abel de Almeida (Aldeia Urbana Darcy Ribeiro).....	55
3.2.3 Maria Eusébio (Aldeia Urbana Lindo Dia)	58
3.2.4 Dorilene (Aldeia Urbana do Portal Caiobá).....	61
3.2.5 Sílvio (Aldeia Urbana Paravá)	63
3.2.6 Oid Felipe da Silva (Aldeia Urbana Vila Entroncamento)	65
3.2.7 Aldeia urbana Água Funda.....	67
3.2.8 Mailson Terena (Aldeia Urbana Tarsila do Amaral)	69
3.2.9 Aliscinda (Aldeia Urbana Água Bonita)	72
3.2.10 Josivaldo (Aldeia urbana <i>Inamaty Kaxé</i>) (Novo Dia).....	75
3.2.11 Agno (Aldeia Urbana Estrela da Manhã).....	77
3.2.12 Josué Augusto Nimbo (Aldeia Urbana Nova Canaã).....	80
3.2.13 Considerações sobre as lideranças das aldeias urbanas em Campo Grande/MS ...	83
3.3 AS LIDERANÇAS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEAS	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Desde a chegada dos europeus ao que hoje denominamos Brasil, os povos indígenas foram marcados pela resistência e pelas lutas, sejam elas por questões territoriais ou de ordem cultural. Estudiosos dos povos indígenas, tais como antropólogos e historiadores, afirmam de maneira geral que há uma propensão dos indígenas em lutar e resistir, em seu modo de se relacionar com a sociedade não indígena ocidental. As diferenças culturais sempre foram alvos de ataques, pois os modos de vida e de sustento dos indígenas são bem diferentes em relação aos dos brancos. Por exemplo, enquanto os indígenas trabalham caçando, produzindo alimentos e artefatos apenas para sobreviverem, os não indígenas trabalham para seu próprio sustento, mas também para o acúmulo de produção, de alimentos, de bens. Portanto, as tentativas de aculturação, assimilação e integração dos povos indígenas aos valores e culturas não indígenas ocorreram desde a chegada dos europeus ao Brasil, entre os séculos XV e XVI (Aguilera Urquiza, 2013).

Nesta dissertação, temos como objetivo compreender os desafios enfrentados pelas lideranças indígenas das aldeias urbanas do município de Campo Grande/MS, cidade brasileira pioneira na consolidação legal de aldeias urbanas no Brasil. Deste modo, no capítulo 1 faremos uma breve contextualização histórica dos povos indígenas no Brasil e de uma maneira mais específica, no estado do Mato Grosso do Sul.

Após esta breve explanação do contexto histórico, no capítulo dois enfocaremos a noção política e de lideranças indígenas na teoria antropológica. Especialmente na antropologia política de Pierre Clastres, em sua obra "*A sociedade contra o estado*" (2003). As formas de poder e de política em sociedades primitivas, como eram chamadas, sempre despertaram o interesse do Ocidente. O poder está intrinsecamente ligado à política e, como tal, também implica em questionamentos acerca de como seria um "governante" de uma sociedade primitiva. Clastres (2003) elucida que há uma forma de governo totalmente diferente nas sociedades indígenas, onde qualquer resquício de imposição de um poder feito por um líder político estaria condenado à deposição do seu cargo de chefe. Boa parte dos estudos de Clastres em *A Sociedade contra o estado* foi realizada na região onde hoje está o Mato Grosso do Sul, fato que torna mais interessante a exploração atenta desta obra no nosso trabalho.

Já no terceiro capítulo, foram utilizadas, para formular uma interpretação nossa a respeito das suas atuações e compreensões sobre a política terena em situação urbana, entrevistas, a observação participante, que a partir do campo *in loco*, em Campo Grande/MS

com as lideranças destas respectivas aldeias, permitiu entender a visão terena sobre política e liderança neste contexto peculiar das aldeias urbanas. A interlocução com as lideranças teve o intuito de apresentar ao leitor considerações relevantes e implicações decorrentes da gestão que cada líder desenvolveu em sua aldeia urbana. Dentre estas considerações, certamente iremos conhecer um pouco mais sobre a história de vida, tanto das lideranças, quanto dos seus conselhos de liderança, que têm como missão auxiliar cada um destes líderes a atender a todos os anseios das aldeias e também dos moradores das mesmas, onde muitas destas histórias se assemelham com as de seus líderes.

Primeiramente, discorreremos acerca da história de vida das lideranças das aldeias urbanas de Campo Grande/MS, sobre como eram suas vidas nas aldeias rurais e também questões que envolvem os motivos que provavelmente fizeram com que as famílias destas lideranças viessem a tentar a vida dentro de um centro urbano como Campo Grande/MS. Em seguida, explanaremos acerca do surgimento das aldeias urbanas, podendo observar aqui algumas considerações de como se deu a luta pela moradia de cada habitante e como vieram a se instalar dentro de tal aldeia. Outra questão a ser descrita nesta parte do trabalho refere-se à existência de pessoas dentro do conselho das lideranças que auxiliam o cacique nas decisões e também nas ações perante os anseios de todas as pessoas da aldeia. Veremos também, o que as lideranças falam a respeito da participação das mulheres, tanto dentro das políticas da aldeia quanto das ações fora da mesma. Também será relatado como surgiu tal liderança naquela aldeia, ou seja, se foi seguida uma tradição familiar para sua escolha ou, então, se foi eleito democraticamente diante de todas as pessoas que vivem ali. Neste item, adentraremos na compreensão terena sobre o que vem a ser um bom líder e também o que os indígenas habitantes das aldeias urbanas pensam em como deveria ser as ações de determinado líder, para resolver as questões e dilemas postos por todos os moradores. Algumas implicações devem ser consideradas dentro da constituição de uma aldeia e como elas são aldeias urbanas, logicamente estão inseridas dentro de uma cidade. Partindo deste pressuposto, seriam estas as mesmas reivindicações que ocorrem na periferia campo-grandense? Por fim, realizaremos algumas considerações sobre as entrevistas, relacionando alguns pontos importantes com a tese de mestrado de Paulo Baltazar (2010), onde o autor realizou uma pesquisa também sobre as aldeias urbanas de Campo Grande/MS.

CAPÍTULO I Do contexto histórico terena no Mato Grosso do Sul ao surgimento das aldeias urbanas em Campo Grande/MS

Nos últimos anos, observamos a constante migração dos povos indígenas das reservas ou aldeias para os grandes centros urbanos no país. Isto se deve a uma série de fatores. O presente capítulo pretende realizar uma breve exposição do contexto histórico referente aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul e, em seguida, apontaremos os motivos que fizeram e ainda fazem com que os indígenas saiam das aldeias, em reservas indígenas, e passem a tentar a vida nas cidades grandes, médias ou pequenas. Salientamos que os indígenas Terena estão em maior número, especificamente na cidade de Campo Grande/MS (Aguilera Urquiza, 2013; Miranda, 2006). Por isso, entendemos como necessária a abordagem desta temática logo no primeiro capítulo.

Os povos indígenas vivem há séculos no território hoje chamado de sul-mato-grossense, sendo seus modos de vida diversos. Alguns foram caracterizados como povos de grande mobilidade terrestre, outros como povos que se concentravam em determinadas zonas do território. Porém, os fatos históricos ocorridos a partir da situação de contato com os não indígenas fizeram com que fossem forçados cada vez mais a levarem uma vida incerta, no que diz respeito ao espaço em que habitava e à forma com que se relacionavam com ele. Em razão desta realidade, marcada por conflitos étnicos, falta de terra para plantar, caçar, pescar, etc., dificuldades na geração de renda, de acesso aos direitos fundamentais garantidos pela nossa Constituição, por exemplo, e principalmente o direito à saúde, muitos indígenas no Mato Grosso do Sul acabaram abandonando as aldeias em áreas de reservas e partindo em direção às cidades e, assim, encarando o desafio de sobreviver em um centro urbano. Através das ocupações de territórios específicos na cidade, os indígenas foram aos poucos conquistando direitos e chamando a atenção do poder público para a situação dos seus povos na cidade. Em Campo Grande/MS, foram construídos conjuntos habitacionais para contemplar os indígenas que viviam em situação precária na periferia. Além das aldeias urbanas (AU), existem também as comunidades indígenas, nas quais os indivíduos que chegam à cidade e não possuem parentes ou conhecidos que já estejam instalados nas AUs, se acomodam nelas. Também se percebe um grande número de indígenas que não residem nas comunidades indígenas, tampouco nas AUs e, assim, acabam se espalhando pelos diversos bairros da cidade. Antes de tratarmos especificamente do nosso tema, os desafios enfrentados pelas lideranças indígenas das aldeias urbanas de Campo Grande/MS, de como e por que essas populações vieram para cá e se organizaram politicamente em contexto urbano, achamos

necessário explicar brevemente quem são os Terena - povo indígena que será focado nesta pesquisa por se tratar do grupo que mais migrou para Campo Grande/MS, representando a maioria dos cargos de liderança nas Aldeias Urbanas do município -, sua trajetória histórica pós-contato com os não indígenas, entre outras questões pertinentes a ulterior compreensão das AUs e de suas lideranças na capital.

1.1 OS QUATRO TEMPOS HISTÓRICOS DO POVO TERENA

Em relação ao povo Terena, realizaremos uma breve explanação antropológica da bibliografia específica existente, com o intuito de contextualizar as origens e todo o processo de lutas e desafios enfrentados por eles, dentro das terras antes denominadas como sul do Mato Grosso e hoje chamadas de Mato Grosso do Sul. A referida abordagem relaciona os desafios enfrentados pelo povo Terena hoje com a época da colonização, principalmente em relação à luta pelo território, que originalmente era seu, mas que por intermédio de políticas governamentais e o avanço da ocupação não indígena foi violentamente usurpado.

Os Terena fazem parte do grupo linguístico Aruak, tendo como traço cultural forte e conhecido no MS a prática da agricultura. As primeiras informações referentes aos Terena ocorrem a partir do século XVI, quando o referido grupo habitava esta região e era conhecido como *Txané-Guaná*, denominado assim pelos conquistadores espanhóis (Aguilera Urquiza, 2013; Miranda, 2006; Rodrigues, 2023). Duas obras servirão de base para esta breve contextualização: “Culturas e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul (2013)”, organizada por Antônio Hilário Aguilera Urquiza, e “Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS (2006)”, de autoria do pesquisador indígena Claudionor do Carmo Miranda. Nesta última obra, encontramos os quatro tempos enfrentados pelos Terena: tempos antigos, tempos de servidão, tempos atuais e tempos de despertar.

Os “tempos antigos” remetem à saída dos Terena da região do Êxiva¹ ocorrida no século XVIII, quando os Terena vivenciaram, neste século, algumas transformações em suas vidas. Na obra “*A história do povo Terena*”, de Bittencourt e Ladeira, podemos perceber que os autores compreendem os “tempos antigos” em relação aos Terena da seguinte forma:

A saída do Êxiva transpondo o rio Paraguai, e a ocupação da região do atual estado de Mato-Grosso do Sul. Este período foi longo, durando muitos anos, com migrações que foram feitas em todo o decorrer do século XVIII. Foi um período em que os Terena ocuparam um território vasto, dedicando-se à

¹ Lugar conhecido pelos *purutuyé* como Chaco (Bittencourt; Ladeira, 2000, p. 35).

agricultura e estabeleceram alianças importantes com os Guaicuru e com os portugueses (Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 26).

Este período remete aos tempos antigos, compreendem um período de constantes migrações, em que atravessaram o rio Paraguai e ocuparam um vasto território que hoje é o estado do Mato Grosso do Sul. Diante disso, por que os Terena realizavam essas migrações originadas da saída do Êxiva para o território sul-mato-grossense?

A região do Êxiva ficava próxima das minas de metais preciosos e os colonizadores europeus disputavam esse território. Espanhóis e portugueses faziam guerras para decidir quem ficaria com essas terras. As várias tribos da região foram envolvidas por essas lutas. Para defender seu povo de suas terras, os Guaná procuraram fazer aliança com os portugueses. Já os Guarani, procuraram unir forças com os espanhóis contra seus antigos inimigos, os Guaicuru. Durante essas guerras muitas aldeias foram destruídas. Os Guaná vieram se deslocando acompanhando os seus aliados Mbayá-Guaicuru para o Mato Grosso do Sul, no século XVIII. Os Terena, os Kinikinau, os Laiana reconstruíram suas aldeias perto do forte Coimbra e das vilas das Serras do Albuquerque, entre os rios Paraguai e Miranda. Os Kadiwéu e outras tribos Guaicuru se estabeleceram nas redondezas da Serra de Maracaju (Bittencourt; Ladeira, 2000, p. 38-39).

Podemos, então, compreender os possíveis motivos que fizeram com que os Terena migrassem por tanto tempo. O interesse dos europeus nessas terras se dava em virtude dos metais preciosos que, possivelmente, estariam na antiga região do Êxiva.

Os indígenas habitantes dessa região passaram por muitas adversidades desde a chegada dos europeus aqui, principalmente após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai. No período em que a guerra se desenvolveu, muitos indígenas se aliaram às tropas brasileiras, ajudando consideravelmente o alcance da vitória pelo lado brasileiro. Com o fim da guerra, quando os indígenas retornaram para as suas aldeias, eles se depararam com a ocupação das mesmas por ex-combatentes que resolveram permanecer na região e invadiram as áreas em que os indígenas viviam. Sem alternativas e nenhum apoio do governo para retomada de suas terras, os indígenas passaram a ser explorados pelos novos fazendeiros da região, perseguidos e, muitas das vezes, mortos. Mais tarde, no início do século XX, Marechal Rondon inicia um processo de re-aldeamento dos indígenas "espalhados" nesta região, com o intuito de uni-los novamente com o intuito de facilitar o domínio não indígena sobre este território, inclusive do ponto de vista militar, no que diz respeito ao seu contexto fronteiriço. Depois disso ocorre um processo de demarcação de reservas indígenas para o confinamento destes em espaços específicos e muito reduzidos, em relação ao vasto território em que residiam antes, evitando as constantes lutas entre indígenas e não indígenas pelo território ao deliberar boa parte das

terras indígenas para os não indígenas; tudo isso sob um véu de benevolência do homem branco mascarando as suas reais e efetivas intenções (Aguilera Urquiza, 2013; Miranda, 2006).

Este processo histórico foi vivido pelos Terena. Nos tempos atuais, falamos do “despertar” dos povos indígenas para a busca pelos seus direitos, mas sabemos que eles sempre resistiram e lutaram. Contudo, hoje os desafios são novos, e os movimentos indígenas têm tomado a frente em muitas das situações de embate. Este é o chamado despertar do movimento político, social, cultural, indígena.

Neste tempo, muitos Terena morreram e aqueles que sobreviveram se esconderam na hoje chamada de Aldeia Limão Verde², fundada na época da guerra. Ao cabo da Guerra da Tríplice Aliança, os Terena encontravam-se espalhados pelo Mato Grosso do Sul por estarem em campo de batalha, lutando com os brasileiros no *front* e, portanto, afastados de seus territórios ancestrais. Neste contexto, inicia-se o chamado “tempo de servidão”, onde os Terena precisaram trabalhar em modo análogo à escravidão nas suas próprias terras, roubadas por terceiros, para ter seu sustento garantido. Portanto, teria sido esse “esparramo” (Brand, 2004) a dar origem à compreensão de que aquelas terras não tinham proprietários e, portanto, estavam disponíveis para migrantes que aqui queriam construir suas moradas. Este período histórico é rememorado como tendo sido difícil pelos anciãos do povo Terena (Miranda, 2006; Aguilera Urquiza, 2013; Rodrigues 2023).

É importante ressaltar que a “Lei de Terras”³ colaborou muito para o que aconteceu.

Naquela época os Terena se encontravam fora de sua aldeia, trabalhando nas fazendas em condições de quase escravidão. Trabalhavam quase sem remuneração e muitas vezes os fazendeiros simulavam o acerto de contas e diziam, aproveitando-se dos índios: você ainda está devendo, portanto, tem que trabalhar mais um ano. E a cada acerto de contas eles repetiam o mesmo (Miranda, 2006, p. 30).

Os tempos de servidão são marcados por essa espécie de círculo sem fim, onde sempre o indígena terena ia ficar devendo, pois os comerciantes cobravam muito mais do que eles realmente consumiam e pagavam muito menos do que mereciam por seu trabalho, algo que é caracterizado como regime de servidão, até mesmo escravidão. Esta situação, que durou

² Ela era utilizada como esconderijo pelo fato de ser de difícil localização, com acesso pela mata fechada (Miranda, 2006).

³ A lei de terras tinha como finalidade, na prática, forçar a tomada de terras dos indígenas pelos colonizadores. As pessoas beneficiadas por esta lei implantaram decisões voltadas para o desenvolvimento econômico e “usurpação” as terras dos indígenas, entre os quais os Terena, forçando-os com isso a tornarem-se mão de obra barata. Muitos indígenas resistiram e informaram as autoridades competentes do que estava ocorrendo, porém, nada foi feito em prol deles. Por isso, alguns se refugiaram em lugares distantes daqueles aos quais residiam; contudo, viam-se cercados pelas fazendas, que cada vez mais se multiplicavam na região (Miranda, 2006).

muitos anos, influiu diretamente nas tradições e nos aspectos culturais deste povo.

Quando eu me entendi por gente, nós já estávamos na fazenda aqui perto da Serra de Maracaju. Eu me lembro que meu pai, José Miranda, além de fazer todos os trabalhos da fazenda tinha ainda que plantar arroz, milho, feijão, enfim, tudo que comíamos em casa. Estas produções tinham que ser divididas com o patrão, que era chamado de plantio “meia a meia”. Toda a nossa família tinha que trabalhar, mesmo sem ajuda do patrão. Uma vez nossa plantação de arroz foi muito boa, mas antes da colheita, o patrão nos expulsou de sua fazenda somente para não dividir com meu pai o arroz que nós tínhamos plantado. Era muito difícil (Dionízio Miranda, 91 anos, Aldeia Água Branca - Nioaque/MS. In: Miranda, 2006, p. 31).

Como se já não bastasse os não indígenas terem tomado as suas terras, os Terena ainda tinham que suportar a exploração da sua mão de obra pelos fazendeiros, além de inúmeros outros tipos de violência. De acordo com o relatório da Comissão Rondon, muitos Terena viviam praticamente como semiescravos e, quando tentavam fugir, eram abruptamente capturados e muitas vezes mortos, até com certa complacência da polícia (Oliveira, 1976). Em outra frente de ação, o governo propõe o confinamento dos indígenas em reservas, isto é, espaços restritos dedicados aos indígenas, para que não causem problemas à política de expropriação das suas terras pelos colonos não indígenas. Brand (2004) define o que significa o confinamento, ainda que no contexto dos Guarani e Kaiowá; mas que também serve para retratarmos a situação terena na região.

A instalação dos colonos em território indígena provocou de imediato, problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs a sua transferência para outros espaços. A partir da década de 1950, especialmente, acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos Kaiowá e Guarani, ampliando o processo de desmatamento do território. Parte significativa das aldeias é destruída a partir deste período, acentuando-se o processo de confinamento nas reservas. A introdução da soja, a partir da década de 1970, junto com a ampla mecanização da atividade agrícola em toda a região, dispensou a mão-de-obra indígena e provocou o fim das aldeias de refúgio nos fundos das fazendas, onde os Kaiowá e Guarani resistiam. Compromete a biodiversidade, substituindo os restos de mata, capoeiras e campos pela monocultura da soja (Brand, 2004, p. 140).

Com a mecanização da agricultura, os indígenas começaram a não ser mais fundamentais para os ruralistas, aumentando cada vez mais o drama destes povos. Nota-se um abissal prejuízo ao povo Terena, entre outros indígenas, em inúmeros aspectos. Privar um ser humano da sua alimentação, simplesmente por achar que ele não produziu o suficiente, ou ainda, apenas substituí-lo por máquinas, nos faz pensar no quanto foram e têm sido cruéis, os colonos de ontem e os fazendeiros de hoje (para não dizer toda a sociedade brasileira), em relação aos indígenas, em seus direitos à sobrevivência. Este terceiro momento foi

denominado como "Tempos atuais" (Miranda, 2006), que tem como central a política das reservas e a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. Marechal Rondon tinha o intuito de transformá-los em mão de obra qualificada, e investir em sua integração paulatina. É considerado salvador porque não pregava seu extermínio como outras pessoas nessa época faziam. Contudo, como supradito, tal narrativa mascara a intenção de confinar os povos indígenas para que os colonizadores “desenvolvimentistas” pudessem trazer cada vez mais o progresso para as regiões pantaneiras e do sul do então Mato Grosso; além de ocupar e assim proteger uma área de fronteira importante do país.

Miranda (2006) aponta o processo de facilitação da integração dos indígenas à sociedade envolvente. Neste ínterim, os Terena saem das fazendas e começam a habitar dentro das reservas. A lógica do confinamento não levou em consideração a política e culturas indígenas. Por exemplo, entre os Terena em cada grupo macrofamiliar⁴ existia uma liderança e, assim, várias lideranças se estabeleceram em um único espaço; aliás, várias etnias tiveram que conviver no mesmo espaço, inclusive aquelas inimigas ou com relações não tão amistosas (Miranda, 2006). Na sociedade tradicional Terena há uma divisão em três camadas: os “*Naati*” (lideranças) compostos pelos chefes, ou seja, os caciques e seus parentes, denominados como “nobreza”; os “*Waherê-tzané*” (homens comuns); e, por fim, os “Cativos” (*Kauti*), que são indígenas capturados de outras etnias (Miranda, 2006). Nas reservas, as misturas entre esses grupos, mas também entre etnias, tornou a convivência muito conflituosa, pois, como em qualquer outra sociedade, quando estruturas sociais são afetadas há um período de rearranjo e de muita beligerância entre seus membros.

Dessa forma, ocorreram divergências entre as etnias, mas também entre essas camadas terena e criou-se então uma nova problemática:

Esta época é marcada por uma maior proximidade dos Terenas com a sociedade não índia, os “*purutuye*”, os quais foram obrigados a se adaptarem através de mudanças de hábitos e costumes. Uma das consequências desta etapa que até hoje se vivencia nas comunidades Terena é o trabalho forçado nas propriedades particulares e principalmente nas usinas de álcool, como plantadores e cortadores de cana-de-açúcar, através de contratos temporários. Este fato se deve à falta de terras nas aldeias para o plantio e com o solo altamente explorado nas comunidades indígenas, a colheita fica comprometida e assim os Terena se veem obrigados a trabalharem fora de sua comunidade para manterem suas famílias (Miranda, 2006, p. 33).

Aqui está um dos principais motivos pelos quais os Terena começaram a migrar para as cidades. As reservas não tornam possível seu modo de vida, porque não há terra para todas

⁴ O grupo secundário é um macrogrupo onde predominam as formas de controle social indireto, chefiado, geralmente, por pessoas ou instituições especializadas.

as famílias plantarem, a terra encontra-se superexplorada, devido ao inchaço populacional nas reservas. Além disso, não há possibilidade de buscar remédios nas matas, enfim, inúmeras situações impossibilitam sua existência, impondo a eles a busca por alternativas fora das reservas. E sim, isso não aconteceu apenas com os Terena. Essa forma de ocupação proporcionou ao governo a transformação dos indígenas “não civilizados” e “arredios” em trabalhadores rurais, ocorrendo uma política integracionista em que eles continuavam sendo vistos como mão de obra barata para a região. Esta territorialização dos Terena (Miranda, 2006) também impactou grandemente sua cultura, por anos.

Por fim, no final do século XX, após inúmeros acontecimentos que marcaram a movimentação dos indígenas no país, há o despertar para a luta pela terra, sem ficar esperando que os não indígenas resolvessem a questão - juridicamente, por exemplo. Não que isso já não existisse anteriormente, porém, a partir dos anos 1970 este tipo de confronto da problemática se tornou mais efetivo, por parte dos indígenas. Isto posto, os “tempos de despertar” marcam a chegada com força dos movimentos indígenas pelo país todo, um movimento forte de reivindicação e de luta (Aguilera Urquiza, 2013).

Geralmente, valoriza-se a chegada dos colonizadores no Brasil, não levando em conta as características culturais, costumes, crenças dos povos que sempre estiveram aqui e foram colonizados. A narrativa se torna a de que os colonizadores trazem o progresso para determinada região colonizada, quando na verdade simplesmente destroem qualquer forma de cultura preexistente, e assim acabam impondo novos valores e costumes a esses povos. O que construímos até este momento do texto foi uma visão histórica que aponta para uma explicação diferente da ocupação do Mato Grosso do Sul, como um evento violento, cruel e desumano em relação aos povos indígenas que estavam aqui.

Neste sentido afirma Sahlins (1997):

Os sobreviventes constituem uma pequena minoria daquelas ordens socioculturais existentes, digamos, no século XV. O que se segue, portanto, não deve ser tomado como um otimismo sentimental, que ignoraria a agonia de povos inteiros, causada pela doença, violência, escravidão, expulsão do território tradicional e outras misérias que a “civilização” ocidental disseminou pelo planeta. Trata-se aqui, ao contrário, de uma reflexão sobre a complexidade desses sofrimentos, sobretudo no caso daquelas sociedades que souberam extrair, de uma sorte madrastra, suas presentes condições de existência (Sahlins, 1997, p. 53).

Infelizmente na medida em que determinada região é percebida/desejada pelos não indígenas, fatalmente se houver qualquer que seja o grupo, aldeia ou comunidade, a chamada civilização ocidental não medirá esforços para tirar proveito do lugar e, se for necessário, destruirá as mais variadas formas de existência desses grupos menores que ali habitam. Este

destruir envolve a tentativa de destruição cultural total, impondo os seus valores, sua própria cultura ao outro, como também a destruição territorial, implantando novas formas de produção e fontes de renda, entre outras, além da destruição das pessoas propriamente ditas, como ocorre em situações de genocídio. No início do século XX, os Terena aproveitaram a política de Rondon que, à primeira vista, deu um alívio para a luta que vinham combatendo cotidianamente. Todavia, com o processo de demarcação das reservas concluído, eles perceberam que apenas fragmentos do seu antigo território tradicional entraram nessa oficialização, além de agruparem diversas lideranças e etnias no mesmo território, conforme anteriormente relatado.

Assim sendo, entre os fatores importantes para que os Terena tenham buscado sair das reservas indígenas estão as divergências que ocorreram e ocorrem dentro das próprias aldeias. Com a falta de espaço apropriado, os indígenas que se desentendem precisam sair das reservas, mudando-se para as cidades. Antes, como o território era vasto, isso não era necessário. Esta situação atravessou a vida de outras etnias além da Terena, como bem explica o professor Brand (2001), em relação aos Guarani e Kaiowá:

A transferência de inúmeras aldeias e famílias extensas para dentro das reservas demarcadas entre 1915-1928, após o esparramo⁵, não significou apenas o deslocamento geográfico dessas aldeias e a correspondente perda das terras. A vida dentro das reservas impôs aos Kaiowá/Guarani profundas transformações na relação com o território. Pois, ao perder a sua aldeia, eles foram obrigados a disputar um lote cada vez mais reduzido dentro das reservas. O confinamento e a crescente imposição do trabalho assalariado atingiram as bases de sua economia tradicional. A superpopulação, que reduziu o espaço vital disponível, inviabilizou o sistema agrícola tradicional, provocou o esgotamento de recursos naturais importantes para a qualidade de vida numa aldeia kaiowá/guarani, com o consequente impacto deste esgotamento sobre a economia tradicional (Brand, 2001, p. 69).

Transformações profundas ocorreram nesta época de confinamento das reservas indígenas, quando a figura do líder, chamado agora de cacique, é profundamente alterada. Devido aos indígenas viverem em espaço cada vez menor, com inúmeras lideranças no mesmo local, o SPI começa a impor novas chefias, sendo elas denominadas de "capitão".

E, finalmente, houve as alterações no sistema de chefia, com a imposição da figura do capitão. Tudo isto refletiu na gradual inviabilização da religião tradicional, entendida aqui como as práticas e crenças, por intermédio das quais expressavam a sua relação com o sobrenatural que, ao mesmo tempo, constituíam-se em referenciais básicos indicativos de cultura (Brand, 2001, p. 69).

⁵ Este termo é utilizado em referência aos indígenas Guarani/Kaiowá principalmente, para explicar o processo de dispersão que ocorreu nas grandes famílias e aldeias, ocorrendo a implantação de fazendas e consequentemente a perda de suas terras.

Notamos que graves consequências ocorreram dentro desse período de confinamento nas reservas, como, por exemplo, a inviabilização das práticas religiosas e crenças, pelos indígenas especialmente os Guarani/Kaiowá, visto que as suas lideranças políticas frequentemente são lideranças religiosas. Os capitães foram instituídos por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) com intuito de disciplinar os indígenas confinados, produzindo a transferência dos indígenas rebelados, por exemplo, para outras reservas ou cidades. Como os capitães eram escolhidos pelos funcionários do SPI, deviam lealdade a eles e contribuíam com a política estatal, muitas vezes contrariando as lógicas internas acerca do que seria uma boa liderança (Brand, 2001). O pouco conhecimento das características culturais de cada população indígena do Mato Grosso do Sul pelas pessoas que determinaram o re-aldeamento indígena perdura até mesmo nos dias atuais, onde grande parte da sociedade presume que os indígenas “são todos iguais” e que todos têm o mesmo jeito de ser e agir.

Segundo Miranda (2006), o “tempo de despertar” se refere a um posicionamento político indígena, que situa os Terena como centrais para as tomadas de decisões que dizem respeito ao seu próprio povo, território, religião, ou qualquer temática em torno deles. Neste tempo, estes e outros fatores são inerentes a colonização e questionados por esses indígenas, que começaram a cobrar por reparações históricas aos danos sofridos e suas repercussões contemporâneas.

Assim, três formas distintas de viver são averiguadas entre os Terena: a situação de reserva, a situação de cidade e a situação de fazendas e usinas; as quais Miranda (2006) explicita mais detalhadamente abaixo.

A situação de reserva, na qual os indígenas vivem, apesar de toda problemática no âmbito social, cultural e econômica, tentando transformar sua reserva na base territorial necessária para a atualização e manutenção do *ethos* tribal, mesmo com a perda de sua autonomia política (dado que submeteu os índios à dependência política do chefe “branco” do posto do SPI e, depois, da FUNAI); a situação de cidade, que em função do confinamento nas reservas os indígenas e como resposta às limitações políticas, sociais e econômicas saem na tentativa de melhoria de vida, tendo a urbanização crescente de parte de sua população e; a situação de fazendas e usinas, onde os Terena trabalham com carteiras assinadas ou por contratos temporários, como mão-de-obra barata (Miranda, 2006, p. 34-35).

Nestas situações, os Terena se apropriam de cargos e conhecimentos do *modus operandi* dos não indígenas, em relação aos indígenas, para trazer benefícios às comunidades. É o que destacou o professor Valmir Rocha, em entrevista concedida a Miranda (2006):

Sempre fomos pesquisados, sempre o branco procurou conhecer nossa ciência de lidar com a natureza, com nosso território e sempre nos sentimos prejudicados, porque eles nos estudam, mas, parece que quanto mais estudam nosso povo, mais dificuldades temos de melhorar de vida. Deveria ser o contrário, nos ajudar. Então vejo que é o “despertar de nosso povo”

agora. Queremos conhecer a ciência dos brancos, estudar e se formar para poder ajudar nossa população indígena. Somos capazes de, em pouco tempo, formarmos doutores, especialistas indígenas para falar por nós mesmos, mas dentro de uma realidade indígena e não pensado de fora para dentro. Portanto tenho incentivado muitos jovens a estudarem, pensando no futuro de nosso povo (Prof. Valmir Brites Rocha, 25 anos, Aldeia Água Branca/Nioaque) (Miranda, 2006, p. 35).

O despertar revela, justamente, com os *purutuyé* (não indígenas), o diálogo e as lutas por seus direitos, sejam eles territoriais, culturais, sociais e, por que não, econômicos, políticos etc., tendo cada vez mais os conhecimentos não indígenas associados aos saberes que eles carregam. O despertar diz respeito à habitação indígena do mundo não indígena, não para se tornar como eles, mas para reivindicar sua diversidade, seus valores, conhecimentos e práticas.

A situação dos indígenas no país é bastante precária, mais grave do que tem sido discutido pela sociedade em geral. Uma alternativa que considero mais promissora é o caminho de estudos acadêmicos, com intuito de adquirir conhecimentos para compreender melhor os nossos dilemas e buscar alternativas para possíveis soluções dos problemas da nossa comunidade. Esta alternativa visa, com toda certeza, o desenvolvimento de nossa comunidade e consequentemente uma melhor qualidade de vida para “esse expressivo segmento da população brasileira, que, por anos, tem sido esquecido pelos governantes” (Rogério Ferreira da Silva, indígena Terena da Aldeia Cachoeirinha, Doutor em Agronomia, 36 anos) (Miranda, 2006, p.37).

A busca do conhecimento através da formação em uma universidade, tem sido um dos caminhos mais trilhados pelos Terena para transformar a realidade das suas comunidades. Possuindo alguma formação acadêmica, seja ela de engenheiro agrônomo, de professor, médico ou advogado, eles atuam em várias esferas e se aproximam e reivindicam cada vez mais melhorias para o seu povo. Essa mudança, contudo, não faz com que os Terena percam suas origens e identidades, carregando sempre as raízes oriundas de seus ancestrais. No segundo capítulo, iremos percorrer melhor esse sentido de inserção dos indígenas nas universidades, bem como a importância disso para a constituição das novas lideranças, sendo bem referenciadas por Santos (2023) em sua tese de doutorado. Nela, o autor aborda muito bem essa nova estratégia, não apenas nas inserções das lideranças indígenas no contexto educacional, mas no aprimoramento das capacidades políticas desta nova forma de liderar o seu povo diante dos desafios.

Estudar, pois, parece ser algo valorizado porque proporciona não somente um domínio sobre os documentos enquanto produtos, mas certo controle sobre o modo de produção, por assim dizer. Uma liderança apoiada por pessoas estudadas adquire a capacidade de documentar: ganha a habilidade de decodificar e confeccionar registros e, com isso, abre uma série de possibilidades para si e para a comunidade (Santos, 2023, p. 188).

A busca cada vez maior dos Terena em relação a sua qualificação, proporciona que tenham uma melhor visão dos desafios que se apresentam, para poderem encontrar formas de trazer benefícios/diretos para o seu povo. Dentro deste processo de transformação, fatalmente muitos indivíduos se deslocam para centros urbanos. No subitem seguinte, a reflexão se dará sobre a vida dos Terena em Campo Grande/MS: como se formaram e quais as aldeias urbanas desta cidade.

1.2 ALDEIAS URBANAS DE CAMPO GRANDE/MS: O QUE SÃO E COMO SE FORMARAM

De acordo com o censo 2023 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 18.439 indígenas em Campo Grande/MS, de diversas etnias, espalhados por aldeias urbanas, comunidades indígenas e bairros da cidade. É importante destacar que a etnia Terena é a maioria desta população, dentre as oito etnias existentes no meio urbano da capital. Em Campo Grande/MS, as primeiras aldeias urbanas se formaram a partir de ocupações⁶, estabelecidas em decisão conjunta dos indígenas para chamar a atenção do poder público para o que eles estavam reivindicando há tempos: direitos para os indígenas que moram nas cidades. Contudo, existe ainda muito caminho de luta a ser trilhado neste sentido, e aqui citamos o caso da região do Anhanduizinho, que seria a mais populosa de Campo Grande, no que diz respeito aos indígenas autodeclarados. O que chama nossa atenção nesta região é que lá não há registro de aldeia urbana. O que poderia explicar este dado? A certeza de que primeiro existe a demanda e depois a tentativa de solução do problema, por meio de lutas indígenas e ocupações de espaços, por exemplo, como estratégia para mover o poder público. Outro ponto importante em relação aos dados coletados pelo IBGE é que ele não leva em conta a população em trânsito entre as reservas e a cidade, relatando apenas os indígenas que se fixam dentro da cidade de Campo Grande/MS por mais de três anos.

Na dissertação de Luiz Felipe Barros Lima da Silva (PPGAS-UFMS, 2022)

⁶ Que significa tomar posse de algo, preencher ou habitar determinado espaço. Nos casos das ocupações indígenas, foram as maneiras encontradas por eles para residirem temporariamente ou permanentemente naquele determinado espaço, reivindicado como indígena.

compreendemos que os laços de parentesco entre os Terena contribuem para a construção de uma rede de apoio nas cidades, algo que facilitaria essa migração, após a decisão de sair das aldeias. Assim, muitos indígenas migraram com base nessa rede de apoio inicialmente, até conseguirem consolidar essa transição. O familiar que ainda mora na reserva troca algumas informações com seu parente citadino e, assim, se instala, provisoriamente ou não, na residência do familiar que mora na cidade. Estas residências podem estar dentro ou fora dos conjuntos habitacionais que compõem as aldeias urbanas. É importante ressaltar que estas pessoas que ainda moram nas reservas indígenas, além de possuírem parentes nas cidades, aliam a necessidade talvez iminente de sair destas reservas, utilizando os amigos e parentes das cidades como apoio em um primeiro momento ao se instalarem na cidade.

Mas, o que vem a ser uma Aldeia Urbana (AU)?

Conjuntos Habitacionais construídos por meio de políticas públicas de habitação popular destinados à moradia de famílias indígenas que são denominados oficialmente como Aldeias Urbanas, formadas por unidades familiares, em geral, naturais de diferentes aldeias do interior do estado, muitas vezes constituídas por uma composição populacional multiétnica, sendo os Terena o maior contingente de famílias indígenas migrantes (Silva, 2022, p. 72).

Para termos uma melhor compreensão acerca das aldeias urbanas, Santana (2001) explicita a constituição da primeira AU de Campo Grande/MS. A aldeia urbana Marçal de Souza foi formada por um conjunto habitacional, cujo investimento de construção partiu do poder público, seja municipal, seja estadual, pensando em moradias que remetessem aos aspectos culturais indígenas do estado. A principal diferença em relação às aldeias situadas nas reservas está na localização, ou seja, seu posicionamento dentro do perímetro urbano. A aldeia urbana Marçal de Souza foi assim denominada em 1999, sendo constituída por 55 famílias indígenas, da etnia Terena. Em 1995, essas 55 famílias terena ocuparam uma área pertencente à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), no bairro Tiradentes, porque o terreno estava sendo alvo de especulação imobiliária e de ocupação por não indígenas, desde o ano de 1974, fator que pressionava os indígenas - carentes de uma melhor assistência governamental - a tomar uma atitude mais drástica do que a reivindicação contínua daquela área.

Visto que os indígenas urbanos vivenciavam diversas situações complexas, em que demandam uma ação governamental que não ocorria, essas famílias optaram pela ocupação do terreno e luta pelos seus direitos também nas cidades. Foi um acontecimento inédito no país, como explica a autora:

A maioria das famílias, residentes nesse bairro, migrou em busca de trabalho assalariado, escolas e melhores postos de saúde. Outros ainda disseram que os principais motivos foram: o falecimento de pessoas próximas, a busca de creches para as crianças, divórcios, etc. Os principais empregos encontrados pelos homens, tanto na época da ocupação como hoje, ainda são na construção civil. Entre as mulheres, as principais funções desenvolvidas são as de empregadas domésticas e de feirantes. No início, as casas eram barracos de lona, sem água encanada ou luz elétrica. Atualmente, devido aos esforços e reivindicações da comunidade, foram construídas casas de concreto com toda a infraestrutura necessária. Também foi conquista dessas famílias construção de uma escola dentro do bairro, de ensino bilíngue português terena -, e a construção de um Memorial da Cultura Indígena. Assim como na aldeia, no bairro também existe uma liderança, no entanto uma liderança feminina, Enir Bezerra. Junto a ela todos se reúnem e discutem soluções para os problemas e possíveis melhorias para o bairro; participam de reuniões, debates e outros eventos maiores que ocorrem na cidade, sempre levando a causa indígena e colocando-a para a sociedade como algo real. Foram dessas reuniões que surgiram os projetos voltados ao resgate e preservação de aspectos da cultura Terena (danças, artesanato e língua) (Santana, 2001, p. 29).

Quatro pontos são importantes nesta, até então inédita, ocupação terena da cidade: primeiro, os motivos pelos quais os Terena saíram das reservas e partiram rumo às cidades, já explicitados aqui; segundo o desafio de se adaptarem nesta situação; terceiro, as conquistas históricas que essas famílias obtiveram, pois além da construção do conjunto habitacional, conseguiram erigir uma escola e um memorial, em que podem transmitir seus valores, saberes e fazeres terena. Aspectos culturais terena passaram a habitar este contexto, dentro e fora do memorial, como por exemplo a produção e venda de cerâmicas, a produção e venda de produtos alimentícios nos quiosques instalados ao lado do Mercado Municipal de Campo Grande/MS, assim como nas ruas da cidade, especialmente por mulheres. O Memorial visava destacar e valorizar a cultura terena⁷, movimento que deve partir não apenas dos indígenas dessa etnia, mas também da população não indígena geral e dos órgãos públicos municipal, estadual e federal. E por fim, o quarto ponto é que, assim como nas aldeias rurais, em que existe uma liderança terena dentro desta comunidade, nas aldeias urbanas tal prática continua acontecendo, sendo que o papel das lideranças nas aldeias urbanas é tão importante quanto nas aldeias rurais. Santana (2001) cita Enir Bezerra como liderança na aldeia Marçal de Souza.

Pioneira, sendo oficialmente reconhecida como primeira liderança indígena da primeira Aldeia Urbana do Brasil, a AU Marçal de Souza é notavelmente um exemplo de

⁷ Valorizar a cultura terena é de extrema importância para preservar a continuidade da existência da identidade indígena e de suas tradições. Também é essencial para a população em geral, apoiar iniciativas que fortaleçam a língua, os rituais e o artesanato produzido por eles como forma de contribuição e enriquecimento cultural dessa etnia indígena.

perseverança e resistência, sendo todos estes adjetivos lembrados desde o ato de ocupação deste local, realizado no ano de 1995⁸.

Percebe-se que durante essas décadas, sabendo da crescente migração dos indígenas para a cidade, a FUNAI pouco se mobilizou para reverter este fato. Porém, na metade do ano de 1995, esta história começa a mudar. A ocupação foi previamente organizada, estrategicamente, através de alguns indígenas que viviam por ali há algum tempo, com especial destaque para as lideranças Enir Bezerra e Calixto Francelino (liderança sempre de um casal), que logo em seguida à ocupação, em agosto de 1995, fundaram uma associação, para que pudessem coletivamente reivindicar ações governamentais.

A ocupação liderada por Enir Terena⁹ começa a alcançar grandes objetivos. Neste contexto, muitos perguntam se os indígenas conseguiriam manter seus costumes na cidade. Ao contrário do que muitos imaginam, na busca de um bem-estar para si e para os seus, muitos Terena encontram nos centros urbanos essa oportunidade. Suas características étnicas, como a de organização social e cultural, não se perdem na cidade e o que ocorre é uma ressignificação das suas tradições - do mesmo modo que ocorre nas aldeias em reservas, ou em qualquer cultura, que sempre é dinâmica, em contínua invenção, adaptando suas vidas aos desafios que mudam frequentemente.

A título de reflexão, podemos compreender que existem aspectos bons e ruins dentro da vida que o indígena passa a ter em Campo Grande/MS e da relação que estabelece com a sociedade não indígena. O bom é que cada vez mais os movimentos indígenas se fortalecem no Brasil e em Mato Grosso do Sul. O lado ruim seria a precariedade existente tanto nas AUs de Campo Grande/MS, quanto nas reservas, além disso o descaso do poder público, aliado ao preconceito, impede que as políticas públicas voltadas aos indígenas sejam melhores, mais eficientes e suficientes, menos etnocêntricas. Há outra questão apontada por Barros (2022), que é a invasão das aldeias urbanas por pessoas não indígenas, algo que contribui e aumenta a precarização de sua qualidade de vida e situação de vulnerabilidade social.

Após esta breve demonstração de como foram alguns dos contextos vividos pelo povo

⁸ A área, com dimensões de 4 hectares e 9.300 metros quadrados, foi doada à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pelo executivo municipal em 1973, para que fosse construído um espaço de socialização de indígenas na capital. No entanto, os empreendimentos públicos direcionados aos indígenas não foram implementados e o terreno, com o passar dos anos, foi sendo ocupado por famílias não indígenas (Silva, 2022, p. 80).

⁹ “Enir da Silva Bezerra foi líder da etnia Terena e referência para a cultura indígena em Mato Grosso do Sul. Em meio a costumes e tradições de raízes masculinas, essa grande mulher tornou-se líder de seu povo, rompeu barreiras, firmou-se como empreendedora de ações transformadoras e deixou importante legado para a história. Enir Bezerra nasceu na aldeia Terena Limão Verde, no município de Aquidauana”. Disponível em: <<https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/conheca-a-historia-das-seis-mulheres-que-formaram-a-cultura-de-campo-grande/>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

Terena ao longo de sua jornada de luta no estado do Mato Grosso do Sul, bem como os aspectos conceituais relacionados à formação das AU e das comunidades indígenas, iremos agora explicitar, brevemente, como foram constituídas as aldeias urbanas existentes na cidade de Campo Grande/MS: Marçal de Souza, Água Bonita, Água Funda, Canaã, Darcy Ribeiro, Estrela do Amanhã, Parava, Novo Dia, Inápolis, Caiobá, São Conrado, Tarcila do Amaral e Lindo Dia. Como dissemos anteriormente, grande parte dos indígenas vive espalhada pelas mais variadas regiões e bairros da cidade, em virtude de não terem conseguido residir nas AUs ou em comunidades indígenas. Além das aldeias urbanas em Campo Grande/MS, existem 11 comunidades indígenas na cidade, algo que demonstra a expansão da migração indígena na capital, mas também a insuficiência da política pública de moradia aplicada pelo governo para solucionar a questão. Ou seja, existem em Campo Grande/MS 23 aldeias urbanas e comunidades indígenas. São elas:

Tabela 1 - Aldeias Urbanas

Aldeias Urbanas	Caciques/lideranças
Marçal de Souza	Josias
Água Bonita	Aliscinda
Água Funda	Ivanês
Canaã	Josue
Darcy Ribeiro	Abel
Estrela da manhã	Agno
Santa Mônica (Inámaty Kaxé)	Oide
Novo Dia	Josivaldo
Inápolis	Juliana
Caiobá	Dorinha
São Conrado	Dayane
Tarcila do Amaral	Mailson
Dalva de oliveira	Maria
Planalto	Helena
Vivendas do parque	Adolfo
Ceramista	Hélida
Kadiwéu	Adevaldo
Roda Velha	Creusa
Jardim Aeroporto	Bernardino
Bordon	Rotenio
Vila Terena	Natalício
Anache	Davi Mota
Noroeste	Miguel

Fonte: Subsecretaria de políticas públicas para os povos originários/MS (SETESCC).

Nos capítulos seguintes da pesquisa, realizaremos uma etnografia juntamente com as lideranças terena das aldeias urbanas, especificamente, localizadas dentro da cidade de Campo Grande/MS. Não enfocaremos, portanto, as lideranças das comunidades indígenas neste estudo. Escolhemos falar das AUs porque se trata de territórios indígenas que já estão consolidados em Campo Grande/MS, enquanto as comunidades indígenas existentes ainda lutam para que, em um futuro próximo, sejam consideradas AUs.

A Aldeia Urbana Marçal de Souza foi a primeira aldeia urbana do Brasil, sendo a única aldeia urbana a possuir escritura, as restantes foram regulamentadas por contratos. Construída pela Agência Municipal de Habitação (EMHA) de Campo Grande/MS através de recursos do programa Habitar Brasil¹⁰, do hoje denominado Ministério das Cidades, concretizou-se devido a esta parceria entre a Prefeitura de Campo Grande e a Caixa Econômica Federal.

Embora seja uma aldeia majoritariamente habitada por população terena, seu nome foi uma homenagem ao líder Guarani, Marçal de Souza que foi brutalmente assassinado por fazendeiros em 1983, vítima de uma emboscada. A Prefeitura loteou 135 terrenos, no tamanho 10x20 (metros), e disponibilizou todo o material da construção para os indígenas, que construíram as casas com sua força de trabalho em forma de mutirão. Além disso, os moradores dos terrenos tinham que pagar 10% de um salário mínimo. Após a quitação deste valor, eles ficaram com a titularidade (Batistoti; Latosinski, 2019).

Contudo, existem algumas situações que poderiam ter sido levadas em consideração antes que fossem construídas as residências para os indígenas:

Tal configuração, com apenas um dormitório, se torna problemática pela composição familiar indígena, normalmente composta por famílias grandes, quando não há duas famílias vivendo na mesma casa. Embora o telhado remeta o formato redondo, lembrando as antigas “ocas”, não há tantas características indígenas na composição das casas. Logo, não há formas, materiais, pinturas ou desenhos com a identidade dos usuários, e não foi considerada a questão do espaço adequado ao tamanho das famílias (Batistoti; Latosinski, 2019, p. 340).

Um espaço adequado para que as famílias pudessem viver seria muito importante para os indígenas, pois estas eram numerosas e comportavam todas as pessoas em um espaço reduzido. Além disso, nota-se a pouca preocupação com a caracterização cultural das habitações, com a inserção de pinturas e desenhos que, em algumas aldeias urbanas, não são constatadas. Como dito anteriormente, em uma localização próxima às habitações, dentro da

¹⁰ Criado no ano de 1999 por meio de empréstimo junto ao Banco Interamericano de desenvolvimento (BID). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1999/10/20/aprovado-emprestimo-de-dois-bilhoes-de-dolares-junto-ao-bid>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

AU Marçal de Souza, foi construído um Memorial da Cultura Indígena, que foi utilizado para a comercialização e a exposição de artesanatos.

Figura 1: Memorial da Cultura Indígena, Aldeia Urbana Marçal de Souza



Fonte: Deivid Correa (2014)

Também existe uma escola na AU, que tem a intenção de um dia se tornar intercultural, mas que atualmente segue o padrão regular da educação escolar indígena. A Escola Municipal Sullivan Silvestre (*Tumune Kalivono*)¹¹ é uma homenagem ao ex-presidente da FUNAI, da época da criação da AU. Na escola, são oferecidos o ensino infantil e o fundamental (até o 5º ano), voltados para a cultura indígena, com professores indígenas e não indígenas, e disciplinas em língua terena, além da alimentação voltada para os hábitos alimentares indígenas (Batistoti; Latosinski, 2019). Entretanto, a maioria dos seus estudantes são não indígenas. À primeira vista, podemos nos encantar com a AU Marçal de Souza, pois se trata de um projeto pioneiro e que trouxe esperança para o movimento indígena. Porém, a partir do momento em que temos um olhar mais acurado sobre ela, percebemos que a precariedade presente nas aldeias rurais acompanha as aldeias urbanas, de uma forma geral.

Falta de incentivos do poder público, como políticas públicas voltadas para as culturas indígenas, por exemplo, no artesanato, e também para que estas pessoas possam se manter. Diante destas solicitações dos indígenas, compreendemos que o mínimo negociável está longe de ser alcançado, portanto, as AUs da capital sul-mato-grossense não podem ser vistas como “modelos” pelo Brasil.

A aldeia urbana Água Bonita está localizada nos fundos do bairro Nova Lima, sendo considerada pela Agência Estadual de Habitação (AGEHAB) - órgão responsável por sua construção, como uma aldeia rural. A FUNAI coloca a AU Água Bonita como aldeia urbana,

¹¹ Disponível em: <<https://qedu.org.br/escola/50025708-em-sullivan-silvestre-oliveira-tumune-kalivono-crianca-de-futuro>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

pelo fato de estar localizada dentro da cidade. Aqui observamos um impasse: a denominação de aldeia urbana ou rural muda de acordo com a classificação que recebe dos órgãos políticos, muitas vezes sem um consenso entre eles. Isto posto, tanto as políticas públicas dos órgãos governamentais, quanto as estatísticas, que implicam na obtenção de recursos e direitos pelos indígenas, variam em seu caminho burocrático, a depender dessa classificação. No caso da AU Água Bonita, este impasse aumenta, porque é considerada aldeia rural pelo município (competência da FUNAI) e urbana pela FUNAI (competência do município). Como ficam os moradores?

Devido a sua localização, a paisagem da mesma é um diferencial entre as AUs; ela é a única que contém uma extensa área (verde), proporcionando novos convívios e relações, remetendo em certos momentos a ruralidade presente nos modos de vida dos moradores e ao mesmo tempo se deparando com conjuntos habitacionais a sua margem trazendo a inserção dela para o meio urbano. A área da reserva ambiental contribuiu com a paisagem e os moradores acabam se beneficiando tanto pelo lado ambiental como por amenizar o impacto urbano (Batistoti; Latosinski, 2019, p. 344).

A natureza contribui de certa forma para que os indígenas não sintam tanta diferença em relação à mudança de contexto, do rural para o urbano, algo que agiria como um facilitador na adaptação dos indígenas na ‘cidade grande’. A origem da AU Água Bonita se deu quando 32 famílias que residiam na ocupação Marçal de Souza não foram contempladas pelas habitações, sendo desalojadas; no entanto, elas obtiveram, em caráter provisório, o direito de se instalarem em um terreno particular localizado no bairro Jardim Noroeste, permanecendo lá por cerca de um ano até o governo assentar cerca de 60 famílias na chácara Água Bonita.

Esta ação, recorrente no poder público, tem como objetivo desarticular o movimento indígena, pois separa as famílias e os indivíduos mesmo que seja dentro da própria cidade, dificultando as articulações políticas entre eles. A AU Água Branca contempla 13 dos 35 hectares da chácara Água Bonita sendo cinco de área construída e cinco de reserva ambiental. Este projeto da AGEHAB previu a construção de 60 casas de alvenaria, sendo que as famílias vieram a assinar um contrato de financiamento de 5% de um salário mínimo, totalizando 120 parcelas mensais a serem pagas de forma consecutiva (Batistoti; Latosinski, 2019).

Nos fundos desse terreno existe uma ocupação de 200 famílias compostas por indígenas e não indígenas que vivem em situação bastante precária. As casas que foram construídas pelo governo não contam com rede coletora de esgoto e os moradores não possuem o documento fundiário definitivo, algo que também dificulta a busca por programas sociais. Esta ocupação dos fundos do terreno não faz parte da AU Água Bonita.

Existe uma horta comunitária, que serve para o consumo e geração de renda para quem lá trabalha, além de hortas menores, que abastecem para o consumo próprio das famílias que plantam em seus terrenos. Segundo a liderança da AU Água Bonita (no ano de 2019), cerca de 22 famílias trabalham na horta; 90% do que produz essa horta são destinados à venda, enquanto 10% são doados para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da comunidade e escola (Batistoti; Latosinski, 2019).

A AU Tarsila do Amaral situa-se ao lado da AU Água Bonita, mas a princípio, não há propriamente uma conexão entre ambas. Diferentemente da Água Bonita, a AU Tarsila do Amaral, foi construída pela prefeitura de Campo Grande/MS por meio dos recursos oriundos do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC).

As características entre elas são díspares, a arquitetura na Água Bonita traz elementos da cultura indígena, diferentemente da Tarsila, em que suas unidades habitacionais seguem o padrão ordinário da Agência Municipal de Habitação. Outra disparidade é a população, uma vez que o parcelamento Tarsila do Amaral é composto majoritariamente por não indígenas, pois seu conjunto habitacional, entregue em 2008, é composto de 286 casas e apenas 70 delas foram destinadas para a população indígena (Batistoti; Latosinski, 2019, p. 349).

As disparidades existentes entre as AUs Tarsila do Amaral e Água Bonita são latentes, pois do total das casas construídas para beneficiar os indígenas, apenas 25% foram destinados aos mesmos, sendo que o restante, 75%, teve como beneficiárias as famílias de não indígenas. Além disso, enquanto a AU Água Bonita possui casas com pinturas e características remetentes às culturas indígenas do estado, a AU Tarsila do Amaral não apresenta nenhum sinal diacrítico do habitar indígena.

As quarta e quinta aldeias urbanas aqui apresentadas são a AU Darcy Ribeiro - que foi a segunda construída pela Prefeitura de Campo Grande/MS - e a AU Estrela da Manhã, onde vivem famílias das etnias Terena, Guarani e Kaiowá, sendo que a maioria são oriundas da aldeia Taunay, de Aquidauana/MS, distante 118 km da capital. Enquanto a AU Darcy Ribeiro foi construída em regime de empreita em 2007, assim como a Marçal de Souza, porém, no ano de 2007, a AU Estrela da Manhã é composta por 48 barracos, feitos de materiais precários, portanto, sem apoio da Prefeitura e, por isso, não houve um marco inaugural da mesma. Ambas situam-se no bairro Jardim Noroeste, que tem sido escolha de moradia dos indígenas desde a década de 1980. No entanto, ressaltamos que a população indígena do bairro vai além das AUs, contendo também comunidades e outros modos de moradia, como por exemplo, a prática de alugar casas ou residir em moradias de familiares que já têm casa própria (Batistoti; Latosinski, 2019).

Considerada Aldeia Urbana pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a AU do Indubrasil situa-se em um parcelamento da Vila Entroncamento, onde vivem cerca de 200 famílias e 500 pessoas (Batistoti; Latosinski, 2019). Estas famílias são oriundas das aldeias terena Água Bonita, Taunay/Ipegue e Bananal; além de contar com uma família kinikinau e algumas famílias kaïowá, vindas de Dourados.

As crianças da AU Indubrasil estudam na escola do próprio bairro e utilizam o posto de saúde da região, sem que ambos sejam especializados em atendimento escolar ou sanitário voltado à população indígena. Antes da criação da AU, a maioria das famílias pagavam alugueis, mas já moravam por ali. Com o surgimento da Associação Indígena do Núcleo Industrial e a luta pela criação da aldeia urbana, desde o ano de 2008, este grupo tenta conseguir no mínimo a situação oferecida a outras aldeias urbanas, de que atualmente ainda não dispõe (Batistoti; Latosinski, 2019).

Um projeto habitacional para essa AU proporcionará benefícios diversos para as famílias indígenas, permitindo maior interação e organização enquanto comunidade, possibilitando um investimento em seus lares e na comunidade, como a criação de um espaço coletivo, pois atualmente, a comunidade reúne-se em casas cedidas pelos moradores para realizar suas reuniões, devido à falta de infraestrutura (Batistoti; Latosinski, 2019, p. 350).

A AU Santa Mônica é composta por famílias que migraram das aldeias Bananal, Lagoinha, Ipegue e Água Branca, localizadas nos municípios de Aquidauana/MS e Sidrolândia/MS. Sua população gira em torno de 60 famílias, com 255 pessoas, sendo a maioria delas Terena (Batistoti; Latosinski, 2019). Os moradores trabalham em empresas e indústrias localizadas no Núcleo Industrial. É uma aldeia sem a infraestrutura das outras, contudo, que mantém vivas as suas tradições, como apontam os autores:

A língua, as tradições e culturas indígenas estão bem presentes dentro da Comunidade, eles têm um grupo de jovens que realiza apresentações de danças Terena em universidades e diversos eventos. Pela comunidade há grafismo indígena desenhado nos postes e no centro comunitário, observa-se o esforço para preservar sua identidade, principalmente das crianças, para que não se perca com a vivência na cidade (Batistoti; Latosinski, 2019, p.352).

Explicitamos até o momento, brevemente, a situação de seis aldeias urbanas: Marçal de Souza, Água Bonita, Tarsila do Amaral, Darcy Ribeiro, Santa Mônica *Inámaty Kaxé* (tradução), Indubrasil. As AUs restantes, ou seja, sete - de um total de 13 -, quais sejam, Água Funda, Canaã, Estrela da Manhã, Novo Dia, Caiobá, São Conrado e Dalva de Oliveira, serão tratadas através da pesquisa *in loco* a ser acrescentada aqui, no capítulo seguinte, a partir de observação participante e entrevistas, parte do trabalho etnográfico a ser desenvolvido nas

AUs de Campo Grande/MS. As seis AUs que expusemos tiveram suas informações referenciadas pelo trabalho de Almeida Batistoti e Karina Latosinki (2019). Sabemos que existem mais outras sete aldeias pela exposição deste número noutros textos acadêmicos, como o caso de Silva (2022), contudo, o autor não chegou a dispor a situação de todas as AUs antes de adentrar na análise específica da AU Jardim Inápolis.

O papel das aldeias urbanas em Campo Grande/MS pode ser compreendido em quatro frentes. Na primeira, o fato de manterem as culturas indígenas vivas, ainda que no espaço urbano, proporcionando locais para a manutenção dos costumes, línguas, rituais e tradições. Depois, está o fortalecimento da identidade étnica a partir de uma vivência de coletivo indígena na cidade, algo que colabora para a autoestima dos indígenas, especialmente os Terena, promovendo o senso do pertencimento destes a uma comunidade. Em terceiro lugar, seria a facilitação do acesso aos serviços básicos, como saúde, educação, transporte, etc., motivo central pelo qual migraram para a zona urbana. Ainda que com muitas críticas, há sim um melhor acesso a estes recursos governamentais na cidade do que nas aldeias rurais. Por fim, a existência das AUs pode facilitar a implantação das políticas públicas voltadas para a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas, porque as torna mais “visíveis”, afinal cotidianamente se apresentam diante dos olhos da sociedade não indígena, majoritariamente urbanizada. Assim, haveria uma maior sensibilização da sociedade não indígena para a temática da diversidade cultural, dos direitos dos povos indígenas, da importância dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, entre outras possibilidades. Todas estas ações relacionadas ao papel das AUs em Campo Grande/MS têm vital importância na luta e no discurso das suas lideranças indígenas, como veremos no capítulo seguinte, que lutam bravamente em defesa dos direitos de seus povos. Não podemos negar que, por um lado, Marechal Rondon diminuiu ou desacelerou o prejuízo sofrido pelos povos indígenas no contexto em que lançou mão das reservas indígenas como solução para os conflitos agrários na região. Todavia, lidamos com os problemas dessa política desde então. A resistência indígena, através das ocupações, assentamentos, retomadas, retornos, bem como a interlocução constante do movimento indígena com o poder público, têm se mostrado essencial para a movimentação dos agentes públicos na resolução destes equívocos, injustiças, negações de cidadanias indígenas. Por isso, são importantes as práticas exercidas pelas lideranças e movimentos indígenas históricas e atuais, tanto em aldeias rurais quanto em aldeias urbanas.

Muitas questões foram e são motivadoras do crescente processo migratório dos indígenas para Campo Grande/MS. Através de uma breve contextualização histórica, percebemos o porquê da precariedade existente nas reservas rurais onde estão localizadas as

aldeias rurais, de onde os indígenas retiram sua sobrevivência física e cultural. As AUs foram criadas para que os indígenas tivessem o mínimo respaldo do poder público neste novo contexto, porque ele é responsável por essa migração. Muito ainda é necessário fazer em relação ao bem viver dos indígenas na cidade, mas o movimento indígena está atento e ativo, e é com essas lideranças indígenas que queremos compreender quais são os desafios que enfrentam em suas batalhas atuais.

1.3 AS PRINCIPAIS RAZÕES PARA A MIGRAÇÃO CONSTANTE TERENA ÀS CIDADES

Como visto anteriormente, os Terena realizaram grandes deslocamentos dentro da sua história. Embora os atos de Marechal Rondon tenham atualmente uma leitura mais crítica que benéfica, supomos que se ele não tivesse tomado esta atitude, haveria um número bem menor de indígenas por onde passou, inclusive de indígenas Terena (Santana, 2001). Além do fato de serem pequenas em relação ao número de indígenas que habitavam/habitam essas reservas, muitas delas são próximas dos centros urbanos, algo que contribuiu para a migração indígena para as cidades.

As cidades já eram conhecidas por muitos, pois com reservas tão próximas aos centros urbanos era quase impossível um jovem não as ter visitado pelo menos uma vez. Quando retornavam traziam novidades, seja das coisas que viam ou dos objetos que conseguiam comprar. A década de vinte, marca o início das migrações Terena para os centros urbanos, que foram intensificadas nos anos trinta, com a expansão da febre espanhola nas reservas (Santana, 2001, p.24).

Devido à necessidade do deslocamento dos Terena às cidades, o contato com produtos alimentícios, calçados, roupas, acessórios e mercadorias de todo tipo torna-se frequente na vida destas pessoas. Em seu trabalho de campo, Santana (2001) ouviu relatos de alguns Terena em relação à migração para as cidades, que demonstram o saudoso tempo em que viviam seus pais e avós, em que reconhecem transformações inevitáveis, porém, sem que tenham se perdido no mundo não indígena, sempre buscando se fortalecerem através dos seus conhecimentos ancestrais, suas lutas e reivindicações coletivas. É recorrente a opinião de que a vida na cidade é muito importante, porém ao serem perguntados se eles morariam lá para sempre, os Terena negam esse desejo, dizendo que “lá fora, tudo tem que pagar” (Santana, 2001, p.28), ou seja, que o custo de vida nas cidades não vale a pena. Assim sendo, são “migrações temporárias” àquelas dos Terena às cidades, pois mudar-se de uma forma definitiva é encarado como algo muito difícil (Santana, 2001).

Os patrícios que vão para a cidade definitivamente estão na maioria das vezes iludidos com a possibilidade de encontrar melhorias em tudo, só que quando chegam na cidade encontram fome e discriminação. Os índios deveriam permanecer nas aldeias, pois aqui a gente não paga aluguel (Depoimento de Estevinho Terena, da aldeia Água Branca) (Santana, 2001, p. 28).

Com base nos relatos trazidos por Santana (2001), percebe-se que os Terena mais velhos têm consciência da inevitável relação que mais cedo ou mais tarde pode se estabelecer com o meio urbano e sabem que, se seus filhos forem para a cidade na intenção de estudar e se qualificarem, será vantajoso para todos que ali vivem. No entanto, ir morar na cidade de forma definitiva é algo que não passa na cabeça dos mais velhos, principalmente. Dentre os maiores desafios que se apresentam na vida urbana estão a sobrevivência, a discriminação e o preconceito. Traçando um perfil dos estudos de indígenas em contextos urbanos, Santana (2001) aponta para duas perspectivas dominantes: a primeira prioriza a discussão dos efeitos da migração na saúde, moradia, educação, lazer etc. dos indígenas; na segunda, debate-se a apropriação das características não indígenas e a resignificação dos elementos culturais indígenas dentro de um contexto urbano. A migração dos Terena para as cidades ocorre de maneira mais consistente, de algumas décadas atrás para cá. Porém, nunca é demais salientar que em primeiro lugar houve uma aproximação dos centros urbanos em relação aos Terena, e não o contrário. Aliás, na região pré-pantaneira, há mais ou menos três séculos, iniciou-se uma espécie de urbanização próxima aos Terena dentro do território sul-mato-grossense.

Quanto à questão da “*urbanização crescente*”, que Roberto Cardoso de Oliveira descreve como um processo aparentemente recente, as fontes históricas que citamos antes indicam que esse processo é bem mais antigo e fortemente ligado ao “expansionismo Aruaque”. Como vimos, as fontes históricas (cronistas dos séculos XVIII e XIX e os documentos do Império) colocam certa ênfase no fato dos Txané-Guaná formarem pequenos núcleos nas vizinhanças das fortificações e presídios da região pré-pantaneira (Coimbra – 1775, Príncipe da Beira - 1776 e Miranda - 1778), a partir de onde recebiam cereais, couros, cestarias, carnes dos seus parentes das aldeias para comerciarem com aquelas “praças”. A maioria das fontes relata não só este comércio, mas a sua importância vital para a própria fixação das guarnições. Mais tarde, estes núcleos Txané-Guaná dariam lugar aos núcleos urbanos de Corumbá e Miranda. Tal “disposição para a urbanização” dos povos Txané-Guaná é perfeitamente coerente com a estratégia que utilizavam frente aos “brancos” (*purutuyé*) - ou ainda frente a outros povos indígenas “culturalmente superiores”, na expressão de Schmidt: aliar-se a eles, conhecer seu modo de “fazer as coisas”, copiar-lhes aquilo que poderia ser adaptado com vantagens a sua cultura (pautas de organização social, artefatos, estratégias de guerra etc.) para, de acordo ainda com a (nem tanto) extravagante teoria de Schmid, *expandir* suas áreas de domínio e a “sua cultura” (Schmidt, 1917, p. 10, nota 06, Azanha).

Os Txané-Guaná mostraram, séculos atrás, a predisposição em realizar o comércio com parentes e não indígenas, assim como desenvolver centros de observação e a apropriação das dinâmicas culturais externas para uso tático próprio.

Na etnologia indígena clássica sobre os Terena, centrada principalmente na figura e obra de Roberto Cardoso de Oliveira (1976), estes dois aspectos são abordados a partir de uma ótica antropológica datada, isto é, de uma época específica, que não se consolidou e perdurou até os dias atuais. Embora Cardoso de Oliveira seja um excelente antropólogo e tenha muitas teorias e trabalhos atuais e significativos para a área, produzia a ideia de que os Terena foram assimilados principalmente os indígenas que moravam na cidade, ou seja, foram urbanizados especialmente as gerações que nasceram e cresceram fora das comunidades e aldeias de reservas, fruto das relações interétnicas (ou não). Segundo o autor, os Terena que se mudam para as cidades após certa idade procuram manter suas raízes, bem como as formas de organização social e cultural que aprenderam nas aldeias, mantendo seus valores e práticas apreendidos nas aldeias de origem (Oliveira, 1976). Entretanto, indivíduos que nasceram na cidade não teriam a mesma necessidade de manutenção desses saberes e fazeres, sendo então chamados de assimilados pelo autor.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, a razão da mudança da aldeia rural para a cidade estaria no espaço diminuto, que já não comportaria mais o grosso da população terena, os desentendimentos entre os patrícios, que acontecem muito por conta dos espaços reduzidos de habitação, assim como o avanço da criação de gado e de outras atividades econômicas não indígenas na região. Logo, para Cardoso de Oliveira a vida dos Terena nas aldeias rurais não é precária, mas sim as circunstâncias desta vida - muito distintas daquela ideal, para a própria cultura - é que fazem com que essa migração ocorra para as áreas urbanas (Oliveira, 1976). O autor aponta a ausência de condições de trabalho nas aldeias ou nas suas proximidades, a falta de materiais para realizarem seus trabalhos na agricultura, os desentendimentos entre os “patrícios” e, por que não, a atração que a vida urbana como vida mais cômoda exerce, como fatores predominantes para o despertar no Terena desta vontade de migração.

Já estabelecidos na cidade, os Terena fatalmente acabam por estabelecer relações com os que eles chamam de *cá*. Segundo Oliveira (1976), há uma clara intenção dos Terena em participar na política não indígena, no contexto em que este antropólogo fez trabalho de campo, especialmente no ano de 1958. Sua inserção no campo político objetivava maior capacitação dos seus para lutar em defesa dos territórios indígenas e comunidades.

Após vermos nos escritos de Cardoso de Oliveira os fatores que colaboram para o que ele chamou de “assimilação terena”¹², nota-se a existência de alguns fatores divergentes neste processo, que dificultam essa assimilação. A falta dos documentos, como os de reservista e a carteira de trabalho, dificultam muito a conquista de melhores empregos e interação na capital. Além desse empecilho, como os Terena têm culturalmente uma forte ligação com a lavoura, mesmo aqueles que conseguiram um emprego na cidade sentem vontade de voltar a trabalhar no campo. Este é um dos fatores apontados como centrais por Oliveira (1976), para a lentidão na assimilação dos Terena pelos não indígenas. Isto posto, o antropólogo conclui que apesar da população terena fazer parte da economia regional, ela está longe de ser assimilada pela sociedade brasileira - ainda que as gerações posteriores, formadas por filhos e netos de indígenas emigrados, estejam individualmente assimiladas.

Um motivo externo para isso ocorrer seria o estigma do “bugre” no Mato Grosso do Sul, que demonstra uma difícil aceitação por parte dos não indígenas e grande discriminação que os indígenas em geral sofrem (Oliveira, 1976). Em nossa leitura do clássico livro de Roberto Cardoso de Oliveira (1976), compreendemos que a assimilação proposta por ele teria ocorrido individualmente com os indígenas Terena que já nasceram dentro das cidades, pois àqueles que migram das aldeias rurais para o centro urbano jamais esquecerão o modo de vida apreendido no contexto anterior, seus costumes e características culturais. Para os Terena, a vida nas aldeias rurais é compreendida como boa, ainda que não ideal, e o que ocorre então seria uma “sedução” da cidade grande, em momentos de desamparo social, cultural, de direitos (saúde, educação, moradia, etc.). Por outro lado, ainda que a sedução ocorra, a cidade grande pode apresentar inúmeros desafios, como o sistemático preconceito dos *purutuye* em relação aos indígenas, a luta e resistência cotidianas pela afirmação das suas raízes, bem como fazer com que o não indígena entenda a importância de se estabelecer uma vida em harmonia com os indígenas.

Roberto Cardoso de Oliveira também destaca, em *Urbanização e Tribalismo*, alguns fatores que contribuíram para a inserção dos Terena no meio urbano: além de suas raízes históricas e anteriores até aos pequenos aglomerados urbanos não indígenas, como salientamos anteriormente, uma espécie de encantamento dos que por ventura visitaram e visitam os meios urbanos mesmo que por puro lazer.

¹² É importante destacar que este conceito colocado por Roberto Cardoso de Oliveira, remete a uma compreensão obtida nas décadas de 50 e 60 onde nos tempos atuais, o contexto é diferente e este termo “assimilados”, foi substituído por “adaptados”, por exemplo.

Não há Terena adulto que não tenha, de um modo ou de outro, alguma experiência relacionada com a vida urbana. Ou por passagem pelas cidades da região proporcionada pelo labour migration, ou por viagens de uma aldeia a outra em busca de novas moradas de caráter permanente, ou, ainda, se bem que em menor número, por excursões recreativas e esportivas, o índio participa naquelas pautas culturais mais atraentes da vida citadina. Essas diferentes modalidades de contato com a cidade conduzem o Terena aldeado a acolher, gradativa e progressivamente, um expressivo número de ideias, capaz de reorientá-lo na situação interétnica e, de um modo muito particular, na situação de vida comunitária na Reserva. As breves permanências nas cidades ou o simples trânsito por elas são suficientes para revelar ao Terena aldeado um novo mundo, particularmente atraente aos jovens, ansiosos por aventuras que a vida de Reserva e o ambiente regional circunvizinho não lhes podem proporcionar. As ideias que da cidade trazem para a aldeia são todas orientadas nesse sentido e marcadas por um prestígio só atribuído às coisas superiores e desejáveis: é frequente ouvir-se entre os jovens aldeados a expressão "aprender o regulamento", como significando a necessidade que sente o Terena de saber as regras de boa conduta social correntes no meio urbano e credenciadas a ensiná-los a como se comportar em suas aldeias. A partir do momento em que as maiores cidades da região - Campo Grande e Aquidauana - começaram a se incorporar no anedotário indígena dos Terena aldeados, pode-se dizer que se iniciou verdadeiramente o processo de sua atração às áreas urbanas. Em ambas as cidades, o Terena - homem ou mulher - sentiu-se viver pela primeira vez numa "aldeia de purutuyé"; numa "aldeia" em que o ritmo da vida era totalmente diverso daquele a que estava acostumado na Reserva, nas fazendas ou nos povoados regionais: movimento de carros em Campo Grande, de gente em Aquidauana, com footing em volta do jardim, iluminação e cinemas em ambas as cidades, comércio, lojas sortidas com suas vistosas vitrines e a zona do meretrício, fonte de peculiar encantamento para o contingente masculino. As "casas de vidro" - como nos disse certa vez um velho Terena, impressionado com vidraças e vitrines - compunham na imaginação indígena uma paisagem citadina impregnada de tal maravilhoso que poucos índios seriam capazes de eludir (Oliveira, 1968, p. 125-126).

Além deste encantamento, outra vertente explicativa pode contribuir para o entendimento do por que os Terena migram: sua concepção territorial, em que as fronteiras são fluidas, se movem e estão em constante expansão, pode explicar o fato de saírem das suas aldeias de origem para uma nova vida dentro da periferia de uma grande cidade (Mussi, 2006). É cultural também, essa facilidade dos Terena em adaptar-se (do rural para o urbano), ao mesmo tempo mantendo contatos e fortes ligações com os parentes que ficam nas aldeias rurais e, por outro lado, estabelecendo novas redes de relações nas cidades. O modo como constroem sua etnicidade se dá a partir de relações com outros grupos, que tanto servem para afirmarem sua identificação e fronteiras étnicas (Mussi, 2006) quanto para incorporarem novos indivíduos, práticas e saberes. Acrescentando o que foi dito em relação à etnicidade para os Terena, além de estabelecerem relações com outros grupos, incluindo os não indígenas, por mais que eles incorporem novos valores, sempre haverá um sentimento de

pertencimento à sua etnia de origem. Mussi (2006) disserta sobre a inserção gradativa dos indígenas Terena no espaço urbano:

Desde o período Colonial, os povos indígenas têm sido pressionados pelas frentes expansionistas da sociedade envolvente a se deslocarem sucessivamente. Esses povos buscam alternativas as mais variadas, no sentido de continuar existindo e mantendo sua cultura. No cenário mais contemporâneo, porém, a situação não difere muito, pelo menos para os Terena, pois na luta pela garantia da sobrevivência, esse povo começou a sair de suas aldeias de origem para os centros urbanos mais próximos, no anseio de encontrar alternativas de vida, que pudessem suprir as suas necessidades mais elementares (Mussi, 2006, p. 210).

Para Mussi (2006), o trabalho exerce basicamente três funções dentro da organização social terena: primeiro com o objetivo de sustentar a si e aos seus; depois o de mecanismo impulsionador de deslocamento; e, por fim, o de auxiliar no processo de ingresso na sociedade urbana. Neste percurso, os indígenas sofriam/sofrem exploração da sua mão de obra, por exemplo. Os indígenas que vendiam seus produtos em Miranda/MS eram explorados pelos comerciantes que queriam pagar muito barato pelo que produziam. Muitos deles não viam alternativas e viajavam até 200 km para Campo Grande/MS para tentarem vender lá, pois conseguiriam melhores preços nas suas vendas. Para Mussi (2006), são três os motivos que deram curso ao processo migratório terena: laços de parentesco, o mercado de trabalho e as constituições de associações indígenas.

Há cerca de 60 anos, o fluxo migratório tornou-se constante (Mussi, 2006).

Neste sentido, mediante o estudo realizado nas Aldeias Terena de Cachoeirinha e Bananal, é possível constatar que, a partir de 1960, inicia-se um grande fluxo migratório para os centros urbanos do estado, com destaque para a Capital e, fato significativo, a maior incidência de saída das famílias de suas aldeias de origem diz respeito à busca de trabalho, tendo em vista a falta de opções alternativas de ocupação profissional e a falta de recursos materiais e sociais básicos (alimento, escola e saúde). Já a segunda maior causa, incide, ao mesmo tempo, sobre vários motivos: a vinda dos filhos para a cidade por ocasião da mudança dos pais; a saída em busca de escola para os filhos; a quebra de sistemas de cooperativas; desentendimentos com feiticeiros e lideranças locais; casamentos com não indígenas, entre outros, sem contar com os que já nasceram na cidade (Mussi, 2006, p.211).

Após a exposição de diversos autores estudiosos da questão, podemos concluir que a falta de recursos para o bem viver é sem dúvida o maior motivador desse processo migratório.

Deste modo, podemos perceber que, se de um lado, a cidade oferece mais opções de trabalho, por outro, a rentabilidade destes serviços prestados, por constituírem mão-de-obra não especializada, é muito baixa, variando de um a dois salários mínimos por família, submetendo-os a situações bastante precárias. São poucas as famílias que ganham três ou mais salários-mínimos. A renda baixa vai refletir, portanto, em todos os demais setores como, por exemplo, na educação, na saúde, na moradia, na alimentação, no lazer e em outras necessidades básicas (Mussi, 2006, p.211).

Assim, os Terena de certa forma exercem o que Mussi (2006) chama de incorporação forjada com a sociedade não indígena.

Podemos constatar ainda que as implicações desta estratégia de incorporação forjadas no embate com a sociedade não indígena, e marcado performaticamente na inter-relação, em que os Terena são auto-identificados, eles negociam sua condição étnica, sofrendo mais risco, pois neste processo dialético não conseguem absorver e/ou dominar o outro. Assim, é neste jogo de negociação interativa com a sociedade envolvente que os Terena se mantêm nos chamados “entre-lugares”, ou seja, continua sendo Terena, mas agora um “outro Terena”: não aquele da Aldeia, mas também não apenas o da cidade; ele vive “entre” estes dois espaços sociais: o da Aldeia e o da cidade (Mussi, 2006, p. 234).

Para analisar nossa reflexão sobre as duas perspectivas dominantes nos estudos sobre indígenas em contexto urbano - a) efeitos da migração e b) apropriação das características não indígenas e a ressignificação dos elementos culturais indígenas dentro de um contexto urbano podemos dizer que apesar de haver essa diversidade de significações culturais terena, há também uma unidade básica chamada de símbolos identitários terena.

O que difere especificamente os Terena, em relação aos outros grupos, são basicamente quatro características:

Ocupação do espaço destinado ao preparo do solo para o plantio (forma própria para a agricultura); 2. A fixação da moradia próxima às áreas de matas apropriada à plantação; 3. A necessidade e capacidade de incorporar novos elementos culturais de outros grupos étnicos para manterem a organização social de sua cultura; 4. A sua cultura material (cerâmica, e artesanato), e por fim, todas as suas tradições orais, mitos, ritos religiosos (Mussi, 2006, p. 249).

Apesar de serem fluidos e adaptáveis, os Terena possuem características que simbolizam sua etnia e que a difere das demais existentes, como os Kaiowá, Kadiwéu, Guató e Brasileira, por exemplo. Características essas que tornam a etnia Terena peculiar e nos transmite a ideia de que apesar de terem passado por grandes injustiças, nos dias atuais eles ainda existem e resistem, algo que demonstra a força dessa sua cultura. É mister destacar que existem outros modos de lidar com as situações vivenciadas pelos indígenas em contexto urbano. Um deles é a denominada “negociação”, estratégia de alguns para se sentirem inseridos ou não na sociedade, a depender do seu interesse naquele momento (Vieira, 2023).

Para nós, esse dado não conflita com a discussão apresentada anteriormente, mas sim a complementa. Em virtude desta crescente migração dos povos indígenas para Campo Grande/MS onde cerca de 90% deles são da etnia Terena, em meados dos anos 90 o movimento indígena age e ocupa uma área em disputa. A partir daí, o poder público começa a criar aldeias urbanas, no intuito de apaziguar conflitos latentes e atender à crescente migração dos indígenas para Campo Grande/MS.

CAPÍTULO II Considerações clastreanas sobre a política e o poder para os povos indígenas na América do Sul

Neste capítulo objetivamos compreender a política e o poder para os povos indígenas da América do Sul, tendo como base a obra “Sociedade contra o Estado”, de Pierre Clastres (2003). Nossa ideia é situar o/a leitor/a nas questões atinentes a essa temática, do ponto de vista da antropologia política, vislumbrando posteriormente um melhor entendimento sobre as lideranças terena na cidade de Campo Grande/MS. Dividimos o capítulo em três subitens: no primeiro, vamos apresentar as reflexões clastreanas a respeito da organização social dos povos indígenas da América do Sul, a linguagem e a sua importância dentro do funcionamento dessa sociedade e, por fim, a filosofia da chefia ameríndia.

2.1 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A LINGUAGEM

De modo geral, a sociedade ocidental é dotada de um regime estatal em que um chefe de Estado coordena e administra as ações ou dá diretrizes que organizam politicamente uma nação. Nele, os indivíduos que compõem esta nação são representados politicamente por esse chefe, que detém o poder que lhe foi outorgado pelos cidadãos, por meio do voto, por exemplo. Não podemos deixar de mencionar que, no ocidente, o regime de hierarquia existe e os cidadãos têm direitos, mas também têm deveres, que devem ser cumpridos.

Mas, como seria a organização política dos ameríndios? A resposta, segundo Clastres (2003), à primeira vista demonstra o oposto das sociedades ocidentais, ou seja, que o poder estatal é inexistente, que não há contrato social e político entre representantes e representados. Todavia, esta primeira impressão logo é desmontada pelo autor, que nos informa que uma sociedade existe somente se o poder e a política existirem, ainda que não haja a figura do Estado.

Isto significa que o poder pode ser coercitivo¹³ ou não coercitivo, sendo este último central para a caracterização da organização social e política dos ameríndios, e o primeiro fundamental para compreender as sociedades ocidentais, compostas pela característica de “comando-obediência” (Clastres, 2003). Assim sendo, a principal característica apontada pelo autor, em relação à política no contexto ameríndio, seria a negação de uma hierarquia, da coerção e da forma autoritária de uma liderança. Uma liderança que venha a possuir qualquer

¹³ Que pode causar coerção, imposição de algo através da força; forçado, obrigatório; repressivo.

uma dessas características - que se enquadram no modelo de poder perpetrado pelas sociedades ocidentais - estaria fadada ao fracasso iminente. Para explicar esta questão, bem como o fato dela se repetir em diversas etnias na América do Sul, Clastres (2003) observa a demografia, a partir de duas perguntas: será que todas as sociedades seriam idênticas a nível de comportamento entre si? Será que a natureza do poder político se altera, na medida em que o contingente populacional aumenta, e neste caso, se fortalece ou se enfraquece com isso?

Seguindo na premissa da questão demográfica na América do Sul, averigua-se que certamente existiam povos e etnias que dominavam populacionalmente determinadas regiões do continente. Com a chegada dos europeus, eles se depararam com uma grande quantidade de pessoas nativas em especial de determinados grupos e estabeleceram relações com estes povos. Segundo Clastres, os Tupi Guarani¹⁴ eram a etnia predominante na região.

Como eram constituídos os grupos locais, ou aldeias, dos Tupi-Guarani? Todos esses fatos são bastante conhecidos, mas é útil lembrar o essencial. Uma aldeia guarani ou tupi compunha-se de quatro a oito grandes-casas coletivas, as malocas, dispostas em torno de uma praça central reservada à vida religiosa e ritual. As dimensões das malocas variam segundo os observadores e, é claro, segundo os grupos visitados. Sua extensão se situa entre 40 m para as menores e 160 m para as maiores. Quanto ao número de habitantes de cada maloca, oscila de cem (segundo Cardim, por exemplo) a quinhentos ou seiscentos (Léry). Resulta daí que a população das aldeias tupinambá mais modestas (quatro malocas) devia comportar cerca de quatrocentas pessoas, enquanto as mais importantes (sete ou oito malocas) atingia, se não ultrapassa, 3 mil pessoas. Já Thevet fala de certas aldeias, em que se hospedou, de 6 mil e até de 10 mil habitantes. Admitamos que esses números sejam exagerados. Ainda assim, o tamanho demográfico dos grupos tupi ultrapassa, e muito, a dimensão habitual das sociedades sul-americanas. A título de comparação, lembraremos que entre os Yanomami da Venezuela, população florestal, e além do mais, intacta, pois ainda protegida do contato com os brancos, os mais numerosos grupos locais agrupam 250 pessoas (Clastres, 2003, p. 87).

Nota-se a partir das informações obtidas de Clastres (2003) a grande quantidade de habitantes em uma determinada região, constituindo um grande contingente da etnia Guarani. Percebe-se que a divisão das “malocas” remete a uma forma organizada de sociedade no que se refere aos Guarani, lembrando que estes dados são aproximados e em relação ao século XVI, período da chegada dos europeus na América. “Foi com os Guarani, senhores de toda a região, que os espanhóis se aliaram. Esses breves dados históricos explicam por que os Tupi-Guarani foram conhecidos quase tão cedo quanto os Astecas ou os Incas” (Clastres, 2003).

¹⁴ O tupi diz respeito à língua Tupinambá, que era falada pelas comunidades indígenas existentes no Brasil quando o território foi colonizado pelos portugueses. Guarani, por sua vez, é a língua falada pelas nações que são encontradas na Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/antropologia/cultura-tupi-guarani>>. Acesso em: 6 jul. 2024.

Outro ponto importante diz respeito à belicosidade existente entre os povos indígenas. O autor cita como exemplo a disputa entre franceses e portugueses, pelo litoral brasileiro, onde eles fizeram alianças diferentes com tribos (na época) inimigas entre si, tirando proveito dessas guerras internas ao território. Algumas expedições guerreiras envolviam centenas de combatentes, chegavam a durar semanas ou meses, movimentando cerca de 12 mil guerreiros; sem contar a participação maciça das mulheres, que se encarregaram da logística de transporte e alimentação das tropas (Clastres, 2003). Logo, homens e mulheres tinham muita importância nas guerras indígenas.

Quando os espanhóis, sob o comando de Domingo de Irala, chegaram ao local da atual Assunção, entraram em contato com os dois chefes que controlavam a região: estes poderiam dispor de 4 mil guerreiros. Muito pouco tempo depois da conclusão da aliança, esses dois caciques foram capazes de levantar o que se deve chamar de exército – 8 mil homens que ajudaram Irala e seus homens a combater as tribos agaces sublevadas contra os espanhóis. Estes, em 1542, tiveram de lutar contra um grande chefe guarani, Tabaré, que dirigia 8 mil guerreiros. Em 1560, nova revolta dos Guarani, 3 mil dos quais foram exterminados pelos novos senhores (Clastres, 2003, p. 89).

Os espanhóis lidaram diretamente com as lideranças indígenas que controlavam a região, com isso, percebemos a importância dessas lideranças e também o controle que elas exerciam na região de Assunção. Tudo isso não parece contraditório em relação ao que foi dito inicialmente? Como os indígenas arregimentaram politicamente os indivíduos de sua sociedade sem a coerção e o poder de uma instituição como o Estado? Sabemos que as sociedades indígenas são estratificadas, ou seja, diversos povos indígenas têm divisões como senhores/escravos, senhores/súditos, dirigentes/cidadãos, etc. Nelas, a única palavra de ordem e legítima seria a da liderança. Esta é uma característica sem a qual o líder não poderá liderar, contudo:

As sociedades indígenas não reconhecem ao chefe o direito à palavra porque ele é o chefe: elas exigem do homem destinado a ser chefe que ele prove seu domínio sobre as palavras. Falar é para o chefe uma obrigação imperativa, a tribo quer ouvi-lo: um chefe silencioso não é mais um chefe (Clastres, 2003, p. 141).

Entretanto, em suas palavras, não deve haver comando ou autoridade. A palavra não é de poder, mas de sabedoria sobre os temas de que trata: o chefe deve saber falar. Se o chefe for impositivo e autoritário, perde o respeito dos demais membros do grupo, porque então não será mais aquele que sabe conduzir a palavra como chefe. Aliás, saber se comportar dentro de determinada cultura é um dos principais valores transmitidos pelos indígenas sul-americanos. E muito desse saber está nos ensinamentos sobre a linguagem, sobre a comunicação.

De acordo com Clastres (2003), a linguagem caracteriza-se em dois sentidos: o primeiro refere-se às histórias que os índios contam entre si, e que o autor vai aproximando às piadas, no contexto ocidental. São histórias cujo conteúdo é satírico e envolve sempre personagens que fazem parte do cotidiano dos povos. O outro sentido diz respeito à linguagem sagrada, que é reconhecida como profunda, como ensinamento, como algo a ser preservado e aprendido.

Clastres exemplifica o primeiro tipo de linguagem com dois mitos contados pelos *Chulupi*, localizados no antigo Chaco Paraguaio. No primeiro mito, o herói é um velho xamã e no segundo, um Jaguar¹⁵. No mito do velho xamã, conta-se que ele tenta abusar de uma de suas netas em duas situações distintas, contudo, em ambas a moça acaba fugindo e deixando o velho ferido. Ao retornar para a aldeia, sua esposa o humilha e ele responde que não gosta mais de coisas velhas, referindo-se a sua esposa (Clastres, 2003). Já no segundo mito, um jaguar observa outros animais e quer brincar com eles, por exemplo, quer atravessar o fogo como um camaleão ou voar como um pássaro. Após várias tentativas, o jaguar vê que não consegue fazer nada disso e, se não fosse a intervenção de um passarinho, teria sucumbido há muito tempo.

[...] os dois mitos considerados mostram o xamã e o jaguar como seres grotescos e objetos de risos; [...] no plano das relações efetivamente vividas entre os homens, de um lado, os xamãs e os jaguares do outro, a posição destes últimos é exatamente contrária daquela que apresentam os mitos: o jaguar e o xamã são seres perigosos, logo respeitáveis, que por isso mesmo permanecem mais além do riso; [...] A contradição entre o imaginário do mito e o real da vida cotidiana se resolve quando se reconhece nos mitos uma intenção de mofa: os *Chulupi* fazem na esfera do mito aquilo que lhes é proibido no plano do real. Não se ri dos xamãs reais ou dos jaguares reais, pois eles não são nada risíveis (Clastres, 2003, p.133).

Tanto o xamã quanto o jaguar são considerados temidos e perigosos pelos indígenas. O medo parte do princípio em que o xamã possui tanto o poder de curar quanto o de amaldiçoar as pessoas. Já o jaguar, não tem a intenção de atacar os homens e também, em muitos casos, são a caça dos índios caçadores, mas existem relatos de ataques de jaguares a indígenas na floresta. Assim como há teorias que unem o jaguar e o xamã em um só ser.

Nestes exemplos, percebe-se a importância em manter-se dentro do que é saber-fazer algo. Certamente um líder pode ser como o xamã e o jaguar, um personagem a ser temido. Porém, se ele não sabe falar bem, de acordo com os padrões do que isso seja dentro de determinado grupo, não é bem visto pela comunidade e sofrerá piadas, chacotas, descredibilização. Logo, linguagem e organização social andam juntas, não somente na

¹⁵ Maior felino do continente americano e terceiro do mundo atrás apenas do tigre e do leão.

construção sociocultural do que seja uma liderança indígena, mas também noutros aspectos da vida tribal.

2.2 A FILOSOFIA DA CHEFIA AMERÍNDIA

Como vimos acima, mitologias demonstram ensinamentos, que remetem a modos de ser e fazer indígenas. Assim, Clastres (2003) admite que grande parte da base do pensamento político ameríndio vem de ou é composta por elementos míticos. Três elementos são fundamentais para um chefe ameríndio: falar bem, acalmar os ânimos das pessoas da aldeia e conceder-lhes tudo que pedirem. Robert Lowie (1948)¹⁶ propõe a ideia de "chefe titular" para este tipo de chefia, pois a figura de liderança está desprovida de poder. Uma liderança qualquer que seja, tem de demonstrar todas as características impositivas. A título de compreensão, Lowie (1948) analisa três propriedades que são essenciais aos líderes indígenas:

- 1 - O chefe é um “fazedor de paz”; ele é a instância moderadora do grupo, tal como é atestado pela divisão frequente do poder em civil e militar.
- 2 - Ele deve ser generoso com seus bens, e não se pode permitir, sem ser desacreditado, repelir os incessantes pedidos de seus “administrados”.
- 3 - Somente um bom orador pode ter acesso à chefia (Clastres, 2003, p. 41).

Além disso, Lowie acrescenta que o líder tem o privilégio da poligamia, algo que reforça e concretiza as outras duas características, de ser generoso e de ser uma espécie de apaziguador profissional (Clastres, 2003). Clastres teoriza que as sociedades sul-americanas não se caracterizam por estarem ou serem "sem o estado", mas sim "contra o estado" (Perrone-Moisés, 2011). O exemplo para explicar esta diferenciação é o da guerra. Quando em período belicoso, a chefia ameríndia age de forma diferente de quando em período de paz. Ou seja, o líder poderá agir de um modo em uma ocasião de guerra e quando retorna aos tempos de paz, volta a ser generoso e desprovido de poder. Perrone-Moisés explica a questão utilizando os mitos, uma filosofia política ameríndia por excelência:

¹⁶ “Robert Harry Lowie foi um antropólogo austro-americano, foi um dos líderes da primeira geração de estudantes de Franz Boas (1858 – 1942). Lowie ficou conhecido por suas contribuições à etnografia, estrutura social e teoria etnológica dos índios americanos. Levi-Strauss fala de “noção fundamental de um dualismo em perpétuo desequilíbrio” (1991, p. 316), de uma “filosofia ameríndia” feita de dualismos que engendram – se transformam em – outros e, sempre abertos à transformação, desdobram-se num movimento constante, perceptível na mitologia tanto quanto na organização social, na arte, na noção de pessoa, em diversos outros planos que a etnologia sul-americana não para de revelar em sua incrível variedade. Nas palavras do *karai mbyá* que nos foram transmitidas por Clastres, o Um é o Mal, a imperfeição, a finitude, a incompletude. Todo “Um”, finalmente, é recusado pelo pensamento ameríndio, na medida em que este opera na relação entre “Um” e “não Um”, o que acarretaria uma “recusa radical” (Clastres, 2003, p. 233), sim, mas consistentemente dupla. Trata-se de recusar tanto a “divisão” quanto a “não divisão”, e não caberia afirmar, como o fazia Clastres, que se recusa o “poder” em nome da “liberdade” ou a “hierarquia” em nome da “igualdade”. Trata-se de mover-se no espaço-relação entre os pólos, sem jamais fixar-se num deles, o que equivaleria a resolver (abolir) a diferença pela identidade” (Perrone-Moisés, 2011, p. 12).

Seguirei, portanto, a intuição primeira de Clastres, tomando os mitos, em conformidade com as lições de Lévi-Strauss, como reflexão, na certeza de que contêm muito pensamento “a nos opor”. Pensamento que não se expressa como “lei”, e sim como reflexão propriamente, expondo e explorando, ao decliná-las em variações, as balizas de campos de reflexão. Trata-se aqui de experimentar a mitologia como lugar de reflexão ameríndia a respeito do que chamamos política, via de acesso ao que poderíamos nomear – ainda por inspiração lévi-straussiana – a armação de uma filosofia política ameríndia (Perrone-Moisés, 2011, p. 5).

Nesta filosofia da chefia ameríndia, que compreendemos muitas vezes míticos pelos ensinamentos, há um dualismo: em alguns momentos, de guerra, por exemplo, está mais próxima daquilo que denominamos Estado. Contudo, noutros períodos, de paz, está o mais distante possível disso (Perrone-Moisés, 2011). Entretanto:

Os dualismos ameríndios jamais são estáticos, seus polos jamais são “inteiramente” isso ou aquilo. A palavra-chave, neste caso, parece ser antes da transformação. Não por acaso, é de movimento que se trata quando Lévi-Strauss fala de “noção fundamental de um dualismo em perpétuo desequilíbrio” (1991, p. 316), de uma “filosofia ameríndia” feita de dualismos que engendram – se transformam em – outros e, sempre abertos à transformação, desdobram-se num movimento constante, perceptível na mitologia tanto quanto na organização social, na arte, na noção de pessoa, em diversos outros planos que a etnologia sul-americana não para de revelar em sua incrível variedade. Nas palavras do karai mbyá que nos foram transmitidas por Clastres, o Um é o Mal, a imperfeição, a finitude, a incompletude. Todo “Um”, finalmente, é recusado pelo pensamento ameríndio, na medida em que este opera na relação entre “Um” e “não Um”, o que acarretaria uma “recusa radical” (Clastres, 2003, p. 233), sim, mas consistentemente dupla. Trata-se de recusar tanto a “divisão” quanto a “não divisão”, e não caberia afirmar, como o fazia Clastres, que se recusa o “poder” em nome da “liberdade” ou a “hierarquia” em nome da “igualdade”. Trata-se de mover-se no espaço-relação entre os pólos, sem jamais fixar-se num deles, o que equivaleria a resolver (abolir) a diferença pela identidade (Perrone-Moisés, 2011, p. 12).

Neste dualismo em desequilíbrio permanente, portanto, o que vale é a transformação contínua. Dentro deste conceito de transformação, nunca é demais lembrar que ele se encontra tanto dentro da mitologia quanto no que diz respeito à organização social. Destacamos aqui a importância do duplo para a continuidade da transformação:

A recusa da escolha nos permitiria, inclusive, dissipar o mistério que costuma envolver os “quase estados” ameríndios. Se estes surgem como movimento de centralização no seio de sociedades que cremos tendentes à dispersão, e em geral desaparecem tão repentinamente quanto surgiram, talvez seja simplesmente porque nada nas Américas, permanece paralisado, nem de um “lado” nem do outro. Entre Estado e não Estado, há lugar para toda a sorte de dosagens, que as políticas ameríndias – vividas e pensadas nos mitos – exploram. As grandes confederações e seus poderosos chefes deixam então de aparecer como transformação daquilo que seria o ser da sociedade primitiva em seu contrário, caminho em direção à sua morte (Perrone-Moisés, 2011, p. 12).

Compreende-se que a mudança e as transformações fazem parte das sociedades indígenas da América do Sul, onde o “não permanecer”, nem na aceitação do Estado e na recusa do mesmo, remete a uma cosmopolítica inserida no contexto destas sociedades. No que diz respeito à filosofia da chefia ameríndia, “a própria posição-chefe [...] situa-se no intervalo de oposição entre ser e não ser, nem uma coisa nem outra, tampouco a soma dos dois” (Perrone-Moises, 2011, p. 13). Como nos ensina Beatriz Perrone-Moisés (2011), chefe é o entre dois, deve estar em “perpétuo desequilíbrio” sempre. O trecho abaixo, de um mito descrito por Lévi-Strauss (1964), demonstra um pouco de como deve agir a chefia.

Os homens e os pássaros se aliaram para destruir a enorme sucuri que atacava todos os seres vivos. Mas todos os combatentes, amedrontados, alegavam que não podiam lutar porque só sabiam fazê-lo em terra firme. O mergulhão finalmente teve a coragem de entrar na água e feriu de morte o monstro, que ficava nas profundezas, enrolado nas raízes submersas de uma árvore imensa. Lançando gritos terríveis, os homens conseguiram tirar a cobra da água, mataram-na e esfolaram-na. O mergulhão reivindicou a pele como prêmio por sua vitória. Os chefes índios, em tom de ironia, disseram: “Mas, claro! Pode levar!” – “É para já!”, respondeu o mergulhão, fazendo sinal para os outros pássaros. Cada um deles pegou um pedaço da pele com o bico e, juntos, levantaram voo com ela. Envergonhados e enfurecidos, os índios se tornaram inimigos dos pássaros desde então. Os pássaros pousaram num local distante para dividir a pele. Concordaram que cada um ficaria com o pedaço que trouxera em seu bico. A pele tinha cores maravilhosas: vermelho, amarelo, verde, preto e branco; e era coberta dos mais lindos desenhos jamais vistos. Assim que cada pássaro pegou o pedaço que lhe cabia, ocorreu o milagre: até então, todos eram sombrios e, de repente, ficaram brancos, amarelos, verdes... Os papagaios se cobriram de verde e vermelho, e as araras de penas até então desconhecidas: rosadas, púrpuras e douradas. Para o mergulhão, que tinha feito tudo, sobrou apenas a cabeça, que era preta. Mas ele declarou-se satisfeito (Lévi-Strauss, 1964, p. 309-310).

O exemplo de chefia, neste mito, é representado na figura do mergulhão, que desferiu o golpe fatal na cobra, organizou a divisão de cada pedaço da pele colorida da cobra entre os outros pássaros e ele, no final, fica somente com a cabeça, preta - e mesmo assim se dá por satisfeito. Assim o líder deve tomar as decisões, agir para que elas aconteçam, sendo o puxador do movimento do grupo, e ser generoso ao conquistar algo, mesmo que para ele não sobre muito. Os Terena se colocam numa posição liminar, de entre mundos, ou seja, entre as aldeias urbanas e rurais, entre o diálogo e o enfrentamento com os não indígenas como vimos anteriormente no primeiro capítulo. Além dessas duas posições, que embora não muito polares são mais pronunciadas em momentos de paz, na figura dos "chefes sem poder", e em guerra, na figura dos "chefes de guerra", podem existir outras formas de lideranças dos indígenas sul-americanos.

Na medida em que relações cada vez mais estreitas com o Estado brasileiro vão sendo travadas por grupos ameríndios, sobretudo após a Constituição de 1988, que os reconheceu como sujeitos de direito, surgem novas fontes de prestígio e formas de autoridade. São professores, agentes de saúde, funcionários, geralmente jovens adultos, que muitas vezes constituem “lideranças” em oposição aos velhos “chefes sem poder” de quem falavam Lowie e Clastres. São também múltiplas organizações indígenas, cujas constituição e operação colocam outras tantas questões. Como as confederações registradas nas fontes históricas, novas formações e movimentos políticos ameríndios não podem ser compreendidos senão a partir de sua própria filosofia política. Que mal conhecemos (Perrone-Moisés, 2011, p. 20-21).

Em meio aos novos desafios e lutas que os indígenas precisam travar, frente aos contextos trazidos pelo contato com os não indígenas, ao convívio com eles e, sobretudo, à disputa de territórios, direitos e sobrevivência sociocultural, as novas lideranças indígenas despontam - entre as quais as lideranças das aldeias urbanas de Campo Grande/MS, com novos modos de liderar, ainda que carregadas de filosofia da chefia ameríndia, porque associadas às bases míticas e rituais de seus antepassados e de seus sábios atuais.

Um outro autor que realizou uma pesquisa em relação às considerações sobre as chefias ameríndias foi Renato Sztutman (2005), que aborda a frequente relação ou união entre lideranças políticas e religiosas.

A comunidade piaroa, como em outras partes das Guianas, é liderada por um chefe-sogro. No entanto, algo diferente de boa parte dos grupos caribe, este possui uma forte conexão com os domínios do que se convencionou chamar de xamanismo: são-lhe atribuídas capacidades de transformação em animais (propiciadas, em um certo sentido, pela utilização de uma substância alucinógena) e um vasto conhecimento sobre o *corpus* mitológico. Se no modelo geral de Peter Rivière (1984, 2001), orientado sobretudo pelos grupos de língua caribe, é possível encontrar nas Guianas uma divisão de papéis entre chefe e xamã, entre o secular e o sagrado, entre o físico e o metafísico; entre os Piaroa, o mesmo não se verifica, é, de certo modo, o lugar da chefia é ocupado por sujeitos magnificados – o termo é meu, e não destes autores (Sztutman, 2005, p.79).

Realizando uma comparação com a chefia clastreana e o *ruwang piaora*, existem algumas diferenças:

O *ruwang* piaroa afasta-se do chefe clastreano, visto que sua palavra, como xamã, deixa de ser aquela que “nada comunica ou faz” para ter um efeito substantivo sobre o mundo, efeito que Santos Granero (1986), estendendo o argumento de Overing para outras partes da Amazônia, identifica a uma capacidade de “conferir vida” (*life giving*) a partir de técnicas cerimoniais. Em momento algum, Overing afirma que a presença do *ruwang* coloca em risco a vida social e sinaliza a emergência de alguma forma de poder coercitivo, no sentido de mando e subordinação. Isso se explica justamente pelo fato de que o *ruwang* deve ter consciência de seu “poder” como algo extremamente perigoso e apenas potencialmente político. Um bom *ruwang* deve ser prudente e generoso o suficiente para não abusar do que detém, e

nesse sentido é também controlado pelos seus convivas. Pois se deixar de lado a generosidade e buscar exercer alguma espécie de dominação poderá ser qualificado como “feiticeiro”, o que significa o mesmo que deslegitimar a sua posição política. Nessa filosofia moral piaroa – também uma filosofia política – ocupar uma posição política é esvaziá-la de poder propriamente coercitivo, é mostrar-se apto a não exercer o poder que se detém (Sztutman, 2005, p.80).

Novamente podemos encontrar a importância que o sentido da palavra tem para esse determinado grupo de indígenas na Guiana. Prudência, generosidade e principalmente que não exerça o poder coercitivo, são alguns dos principais mandamentos que uma liderança deve ter para seus comandados. O termo *ruwang* seria uma espécie de liderança religiosa muito importante para os Piora, visto que exerce o poder igualmente como as lideranças tradicionais. Nota-se mais uma vez a necessidade desta liderança em ser benevolente com seus comandados, pois, se ele deixa de ser generoso, fatalmente perderá seu poder politicamente falando.

CAPÍTULO III: Considerações sobre desafios políticos e sociais que as lideranças terena enfrentam em Campo Grande/MS

Ao refletirmos sobre os desafios e principais questões políticas, culturais e sociais que as lideranças indígenas enfrentam/lidam em relação às aldeias urbanas em Campo Grande/MS, compreendemos que antes precisamos deixar claras as metodologias de pesquisa utilizadas neste trabalho.

Para tal, retomamos os conceitos de três autores que, através de seus escritos, contribuíram e deram um norte sobre o que fazer e como pensar a etnografia a ser realizada nas aldeias urbanas de Campo Grande/MS. São eles: Jeanne Favret-Saada (2005), Clifford Geertz (2008) e Bronislaw Malinowski (1978). Favret-Saada nos dá uma grande contribuição através de sua obra “Ser afetado” (2005), que de maneira geral trata do equilíbrio que o etnógrafo deve ter ao realizar suas pesquisas de campo e como este equilíbrio perpassa tanto as emoções que possa ter ao analisar e observar o campo, como também o envolvimento emocional que possa resultar do seu absoluto envolvimento nesta experiência. Veremos brevemente qual seria a maneira ideal segundo a autora para que se possa realizar um trabalho de campo com primazia. Em relação a Geertz, retomaremos um capítulo da obra “A Interpretação das Culturas” (2008), denominado “Um jogo absorvente”, em que trata dos seus percalços ao realizar, juntamente com a sua esposa, uma pesquisa sobre uma determinada população em Bali e das dificuldades que eles tiveram ao se depararem com este povo.

Por fim, em Malinowski, discutiremos brevemente alguns conceitos de “Argonautas do Pacífico ocidental” (1978), em que o autor realiza seu trabalho etnográfico em Nova Guiné, colocando as impressões e conceitos daquela determinada população.

3.1 METODOLOGIA, CONCEITOS E OBSERVAÇÕES: O CAMINHO A SER PERCORRIDO NAS ALDEIAS URBANAS EM CAMPO GRANDE/MS

Bronislaw Malinowski (1973) nos oferece um arcabouço metodológico sólido de como realizar o trabalho antropológico. Em suas observações, Malinowski demonstra uma boa quantidade de elementos observados, relacionados ao funcionamento de determinada sociedade, bem como seu aspecto organizacional, religiosas, políticas, estéticas etc., relações econômicas e de sobrevivência. O autor elucida, através de seu trabalho etnográfico, um sistema complexo nas ilhas em Nova Guiné: o Kula neste sistema intertribal, as tribos realizam o intercâmbio de objetos dadivosos:

A par deste tipo de comércio, existe, entretanto, outro sistema, bastante extenso e altamente complexo, que abrange, em suas ramificações, não só as ilhas próximas ao extremo leste da Nova Guiné, mas também as Lusíadas, a ilha de Woodlark, o arquipélago de Trobriand, e o grupo d'Entrecasteaux; penetra no interior da Nova Guiné e exerce influência indireta sobre vários distritos circunvizinhos, tais como a ilha de Rossel e algumas porções dos litorais sul e norte de Nova Guiné. Esse sistema de comércio, o Kula, é o que me proponho a descrever neste volume e como veremos mais adiante, trata-se de um fenômeno econômico de considerável importância teórica. Ele assume uma importância fundamental na vida tribal e sua importância é plenamente reconhecida pelos nativos que vivem no seu círculo, cujas ideias, ambições, desejos e vaidades estão intimamente relacionadas ao Kula (Malinowski, 1978, p. 22).

No que diz respeito à etnografia, o etnógrafo precisa ter em mente que se pode levar um certo tempo entre o início de sua pesquisa até o trabalho final que será apresentado:

Na etnografia, é frequentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, do caleidoscópio da vida tribal. O etnógrafo tem que percorrer essa distância ao longo dos anos laboriosos que transcorrem desde o momento em que pela primeira vez pisa numa praia nativa e faz as primeiras tentativas no sentido de comunicar-se com os habitantes da região, até à fase final dos seus estudos, quando redige a versão definitiva dos resultados obtidos. Uma breve apresentação acerca das tribulações de um etnógrafo – as mesmas por que passei – pode trazer mais luz à questão do que qualquer argumentação muito longa e abstrata (Malinowski, 1978, p. 23).

Este trecho nos fez pensar sobre a distância entre o que propusemos como projeto inicial e o que está disposto nesta dissertação. Além de uma apreensão mais robusta do que é o fazer antropológico, ao longo desses anos pudemos compartilhar algumas das ações dessas lideranças indígenas, algo que alterou nossa visão de mundo radicalmente. Isto posto, tendo essa consciência de que, do início ao fim de sua pesquisa, haverá alguns anos de aprendizado, absorção de técnicas e orientação dos antropólogos mais experientes e sobretudo, de que não poderá encontrar o resultado do seu objeto de pesquisa de maneira instantânea sem que se passe por alguns percalços necessários para que, com o tempo, consigam realizar um trabalho consistente. Uma outra observação importante é que o antropólogo inexperiente atravessa um portal de transformação sobre a noção de que o etnólogo não deve se atentar apenas ao que lhe interessa dentro da sua pesquisa.

O objetivo fundamental da pesquisa etnográfica de campo é, portanto, estabelecer o contorno firme e claro da constituição tribal e delinear as leis e os padrões de todos os fenômenos culturais, isolando-os de fatos irrelevantes. É necessário, em primeiro lugar, descobrir-se o esquema básico da vida tribal. Este objetivo exige que se apresente, antes de mais nada, um levantamento geral de todos os fenômenos, e não um mero inventário das coisas singulares e sensacionais – e muito menos ainda daquilo que parece original e engraçado. Foi-se o tempo em que se aceitavam relatos nos quais o

nativo aparecia como uma caricatura infantil do ser humano. Relatos desse tipo são falsos – e, como tal, a ciência os rejeita inteiramente. O etnógrafo de campo deve analisar com seriedade e moderação todos os fenômenos que caracterizam cada aspecto da cultura tribal sem privilegiar aqueles que lhe causam admiração ou estranheza em detrimento dos fatos comuns e rotineiros. Deve ao mesmo tempo, perscrutar a cultura nativa *na totalidade de seus aspectos*. A lei, a ordem e a coerência que prevalecem em cada um desses aspectos são as mesmas que os unem e fazem deles um todo coerente. O etnógrafo que se propõe estudar apenas a religião, ou somente a tecnologia, ou ainda exclusivamente a organização social, estabelece um campo de pesquisa artificial e acaba por prejudicar seriamente seu trabalho (Malinowski, 1978, p. 28).

Em nosso trabalho, assim como na maioria dos trabalhos antropológicos contemporâneos, não há essa pretensão. Isso por que hoje se entende que não há como – em tão pouco tempo de estudo – alcançar esse objetivo. Por isso, propusemos um recorte: as lideranças indígenas terena das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. Mesmo assim, aprendemos com Malinowski que o etnógrafo não deve deixar passar detalhes que lhe pareçam desimportantes, pois eles podem acrescentar muito mais em sua pesquisa do que aquilo em que ele estava esperando encontrar. O etnógrafo deve estar preparado tanto para encontrar o que está procurando quanto para fugir de seu “roteiro”. A complexidade do homem faz com que dentro das nossas pesquisas encontremos várias culturas e várias visões dentro de uma mesma cultura, cada uma com suas peculiaridades e seus conceitos próprios sobre seus modos de vida.

É nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura possui seus próprios valores; as pessoas têm suas próprias ambições, seguem seus próprios impulsos, desejam diferentes formas de felicidade. Em cada cultura encontramos instituições diferentes, nas quais o homem busca seu próprio interesse vital; costumes diferentes através dos quais ele satisfaz às suas aspirações; diferentes códigos de lei e moralidade premiam suas virtudes ou punem seus defeitos. Estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem (Malinowski, 1978, p. 38).

A importância de se realizar uma etnografia de qualidade é essencial para a construção de uma produção antropológica eficaz. Assim, a etnografia reflete no trabalho final a ser apresentado. Na antropologia moderna, em que um dos principais expoentes é Malinowski, havia essa ideia de que era possível estudar a totalidade de uma cultura. Mas como deveria ser estudada esta totalidade? Segundo Malinowski, para que um pesquisador possa coletar os dados precisos e satisfatórios de sua pesquisa, ele deve desprender-se da sua própria cultura e

assim, melhor compreender a cultura de seu objeto de estudo.

Favreet-Saada, em sua obra “Ser afetado”, nos mostra em princípio, um problema em relação ao etnógrafo: em certas pesquisas, o etnógrafo deve se envolver (através de rituais, por exemplo) e, assim sendo, correr um certo risco de que se perca o objeto de pesquisa ou apenas observar de longe, ou seja, sem envolvimento? Segundo Saada, o pesquisador deve se deixar envolver ao máximo com a pesquisa e até mesmo, se for preciso, se envolver em rituais por exemplo. Segundo a autora, o pesquisador terá um grande ganho com um leque de questões que provavelmente não teria encontrado se não tivesse se envolvido.

Clifford Geertz (2008) e sua esposa buscavam realizar um trabalho de campo numa ilha na Balinézia, ainda que tivessem enfrentado resistências a isso. Os nativos daquela região tinham o hábito de praticar brigas de galo, que na interpretação geertziana tinha um significado maior, de representação dos comportamentos daquela sociedade. O grande destaque que podemos referenciar neste momento para nossa pesquisa seria o processo de aceitação e de abertura da comunidade, pois, qualquer que seja o campo que um etnógrafo possa pesquisar, poderá haver desafios de como chegar para uma entrevista, por exemplo, de conversar e conhecer o grupo pesquisado. Após apresentar brevemente o pensamento destes três antropólogos em relação aos seus trabalhos etnográficos, podemos compreender a importância de um trabalho de campo especialmente para os antropólogos.

Outros cientistas têm o laboratório, o arquivo ou a biblioteca. Os antropólogos têm o campo, isto é, qualquer lugar onde acontece, vive ou vive-se aquilo que ele quer estudar. Não que o campo seja uma exclusiva deles. Pode se fazer trabalho de campo em qualquer ciência: zoologia, geologia, medicina; até mesmo na matemática (é um exemplo verdadeiramente extremo) pesquisas de campo podem ser alguma vez úteis. Mas em todos esses casos a experiência de campo é um recurso auxiliar, um episódio secundário, ou até excêntrico. Para os antropólogos, é o episódio fundamental. Os antropólogos falam obsessivamente do campo: das dúvidas na hora de escolhê-lo, das dificuldades para chegar nele, das alegrias e as agruras que nele passaram. Falam dele nas aulas, nos corredores, nos encontros com a família e os amigos, nos livros que escrevem. O laboratório, o observatório, a biblioteca ou o arquivo nunca são motivo de tantas expansões (Sáez, 2013, p. 133).

Sáez (2013) demonstra que o campo é fundamental em uma pesquisa e para o antropólogo é simplesmente essencial, pois, é justamente nesta etapa de uma pesquisa que pode obter uma certa propriedade no que está sendo abordado, seja relacionado a um grupo ou etnia e que a importância de estar “no lugar” é fundamental. Em nossa pesquisa, através do contato de um grande amigo de longa data (Élcio Terena), consegui o contato das lideranças das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. Com essas informações em mãos, chegou o

momento de organizar qual período as lideranças teriam para realizar a breve entrevista. Procuramos sempre, nesta etapa, nos adequar aos afazeres destas lideranças e tentar mostrar a eles, a importância deste trabalho e também, de seus trabalhos junto às aldeias que eles lideram. No que diz respeito à metodologia utilizada para o trabalho de campo, realizamos 17 perguntas para as lideranças das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. São elas:

1. Qual o seu nome, idade, etnia (Terena, Kaiowá, etc.) e gênero (masculino, feminino, etc.)?
2. Por favor, fale-me um pouco sobre sua história de vida. O/A sr/a nasceu na cidade?
3. Conte-me um pouco sobre como o papel de liderança surgiu para o/a senhor/a? Veio de uma tradição familiar, de votação da comunidade?
4. Como a aldeia urbana que o/a sr/a lidera se formou, ou seja, qual a história de luta/de constituição desta aldeia urbana? Quantos habitantes têm? Todos são indígenas?
5. Além do papel de liderança (cacique), há um conselho ou um grupo de líderes que aconselham a liderança?
6. As mulheres indígenas da aldeia urbana atuam no conselho de líderes ou na liderança? Poderia citar exemplos?
7. Qual a relação da liderança ou/e do conselho de liderança, perante as comunidades indígenas vizinhas, na cidade de Campo Grande/MS (outras aldeias urbanas)?
8. As pessoas da aldeia urbana mantêm relações constantes com suas parentelas nas aldeias rurais (Terras Indígenas)?
9. Qual a relação da liderança ou/e do conselho de liderança perante as comunidades não indígenas vizinhas, na cidade de Campo Grande/MS (prefeitura, governo do estado)?
10. Quais são as formas de expressão cultural (arte, música, dança, culinária, festas, etc.) mais significativas para esta AU?
11. Qual a principal forma de sustento das pessoas indígenas que habitam esta Aldeia Urbana? Em quais setores estão majoritariamente empregados/as?

12. Quais são as estratégias de resolução de conflitos dentro desta AU, tanto em relação aos problemas internos, entre pessoas da própria comunidade, quanto em relação aos desafios externos, por exemplo, de conflitos com vizinhos não indígenas?

13. Como o uso das novas tecnologias, como, por exemplo, as redes sociais, influenciam as interações e práticas da sua liderança nesta AU?

14. Quais são as aspirações, sonhos e metas da sua atuação como liderança da AU para o futuro? Como o/a sr/a movimenta (chama para a ação coletiva) a comunidade para a realização destas metas?

15. O que as pessoas que são lideradas pelo/a sr/a acreditam ser as características de uma boa liderança? O que o/a sr/a acha que é ser uma boa liderança?

16. Ser uma boa liderança em contexto urbano é a mesma coisa que ser uma boa liderança em contexto aldeia rural? Há diferenças entre liderar uma aldeia na cidade e na Terra Indígena, em uma Retomada?

17. O/A sr/a acrescentaria alguma questão a este roteiro de perguntas? Gostaria de falar mais algo que acha importante e que eu não questioneei?

3.2 ALDEIAS URBANAS EM CAMPO GRANDE/MS E SUAS LIDERANÇAS

Após estas considerações metodológicas, partimos para o nosso campo. Dentre as aldeias urbanas existentes em Campo Grande/MS, realizamos 12 (doze) entrevistas. Iniciaremos com a entrevista realizada com Josias, da primeira aldeia urbana no Brasil, a Marçal de Souza.

3.2.1 Josias Jordão Ramires (Aldeia Marçal de Souza)

Josias Jordão Ramires, 37 anos, é advindo de Taunay/Ipegue (Miranda/MS), de origem étnica terena. Para Josias (AU Marçal de Souza, 22/05/2024), a liderança vem de uma forma tradicional, onde eles buscam sempre estar incentivando os mais novos, tendo em vista o legado dos mais antigos, o respeito pelos anciãos, perguntando o que é importante para a comunidade, e indo atrás da construção dessas políticas públicas para a comunidade a favor dos indígenas. Este é o papel fundamental de um cacique, saber ouvir as necessidades do povo e buscar alguma coisa para a comunidade de onde ele é (Josias). Diante deste relato já

podemos observar o que lemos em Clastres (2003): ser bom líder é atender a um conjunto de características fundamentais para cada povo.

Em seguida, Josias explicita o papel que as mulheres indígenas exercem dentro das aldeias e comunidades:

As mulheres têm um papel fundamental dentro da nossa gestão. É o papel de auxiliar, é o papel de ser mãe, é o papel de estar no movimento. Então, a maioria das nossas anciãs, das mais antigas, são mulheres. Mulheres que sabem fazer costura, mulheres que pintam, mulheres que fazem comidas típicas, mulheres que estão do nosso lado. E quando é para puxar a orelha, elas puxam, quando é para falar, elas falam, quando é para buscar por melhorias, nós buscamos. Então, as mulheres têm um papel fundamental e são a nossa referência. Essas mulheres aí que dançam, que praticam a língua, que praticam a cultura, acho que elas têm um papel bem fundamental dentro da nossa aldeia (Josias Jordão Ramires, Aldeia Urbana Marçal de Souza, 22/05/2024).

O que chama a atenção nesta fala é a importância das mulheres especialmente as anciãs indígenas dentro da Aldeia Urbana Marçal de Souza. Elas participam tanto do conselho de liderança, quanto da vida social dentro da comunidade. Conforme destacado, na AU Marçal de Souza essas mulheres anciãs exercem a função de sábias e, portanto, de detentoras de um poder político específico: os conhecimentos tradicionais terena. Um aspecto que nunca é demais lembrar é que a fundadora da aldeia Marçal de Souza foi uma mulher terena: Enir Bezerra. Importantes no aspecto do viver social dentro da Aldeia, as mulheres exercem, dentro da cidade de Campo Grande/MS, diversas atividades para o próprio sustento e também de suas famílias: trabalham em construção civil, são empregadas domésticas, feirantes, artesãs, entre outras atividades.

Nos dias atuais, as lideranças e os mais velhos incentivam os mais jovens a entrar na faculdade, a cursarem direito, administração etc., buscando maior capacitação para alcançar empregos melhores, indo além do básico, ensino médio e fundamental, e do ensino superior (Josias, Aldeia Marçal de Souza, 2024).

Sobre a manutenção dos aspectos culturais na aldeia urbana Marçal de Souza, Josias coloca que eles continuam carregando essa marca que caracteriza a identidade étnica deles:

A gente pratica a dança e isso é um legado do povo terena, o papel da cultura, da culinária e da arte. A gente também tem artesanatos dentro da comunidade. Na escola tem, na grade curricular, duas matérias, que são a língua e a arte terena, que a gente pratica. A gente precisa manter essa vivência da língua, da dança, da cultura, comidas típicas, onde são demonstradas na festa do dia 19 em todas as comunidades no território. E nós também praticamos neste dia e buscamos sim mostrar aos mais novos, a importância de ser indígena dentro de Campo Grande/MS. Não ter medo e não somente lembrar no dia 19 de abril que é dia dos povos originários, mas sim que todo dia é um dia de luta, um dia de celebrar, a nossa resistência

(Josias Jordão Ramires, Aldeia Urbana Marçal de Souza, 22/05/2024).

Nota-se em sua fala a busca dos indígenas que vivem dentro da cidade a manter constante vínculo com sua identidade étnica, mesmo que dentro do perímetro urbano. E sobre estes legados e a transmissão das características culturais, Josias nos lembra que é preciso que seja um trabalho constante com as gerações futuras, para que carreguem esta marca dentro de si. É mister notar o modo como Josias se refere à identidade étnica, como uma marca, como algo que precisa ser constantemente remarcado, para além do fenótipo que torna visível sua diferença, a cultura é um aspecto vivo e em constante transformação, que deve ser centro de apoio, referência e reflexão.

Outro quesito importante que deve ser destacado refere-se à existência ou não de uma diferença entre ser líder na aldeia tradicional e exercer uma liderança em um contexto urbano.

Ser uma liderança aqui ou no território indígena são praticamente a mesma coisa, a diferença é que nós estamos aqui, a FUNAI tá aqui dentro da cidade, o DCI tá aqui, o governo tá aqui, a prefeitura tá aqui, diferente de quem tá no território, mas a luta é a mesma, a luta é para melhoria na educação, na saúde, a luta é para melhoria no território, então as lutas são todas iguais. E essa força, a força dos nossos ancestrais e tá requerendo isso, tá buscando isso, não tem muita diferença não, a luta é igual para todos (Josias Jordão Ramires, Aldeia Urbana Marçal de Souza, 22/05/2024).

Para Josias, a luta é igual para todos, o que muda é a proximidade com os órgãos reguladores e com o poder público. Josias destaca também quais foram as melhorias realizadas dentro da AU Marçal de Souza e a importância da mesma por ser a primeira aldeia urbana do país.

Bom, o papel da nossa aldeia tem um papel muito fundamental, porque nós temos hoje uma escola dentro da aldeia, nós temos um memorial também e tudo que fazemos querendo ou não, a Marçal é referência para as demais comunidades, então esse papel que nós temos aí de cacique, ele é um papel muito importante, porque a Aldeia Marçal de Souza é a primeira aldeia urbanizada do Brasil, então a ela carrega isso, então o que vai manter nós dentro dessas tradições, são a nossa língua, comidas típicas, os nossos ancestrais, é a nossa cultura e se nós paramos de praticar, automaticamente nós paramos de ser indígenas, então a gente precisa ter esse empoderamento de praticar essas políticas (Josias Jordão Ramires, Aldeia Urbana Marçal de Souza, 22/05/2024).

Observamos aqui que, em sua opinião, a Marçal de Souza tem a responsabilidade de servir de exemplo para as outras aldeias urbanas e comunidades existentes em Campo Grande/MS. Além disso, o fato de destacar a escola e o memorial como principais referenciais em relação às outras AUs, assim como de atrelar o aspecto cultural como principal sinal diacrítico do pertencimento a sua etnia, demonstra onde deve estar a força do movimento indígena de luta e de exemplo para os outros locais. Neste sentido, Josias expõe que não é

líder sozinho, que há a existência de um conselho criado para auxiliá-lo dentro de seu mandato. O conselho é chamado de *Conselho Tribal*, que é composto por pessoas mais velhas, os anciãos, que devem ser consultados em todas as ocasiões. Além disso, a liderança é composta por seis componentes: o cacique, o vice-cacique, o primeiro tesoureiro, o segundo tesoureiro, o primeiro secretário, o segundo secretário, e os anciãos. Para Josias, o que torna uma liderança bem-sucedida é o ato de consultar, de ouvir e de buscar sempre por melhores condições de vida. Para Josias, existem alguns quesitos necessários para ser uma boa liderança.

Ser boa liderança, ser um bom líder, é saber ouvir. É ouvir os dois lados, o lado da demanda e o lado que busca a solução. E ouvir os mais antigos, a experiência, é ser sensato em tudo, né? É buscar pra todos, seja homem, criança, ancião, seja LGBTQIA+, seja trans, entendeu? É buscar fazer política para os povos, buscar isso. Acho que o papel do líder é ouvir essas partes e buscar. Bom, acho que o sonho de toda a comunidade é ter o nosso território, como um território indígena mesmo. Respeitando os espaços e dizendo que nós estamos aqui ocupando o lugar onde nossos ancestrais estavam. Então nós temos isso, metas, buscar essa questão do territorial. E a Marçal de Souza precisa disso, ter esse reconhecimento do governo federal, da FUNAI. Então é um papel que nós temos hoje de permanecer como comunidade mesmo indígena, como uma aldeia mesmo, como um território mesmo (Josias Jordão Ramires, Aldeia Urbana Marçal de Souza, 22/05/2024).

Percebe-se nesta fala de Josias uma importante característica das lideranças observadas por Clastres (2003). A comunicação é uma característica fundamental de um líder indígena e podemos observar esta característica na fala de Josias. Anseios por melhorias são constantes e a liderança indígena deve estar atenta para qualquer demanda, para que possa trazer melhorias para a população da aldeia. É aí que entra a necessidade de saber falar, saber buscar ajuda, saber divulgar as práticas culturais indígenas, mostrar que estão aqui, na cidade, e que continuam sendo indígenas mesmo neste contexto. Neste sentido, as novas tecnologias são muito importantes dentro da vida na comunidade e do exercício da sua liderança. Outro fator decisivo é a manutenção do contato com quem mora nos territórios indígenas, algo muito importante, segundo Josias.

A rede social, o WhatsApp, o Instagram, o Facebook, o Twitter, ela tem nos dado uma proporção muito grande de visibilidade, de mostrar para a sociedade civil, não indígena ou indígena, que somos indígenas, que moramos na cidade e praticamos sim a nossa cultura, a nossa dança, a nossa língua. É mostrar para a sociedade que os indígenas estão aqui e que os povos estão aqui e praticamos sim a cultura de modo geral, que somos sim a resistência, entendeu? E a tecnologia tem ajudado, né? Os mais novos têm já todos os aplicativos aí, então a gente fica surpreso, mas fica feliz porque ela nos dá uma proporção muito grande de visibilidade, mostrar que os indígenas são capazes de estar com essa nova tecnologia, mas não perdendo

a essência de ser povos originários. Em relação ao nosso contato com quem fica nas aldeias rurais, mantemos sim a relação do nosso território. Acho que vai ser o papel fundamental. Lá que estão os nossos ancestrais, lá que estão os nossos parentes, né? Eu mesmo quando vou, pego minhas férias e vou pro meu território. Fico lá cinco dias, dez dias, entendeu? Buscando a paz, a energia dos nossos ancestrais, né? Porque foi lá que minha mãe, minha finada mãe, minha avó que ainda tá viva, meu finado avô, meus tios, estão lá. Então, essa aproximação de nós, da cidade e de lá, precisa ter. Então, essa convivência entre território e cidade, a gente sempre tá buscando não perder isso, entendeu? Mostrar pros nossos filhos, nossos netos que a gente precisa disso (Josias Jordão Ramires, Aldeia Urbana Marçal de Souza, 22/05/2024).

Na entrevista de Josias notamos um trecho “estar entre” clastreano: saber ouvir e buscar melhorias. Não basta realizar apenas um destes aspectos. Além disso, a linguagem é ressaltada em sua liderança, pois saber ouvir e saber reivindicar direitos fazem parte do jogo da comunicação. Do mesmo modo, o valor atribuído aos anciãos como base para sua atuação nos proporciona uma leitura de que sua liderança caminha no mesmo sentido do que foi exposto por Clastres (2003) no capítulo anterior.

3.2.2 Abel de Almeida (Aldeia Urbana Darcy Ribeiro)

Conversamos com Abel de Almeida, indígena terena com 40 anos de idade no dia 14/05/2024, oriundo da aldeia Taunay/Ipegue (Aquidauana/MS) e cacique da aldeia Darcy Ribeiro. Com 18 anos de idade, Abel migrou a Campo Grande/MS para trabalhar e estudar, para melhorar de vida. Segundo Abel, na aldeia às vezes você passa por dificuldade, esse foi o motivo pelo qual veio para cá, além da proximidade ter facilitado sua vinda. Ao chegar à capital, enfrentou vários desafios que, com o passar do tempo, foi vencendo e criando uma resistência a eles.

A liderança de Abel na Aldeia Urbana Darcy Ribeiro começou através de uma votação dos membros da aldeia e seu mandato tem a duração de quatro anos. Quando migrou para Campo Grande/MS, morou em alguns bairros, tendo que pagar aluguel neste início de jornada. Na medida em que o tempo foi passando, ele foi encontrando alguns amigos e no ano de 2005, ele se muda para o Jardim Noroeste. Dois anos mais tarde, foi contemplado com uma casa no bairro, através do poder público. Abel terminou o ensino médio, mas diz ter se arrependido de não ter continuado a estudar e fazer uma faculdade. Na aldeia Darcy Ribeiro, existem cerca de 98 moradias atualmente, tendo mais ou menos cerca de 280 pessoas no total, a maioria indígenas.

Assim como na AU Marçal de Souza, na AU Darcy Ribeiro existe um grupo de

conselheiros composto por nove pessoas que o auxiliam em sua gestão. Nas reuniões, são verificadas e discutidas as ideias. Dentro deste conselho, há a participação assídua e importante das mulheres, onde duas são bastante atuantes e guerreiras. A relação com as comunidades indígenas vizinhas em Campo Grande/MS é bastante amigável, sendo que o que as aproximam são as mesmas pautas, como melhorias nas moradias e infraestrutura das aldeias e comunidades. Nos chama atenção que, segundo Abel, muitos indígenas estão buscando cada vez mais qualificação para o mercado de trabalho e por melhorias principalmente para os seus. Além do fato de manterem contato constante com os indígenas que permanecem nas aldeias rurais:

Colocar os nossos indígenas para disputar vagas de empregos, é muito importante. Colocar os meninos no mercado de trabalho, numa faculdade, não tem sido fácil, mas graças a Deus, aos poucos a gente está conseguindo através da resistência, da luta, dessa luta aí a gente tem conseguido. As pessoas da aldeia urbana mantêm relações constantes com suas parentelas nas aldeias rurais, onde são a nossa base, como nós dizemos também, eu mesmo sou exemplo tenho família lá, tem tio da minha esposa, na verdade moram lá, primos meus que moram lá ainda e a gente acaba viajando de vez em quando sobra um tempinho aqui, você acaba indo lá e vice-versa. Eles vêm de lá e a gente daqui vai também, e tem esse deslocamento, sempre estamos em contato lá (Abel de Almeida, liderança da Aldeia Darcy Ribeiro. Data da entrevista: 14/05/2024).

Percebe-se uma clara mudança de comportamento dos indígenas dentro do contexto urbano em Campo Grande/MS, buscando cada vez mais se adaptarem ao novo contexto de vida e ao mesmo tempo, lutar em defesa do seu povo, sem deixar que se desfaçam os laços familiares e tradicionais advindos das aldeias rurais pelas quais muitos vieram. Segundo Abel, a relação da liderança, com o conselho da liderança na aldeia Darcy Ribeiro, é boa e, na medida do possível, tanto as secretarias da prefeitura quanto do governo do estado, tentam atender às demandas apresentadas pela aldeia. E quando o poder público não consegue atender alguma solicitação, eles dão sempre uma devolutiva.

As formas de expressão cultural mais significativas para a aldeia Darcy Ribeiro, segundo Abel, seriam a dança e a culinária. E, no mês de comemoração dos povos originários (abril), eles realizaram muitos eventos comemorativos. Para Abel, as apresentações ocorridas nas comemorações dos povos originários são de extrema importância para manter as raízes culturais dentro da comunidade e para que os mais jovens compreendam a importância da cultura terena e transmitam para as gerações futuras. Em relação às formas em que os índios da aldeia urbana Darcy Ribeiro se sustentam, o líder explicita os principais em que estão empregados.

A maioria das pessoas, dos homens, daqui, trabalham na construção civil. Vamos colocar aí 85%. Aí tem uns que já têm outros cargos como motorista, em outras empresas. A galera trabalha, e tem o salário todo mês. É uma forma de se manter aqui na cidade. E a gente acaba, na verdade, é pegando o sistema do branco, como a gente costuma dizer, entendeu? A gente tem que se adaptar, fazer com que a gente consiga manter o ritmo daqui da cidade e sobreviver (Abel de Almeida, liderança da Aldeia Darcy Ribeiro. Data da entrevista: 14/05/2024).

Neste depoimento, observamos uma característica típica terena: a sua adaptabilidade. Hoje em dia, os indígenas querem usufruir dos benefícios e das facilidades que a vida urbana proporciona, como ter um carro bom ou um celular bacana. Para ele, a cidade atrai por abrir a possibilidades de os indígenas alcançarem uma certa “melhoria na qualidade de vida”, além de melhor acesso aos direitos fundamentais. Mas ele ressalta que os que ainda moram nas aldeias rurais já possuem alguns utensílios que anteriormente só se encontravam na cidade grande, muito em virtude do trânsito dos parentes e amigos entre as aldeias rurais e urbanas. Em relação aos conflitos internos dentro da aldeia e externos, Abel nos fala que não ocorrem e que a relação com todos é muito boa. O que ele nos chama atenção é sobre problemas relacionados à falta de infraestrutura na região, a falta de um espaço para realizar os serviços em prol da comunidade. Entretanto, ressalta que este problema é de um modo geral de toda a região periférica de Campo Grande/MS. Para Abel, uma de suas metas dentro do seu mandato é melhorar a infraestrutura da aldeia e a construção de um espaço para trabalhar em prol de seu povo.

Em relação ao uso de tecnologias, Abel enxerga alguns benefícios que pode proporcionar.

Dentro da aldeia, tem sido uma ferramenta nas redes sociais. Nossa, é uma mão na roda, como eu costumo dizer. Um exemplo é o grupo que a gente tem na comunidade, né? Como vai chegar à cesta básica hoje eu acabo avisando através do grupo. É mais cômodo, porque aí você não perde o tempo de ir na casa de um ou outro dizer, ó, vai chegar cesta hoje. Hoje você joga no grupo. A galera está toda conectada ali e acaba olhando. Uma mão na roda pra gente. A comunicação, exatamente nesse sentido, tem sido ótima. Às vezes a gente enfrenta problemas igual todo mundo enfrenta, sempre cai no golpe, tem coisas assim que acaba se constrangendo, enfim, são os problemas que ocorrem no dia a dia de todos, né? Comum de todos. Aí a gente vai ter que ficar calejado, mas a gente vai aprender, a gente aprende (Abel de Almeida, liderança da Aldeia Darcy Ribeiro. Data da entrevista: 14/05/2024).

Como explicitou Perrone-Moises (2011), a liderança tem que ser capaz de gerar movimento na comunidade. E foi bem isto que Abel destacou em sua entrevista. Ser uma boa liderança significa atender aos anseios de toda a comunidade, bem como ter a capacidade de se comunicar com todos, mantendo uma boa relação com os habitantes da aldeia.

Para ele, há diferenças entre liderar em uma aldeia urbana e em uma aldeia rural. Se a pessoa chega dentro de um determinado local, leva um certo tempo para estabelecer laços políticos e construir uma base para que todos, ou a maioria, a escolha para ser um representante. Quando a pessoa muda de localidade, acaba tendo que começar do zero segundo Abel e, assim, tem que construir novamente estes laços políticos dentro da nova localidade.

3.2.3 Maria Eusébio (Aldeia Urbana Lindo Dia)

Entrevistamos no dia 18/05/2024 na aldeia do bairro Dalva de Oliveira, com o nome de Lindo Dia, localizado na região leste de Campo Grande/MS, dona Maria Eusébio que nos concedeu uma breve entrevista com o intuito de demonstrar como foi e tem sido o surgimento da aldeia e também as considerações sobre a manutenção da mesma, que fica ao lado da primeira aldeia urbana do Brasil, a Marçal de Souza.

Meu nome é Maria Eusébio da comunidade aqui no Dalva de Oliveira (Lindo Dia). Minha idade é 57 anos. Eu nasci lá em Miranda na aldeia Cachoeirinha. Eu vim embora para cá para melhorar a vida dos meus netos, meus filhos, minhas filhas, né? Por isso que nós estamos aqui. A vida dos netos, tudo para cá. Aí eu cheguei nesse lugar agora. Graças a Deus, deu para nós, um lugarzinho (Maria Eusébio, Aldeia Lindo Dia. Data da entrevista: 18/05/2024).

Como a grande maioria dos indígenas que saem das aldeias rurais em busca de uma vida melhor, com a aldeia Lindo Dia não foi diferente. Ao descrever a sua trajetória, aborda os ensinamentos dos mais velhos, como aprender a confeccionar o artesanato, bem como as esculturas em argila ensinadas por seus avós, pais e tios como parte significativa de sua formação.

Minha bisavó mexeu com artesanato, lá a gente nunca deixaria para trás o artesanato. Todos aqueles que estão ali, são os nossos trabalhos, que nós vamos fazer. Quando a gente for lá em Miranda, a gente faz tudo certinho. A gente manda tudo para cá em Campo Grande. Porque tem artesão, que é onde que vai. Tudo comprava aí esse dinheiro desse aí, a gente comprava alimento, comida, né? Mas é longe da cidade onde nós morávamos. Aí a minha mãe resolveu vir embora para cá. Aí aos poucos, cada um de nós foi vindo, meu irmão traz a minha mãe, nossas famílias, minha irmã (Maria Eusébio, Aldeia Lindo Dia. Data da entrevista: 18/05/2024).

Com o dinheiro que arrecadam com as vendas dos utensílios e artesanato, eles se sustentam. Aos poucos, os outros que ficavam nas aldeias rurais foram se mudando para Campo Grande/MS. Dona Maria explica os motivos da migração da sua família para a capital, que apontam para a efetividade das dificuldades apresentadas nos depoimentos anteriores.

Eu vim embora para cá porque lá não tinha condições para a gente estudar, para nos colocar no colégio para nossas famílias nosso neto, bisneto, sabe é muito difícil. Quando eu morava na aldeia, era muito sofrimento. Dificuldade lá, muito, muito problema. Aí nós viemos embora para cá. Aí eu cheguei aqui e meu filho tinha uma criança, 6 crianças, né. Tudo nasceu, cresceu, estudou aqui. Cheguei aqui em Campo Grande, morava na favela, nessa casa. Nós morávamos na favela, aí formamos família. Minha filha estudou, a minha sobrinha, meus netos estudaram. Aí vai indo para frente, cada um arrumou lugar, cada um tem família. Aí eu estou com 57 anos agora, né? Graças a Deus estou aqui nesse lugar, que é onde eu estou. Não é fácil a gente viver, né (Maria Eusébio, Aldeia Lindo Dia. Data da entrevista: 18/05/2024).

Melhores condições de estudos para os mais novos, de sustento e de acesso aos recursos são fatores que influenciam a decisão de muitos indígenas a tentarem uma vida melhor dentro da cidade. Dona Maria nos fala sobre o seu próprio exemplo, em que seus três netos moram com ela.

Essa minha neta estuda, essa minha neta aqui. Tenho 3 netos que moram comigo. Tem tudo, já tem em casa, mas tudo é muito difícil. Aí a minha vida é assim, quando eu vim para cá, foi muita luta. Muita luta. Por isso que essa argila, a gente não pode largar, porque era lá que nasceu quando minha avó, bisa, ensinava para nós. Nós somos indígenas terena, a gente tem que fazer tudo que é da nossa cultura (esculturas de argila) (Maria Eusébio, Aldeia Lindo Dia. Data da entrevista: 18/05/2024).

Além de incentivar os netos e os mais novos a estudarem, dona Maria faz questão de nos dizer a importância de produzir as esculturas em argila e artesanato para fortalecer os laços culturais e também gerar fontes renda. Dona Maria nos fala sobre a época em que foi criada a aldeia Lindo Dia.

A aldeia Lindo Dia foi criada no ano de 2022, no dia 15 de dezembro, ou seja, vai fazer 2 anos. Surgiu essa comunidade aí nos reunimos, nós procuramos o Funai, nós chegamos lá na Funai, abraçou nós, foi para Brasília. Eu sou cacica aqui no Dalva de Oliveira, aí surgiu essa liderança, foi a escolha da comunidade que me escolheu. Não é fácil a gente viver como um indígena, no meio dos *purutuyê*. É, não é fácil, porque a gente quer o melhor. Nós temos filhos, nós temos netos, quer estudar, nós temos que ter apoio para nós aqui, nessa nossa aldeia (Maria Eusébio, Aldeia Lindo Dia. Data da entrevista: 18/05/2024).

Neste trecho, podemos perceber as dificuldades existentes para os indígenas viverem em meio aos “*purutuyê*” (os brancos) e que ela ainda ressalta a necessidade de uma boa infraestrutura para a recém-criada aldeia urbana.

São todos terenas a maioria, acho que é 60 o número de casas. Mas o importante é que vocês estão aqui, isso que importa pra gente é as mulheres. As mulheres indígenas da aldeia urbana atuam no conselho da liderança sim e é a maioria. Maioria aqui no Dalva de Oliveira são as mulheres. Tem muitas mulheres aqui, mora aqui, são ativas, é que participam bastante (Maria Eusébio, Aldeia Lindo Dia. Data da entrevista: 18/05/2024).

Dona Maria enaltece a participação das mulheres dentro da aldeia Lindo Dia, tanto na política quanto no contingente populacional. Dona Maria fala sobre a relação com as outras aldeias urbanas e comunidades indígenas dentro de Campo Grande/MS, além de lidar com o poder público. Esta denotação para a demografia, em relação ao componente de gênero, nos faz pensar em como Clastres (2003) explicou a liderança indígena por meio deste argumento: como sociedades sem Estado são pouco populosas. Será que poderíamos explicar a liderança feminina por ser uma aldeia urbana majoritariamente composta por mulheres?

Tudo bom, tranquilo, toda a gente conversa. Nós somos caciques. Eu sou cacique, de lá de lado a gente conversa, a gente troca ideia para um com cada um que o cacique nós temos que ajudar um, por causa da nossa comunidade, porque cada cacique tem que cuidar das comunidades. Aí quando a gente participa da reunião, nós fomos lá. Nós fomos numa reunião. É então cada liderança, então existe uma contribuição. A relação com a prefeitura é boa, sempre nos atende. Inclusive ela é amiga do presidente do bairro, que sempre apoia a gente, apoia quando a gente precisa, tá sempre juntos também, a prefeitura também, quando a gente pede. Claro que a gente queria mais, né, para nos ajudar. Ele sempre nos ajuda, mas sempre é bom ter mais contribuição. Sempre. E os conselhos assim, dentro do poder público também, eles devem assim. Foram criadas algumas secretarias. Tanto federal, então acredito que vá melhorar ainda muita coisa, mas não pode parar de lutar. (Maria Eusébio, Aldeia Lindo Dia. Data da entrevista: 18/05/2024).

As lideranças das outras aldeias e comunidades de Campo Grande atuam em conjunto em prol das suas respectivas comunidades, demonstrando união entre elas. Com relação ao que tem em algumas aldeias e falta em outras, há um compartilhamento de ideias entre as lideranças, assim como discussões sobre como reivindicar junto ao poder público. Nesse sentido, há a preocupação por parte de Maria em ter um espaço para realizar as festividades da aldeia. Ela também nos diz em que ramo os moradores da aldeia tiram o sustento para si e para suas famílias. E cita brevemente sobre a importância do uso das novas tecnologias.

Então esse ano eu fiz minha primeira festividade aqui. Locamos o centro comunitário do bairro. Aí deu tudo certo, deu para nós, graças a Deus. Eu o agradeço também, o nome dele, Ronaldinho (presidente do bairro Dalva de Oliveira) que ele está apoiando nós está aqui também. Então, muito bom é o uso das tecnologias. É, tem contribuição às tecnologias, tem a divulgação (Maria Eusébio, Aldeia Lindo Dia. Data da entrevista: 18/05/2024).

A busca de um espaço destinado exclusivamente para os moradores indígenas da aldeia se reunirem seja para festividades, seja para reuniões diversas é uma luta constante na recém-criada aldeia urbana. Este espaço teria uma grande importância para eles porque poderiam expor as artes produzidas e a realizar as atividades culturais. O uso das tecnologias facilita muito o trabalho do conselho de liderança. Dona Maria também fala se existe diferença em liderar uma aldeia urbana e liderar uma aldeia rural:

Que cada família na minha comunidade, tenha uma vida melhor, uma qualidade de vida cada vez melhor para todos. Então é um pensamento coletivo, né? Para todos ver o que todos necessitam ir atrás, não só a própria família, não só ela, mas todos, realmente todos da comunidade é essencial para a liderança mesmo. Tem diferenças. Eu acho que a diferença mesmo é mais é porque lá é todo o território dele lá, né? Acho que eu falo diferente, né? Dentro da aldeia, né? Porque lá é tudo solto, tudo mesmo lá, porque aqui nós temos que correr atrás para nós conseguir alguma coisa, né. Então lá tem mais espaço. Referente a apoios, acho que tem mais apoios lá dentro. Sim, você tendo mais espaço assim, a colaboração do poder público também é importante para exercer isso, né? E aqui existe essa dificuldade bem clara, é referente quando nas festividades. A prefeitura, vamos dizer assim, já banca, vamos dizer assim, a festividade, agora a gente pra a gente ter que levantar esse fundo. Tem que correr atrás, fazer uma festividade aqui dentro da comunidade. A correria na cidade é maior. Isso que a gente quer, né, aqui nessa nossa comunidade. Porque a maioria são as mulheres que tem aqui. A gente quer melhor, né? A gente quer abrir aqui pra todo mundo para vir aqui. Porque a gente está querendo também fazer pedido do povo também para fazer curso para o indígena. Porque tem muito curso, já que lá da primeira aldeia, lá na água bonita. A gente quer trazer aqui pra comunidade os cursos, fazendo crochê esse fazer no tapete e também, igual a essas argilas. E porque ganhamos nosso dinheirinho. Por isso que está tudo aí. A gente quando tem festividade lá no centro, a gente leva lá todas as coisas. A gente conseguia vender. Então, é isso que a gente quer uma comunidade melhor (Maria Eusébio, Aldeia Lindo Dia. Data da entrevista: 18/05/2024).

Claramente, segundo dona Maria, a correria na cidade grande é maior em relação às aldeias rurais, pois lá já existem espaços e direcionamentos consolidados em grande parte do poder público. Na cidade, existe uma dificuldade maior, mas ela ressalta a importância em resistir em meio às adversidades em construir esse espaço consolidado. Durante a entrevista, ela chamou todo o grupo de apoio dela para auxiliar com as perguntas e todos se sentiram muito honrados em participar. Essa atitude demonstra por um lado, o fato de ser recente a criação da comunidade, onde muitos estão engajados na questão da permanência dentro da zona urbana. Por outro lado, mostra o diferencial dela como uma liderança feminina. Seu maior sonho, é que todas as pessoas da aldeia, possam cada vez mais melhorar a qualidade de vida e ela, primordialmente, busca incentivá-los.

3.2.4 Dorilene (Aldeia Urbana do Portal Caiobá)

Em relação à aldeia urbana do Portal Caiobá, no dia 23/05/2024, entrevistamos Dorilene mais conhecida como Dorinha. Destacamos pelo fato de ser mais uma mulher como liderança indígena, o que aponta para a importância das mulheres como agentes na luta e resistência indígena no Estado.

Meu nome é Dorilene Moreira, sou da etnia terena, tenho 49 anos. Então, com a vinda para a cidade, conquistei muitas coisas. Tinha que ter um líder aqui no Caiobá. Fui procurar as pessoas que queriam trabalhar e correr atrás das coisas que os indígenas precisam. Então foram me procurar e então praticamente me colocaram. Sobre a população estão no cadastro 60 famílias. Existem 11 (onze) pessoas no conselho de um grupo de líderes que aconselham na liderança que apoiam e auxiliam. As mulheres indígenas da aldeia atuam no conselho de líderes ou na liderança, é uma relação boa de contribuição e nessa parte é, e também nós somos unidos. Porque somos de um grupo pequeno, nessa cidade grande, né? E nós procuramos, ser objetivos para nós conquistarmos as coisas para a população indígena. Então é quando nós temos um projeto, nós levamos as reivindicações e cada um discute. Então se é por bem da população, nós levamos adiante. Com a prefeitura e com o governo do estado. Já que nós estamos dentro da cidade, queremos contribuir por alguma coisa. Então nós temos ajuda sim do governo do e município também. Nós temos relação boa (Dorilene Moreira, aldeia Portal Caiobá. Data da entrevista: 23/05/2024).

A aldeia do Portal Caiobá é pequena no que diz respeito ao território e à quantidade de habitantes. Dorinha destaca um importante aspecto relacionado a sua liderança que seria a atuação do conselho da liderança, responsável pelo auxílio da sua administração da aldeia e o fato de ser filha de um cacique, algo que lhe deu alguma orientação quando ocorreu a criação da AU. Ter uma boa relação com os seus comandados e com as instituições públicas se faz necessário para que a liderança possa obter êxito na sua gestão. Dorinha destaca as principais características culturais da aldeia, fala se há conflitos, discorre sobre o uso das novas tecnologias pelos indígenas e se há diferenças entre liderar na aldeia urbana e na aldeia rural.

Nós gostamos muito de dançar, nós dançamos muito e nós gostamos das pinturas. Seja corporal, seja nos utensílios, nossa língua terena, que eu acho que destaca muito, onde a gente tiver. A gente tem que falar e precisa falar a nossa língua para manter identidade. Todo mundo trabalha de vários serviços, empregos. Na escola, na parte de saúde, então é assim, abrange em todos os sentidos. Geralmente aqui não há conflitos, nós mantemos a paz e quando tem algo diferente ou errado, nós procuramos conselho, nós procuramos outras aldeias, outros caciques, lideranças e tentamos resolver. As novas tecnologias contribuem muito, por causa das Dorilene relações municipais, federais, agiliza muito e facilita. O nosso maior objetivo aqui é quando nós viemos para a cidade, primeiro lugar é a nossa moradia. Então nós queremos conquistar nosso espaço, esse é o nosso sonho. Então eu procuro conversar com as pessoas, conversar e onde vai ser implantado. Bom, as pessoas acham que ser uma boa liderança é poder sentir o que meu irmão ou a minha irmã sente, o que se passa. É isso que me faz crescer. É isso que me faz correr atrás, para que eu possa trazer de volta, nem que seja para ajudar essas pessoas. Meu pai foi líder há muito tempo, ele foi cacique há muito tempo. Eu acho que eu já venho nesse pique, nesse sangue do meu pai. Então eu acho que não tem diferença. Eu me espelho nele, entendeu? Tudo que ele me passou lá na aldeia é o que eu venho trazendo, né ajudar as pessoas, ouvir as pessoas (Dorilene Moreira, aldeia Portal Caiobá. Data da entrevista: 23/05/2024).

A linhagem da liderança é algo destacado por nossa interlocutora, fator que a diferencia em sua liderança feminina, em relação a outra cacique que vimos. Ser uma boa líder então envolve esse talento, esse sentir o que a comunidade necessita, esse estar atento, que ela aprendeu com seu pai. Dorinha destaca as festividades com a dança tradicional do povo terena que a aldeia promove para mostrar ao público em geral de Campo Grande/MS, a língua, o artesanato, o conselho, tudo isso como fundamental para o bom andamento da aldeia. O uso da comunicação via tecnologias digitais aparece como fundamental em sua fala.

Uma mensagem que quero deixar é que nós somos iguais. Se nós viemos para cá é para uma cidade, é porque nós queremos algo melhor para o indígena. Precisamos ser olhados de uma forma igualitária. Na cidade, porque também somos pessoas que contribuem para a sociedade. As crianças, os jovens precisam de algo para crescer, que seja oferecido algo. Gostaria que tivesse uma escola só para indígenas, porque muitas crianças nascem, e às vezes nós perdemos a nossa língua, então eu gostaria disso. Que o governo olhasse para nós, que somos pessoas que querem se inserir na sociedade. Então é isso e ao mesmo tempo, manter a identidade e a nossa cultura (Dorilene Moreira, aldeia Portal Caiobá. Data da entrevista: 23/05/2024).

Desta entrevista destacamos como interessante o fato da liderança, ser advinda de uma transmissão familiar e desempenhar bem esta função, algo que é observado em algumas sociedades indígenas. Neste íterim, linguagem e generosidade são caracterizadas como inerentes a pessoa, pois desenvolvidas por gerações de lideranças na família.

3.2.5 Sílvio (Aldeia Urbana Paravá)

Seguindo os padrões das outras aldeias e comunidades indígenas de Campo Grande/MS, na Aldeia Paravá não é diferente. Entrevistamos no dia 20/05/2024, o cacique Sílvio, bem como as pessoas que o auxiliam no seu trabalho. Sílvio também fala das relações com outros grupos e comunidades de Campo Grande/MS e da relação com o poder público.

Meu nome é Sílvio, nasci na aldeia rural e viemos para cá em busca de melhorias, como emprego e estudo. Por isso nós seguimos para Campo Grande. Todos têm toda a liberdade para concorrer. Nós ficamos 2 anos na espera, até que um dia a prefeitura regularizou, agora nós estamos com 110 famílias. A maioria são indígenas. Existem algumas pessoas no conselho ou um grupo de líderes que aconselham na liderança e também um grupo evangélico (2 igrejas) evangélicas aqui, que auxiliam. Tem alguns católicos também que auxiliam. As mulheres indígenas da aldeia urbana atuam no conselho de liderança também. As pessoas da aldeia urbana mantêm relações constantes com as parentelas na aldeia rural, em relação às comunidades não indígenas e com os órgãos governamentais e posso dizer que existe sim, uma boa relação, mas ainda precisa melhorar muita coisa. Mas avançou bastante, porque no primeiro momento nós conseguimos o esgoto, padrão de luz e

regulação do terreno. Então para mim tá ótimo. Melhorou bastante (Cacique Silvio, aldeia Paravá. Data da entrevista: 20/05/2024).

O resultado do trabalho de uma boa liderança está intrinsecamente ligado aos bens e direitos obtidos durante a sua gestão. Neste sentido, quanto à melhoria na qualidade de vida, onde se encontram aspectos como a infraestrutura, por exemplo, Silvio ressalta o avanço nessas questões. Isto seria fruto da sua gestão à frente da aldeia Paravá. Silvio relata os aspectos culturais da aldeia urbana Paravá, sobre como resolver conflitos internos e externos e sua opinião em relação ao uso das novas tecnologias pela população da aldeia Paravá.

Nós temos as artes, música, dança, culinária. Mas o que é mais significativo para nós é a dança tradicional. Aqui na minha comunidade, não são todos empregados. A maioria vive na reciclagem, alguns trabalham no frigorífico. Em relação aos conflitos internos e externos à comunidade nesse exato momento, está correndo tudo tranquilo, ninguém está perturbando a gente aqui. Está tudo tranquilo, está em paz por enquanto. Sobre o uso das novas tecnologias, como por exemplo, as redes sociais, ajudou bastante e avançou bastante também. A prefeitura oferece cursos para os jovens também, não somente na computação, mas também de alguns outros cursos que oferecem para nós. A gente conseguiu regularizar os terrenos, mas a gente precisa de mais algumas coisas. Nós estamos lutando para uma construção de espaço dentro da comunidade e isso, vai melhorar bastante e também, a construção de uma escola (Cacique Silvio, aldeia Paravá. Data da entrevista: 20/05/2024).

Silvio relata, assim como na maioria das outras aldeias urbanas de Campo Grande/MS, a importância da dança, da culinária e da língua como mais representativas para a aldeia Paravá, mostrando que a identidade, mesmo que dentro de um contexto urbano, não deve ser abandonada. Um ponto central de seu depoimento é o olhar especial que tem para a qualificação das pessoas em Paravá, ou seja, olhando para a educação da comunidade como um todo. Silvio fala sobre buscar apoio para atender às necessidades da aldeia e sobre a facilidade em liderar na aldeia urbana em relação a rural.

Ser uma boa liderança significa entender que as pessoas dependem de mim, né? Se eu ficar aqui parado, não vai acontecer nada aqui na comunidade. Então tenho que ir atrás das reivindicações. É uma correria. Parece que aqui na cidade é mais fácil de conseguir alguma coisa do que lá no rural, porque rural é mais distante do que aqui, devido à localização. Seguimos assim, em frente e não desanimar, né, não desanimar e não deixar que a gente perca, que nós somos né? Não perder a identidade, e isso valoriza a nossa cultura (Cacique Silvio, aldeia Paravá. Data da entrevista: 20/05/2024).

A proatividade é uma das características mais enfatizadas por Silvio para identificar as reivindicações da aldeia urbana e correr atrás de uma solução. Assim como já observado noutro relato, o “estar entre” o saber ouvir e saber buscar também aparece aqui. Contudo, nos parece que a chave para resolver este “dualismo” seria a educação, no entender de Silvio.

3.2.6 Oid Felipe da Silva (Aldeia Urbana Vila Entroncamento)

Entrevistamos no dia 20/05/2024, a liderança Oid Felipe, da Aldeia Urbana Vila Entroncamento. De início, ele demonstra a vida difícil que teve desde a infância e a adolescência. Devido a esses tempos difíceis, ele decide vir juntamente com a sua família para se instalar em Campo Grande/MS.

Meu nome é Oid Felipe da Silva, sou da etnia terena, idade 67 anos. A gente morou muito tempo na aldeia e a gente estudou na aldeia. E aí a gente não complementou o estudo muito por falta de uma boa alimentação. E também tinha que cuidar da minha mãe, que não tinha ninguém para cuidar. Era a minha mãe, eu e o meu irmão. Parei na quarta série do primário e então tive que abandonar o colégio, aí fui trabalhar na roça e derrubada, porque eu estava vendo a situação da minha mãe. Comecei a trabalhar e aí, não estudei até hoje, mas eu pretendo voltar a estudar normalmente. Como há muito tempo que eu moro aqui começaram a me tratar como cacique, mas eu sempre falo assim, eu não sou cacique, sou morador, mas conforme assumi isso devido às necessidades da comunidade com o poder público. A gente faz esse tipo de serviço para a pessoa que vai estudar para faculdade. Então é isso. Estamos aqui desde 1999, e a primeira família que veio era a minha família, depois o pessoal vinha vindo, pois o trabalho lá se tornou escasso e também, em relação à área de saúde, da educação (Oid Felipe, Cacique da aldeia Vila Entroncamento. Data da entrevista: 20/05/2024).

Primeiramente, Oid demonstra que não tinha a intenção de se tornar líder da aldeia, mas com o passar do tempo, as pessoas de lá, o colocaram nessa função - algo peculiar, considerando o nosso rol de entrevistas. Embora com essa postura de “antiliderança”, destaca as mesmas questões e desafios que outras lideranças já colocaram anteriormente.

Eu disse que quando nós vamos para a cidade, que nós vamos aprender muita coisa, aprender como conviver com os brancos, que a gente fala e também a nossa etnia. Não que a gente vai mudar a nossa língua. A língua materna continua, tanto como é língua materna e tanto como língua portuguesa, até os netos que agora estão nascendo, a gente fala uma língua para ele em português. Existem pessoas que apoiam a liderança. As mulheres indígenas na aldeia urbana atuam no conselho. Outras comunidades indígenas vizinhas aqui em Campo Grande, as outras aldeias urbanas, temos uma boa relação. Nós mantemos laços com as pessoas que ficaram nas aldeias rurais, mas frequentemente acho que não. Quando tem oportunidade, a gente vai pra lá visitar os parentes e amigos e vice-versa. O apoio existe muito, mas falta muito pra gente também. Pra correr atrás também é muitas coisas. Então é a relação com a prefeitura, a gente tem sim, e tem sido ótimo (Oid Felipe, Cacique da aldeia Vila Entroncamento. Data da entrevista: 20/05/2024).

Apesar de ver com bons olhos a relação com a política externa à aldeia, Oid Felipe aponta já ter tido momentos menos amigáveis do que se encontram atualmente. A relação com o contexto urbano, a trajetória pessoal em relato, seja devido a sua educação intercultural, é

um fator de destaque em seu depoimento. Ele também diz qual a forma de expressão mais significativa da aldeia e sobre a orientação que ele dá para os filhos e netos.

Uma das formas de expressão da comunidade é a música. As pessoas têm empregos variados conforme o que eles entendem, o que eles sabem fazer. Porque tem vários tipos de serviço, não é? O meu filho é instalador de internet na cidade, e esse aí é técnico do aqui do núcleo industrial, então assim por diante, vários setores. O conflito não existe para nós não, por causa que a gente tem que manter a nossa cultura também. Então a gente tem que ter essa união com o não indígena porque nós estamos dentro da cidade. Em relação às novas tecnologias, para nós é muito importante, até eu estou começando a aprender também, mas é bom, né? Então auxilia bastante, tanto como você mexer com o dinheiro, fazer pix, a divulgação do trabalho, a gente faz live também. O futuro nosso sempre eu falo assim, tem os netos, filho e não quer estudar, aí tem vezes, não quer estudar de manhã, por causa do frio. Filho, vai estudar porque eu não estudei, eu estou dessa forma. Mas se você estudar, você vai aprender muitas coisas. Eu falo para um deles, eu quero ver você ainda ser um médico e você é um doutor. Falei assim, dessa forma (Oid Felipe, Cacique da aldeia Vila Entroncamento. Data da entrevista: 20/05/2024).

Uma nova forma de liderar nos tempos atuais é sem dúvida o incentivo aos estudos, a qualificação profissional, e isto está interligado ao pensamento clastreano de que os povos ameríndios vivem em constantes transformações, nunca permanecendo estáticos a um modo de viver, mas ao mesmo tempo, mantendo as tradições. A fala de Oid para os filhos e netos também serve para os mais jovens da comunidade em geral, pois ele ressalta que, estudando, podem conseguir se destacar para sociedade não apenas não indígena, mas lutar em favor de seu povo.

Eu não acho que eu sou uma boa liderança, mas só que os pessoais acham que sou liderança muito boa por causa disso, por isso que não falamos muitas coisas da gente. É porque na aldeia rural é diferente, porque lá dentro da aldeia você convive o indígena, e aqui dentro do urbano não, porque você tem que olhar para o indígena e para a cidade. Porque muitas das coisas acontecem, muitas vezes acontece muitas coisas no mundo em que nós vivemos hoje. Então a gente tem que se policiar sobre essas pessoas. Eu queria que os nossos indígenas, falassem mais a nossa língua materna, porque aqui na cidade pode se perder o valor que tem a nossa linguagem. O melhor para nós é entender que a nossa linguagem é importante para preservar a nossa identidade mesmo estando em um contexto urbano. Um colégio indígena eu acho que é importante, e também a preservação da identidade, da cultura e a língua (Oid Felipe, Cacique da aldeia Vila Entroncamento. Data da entrevista: 20/05/2024).

O que chama a atenção positivamente sobre o relato de Oid Felipe seria a importância de preservar a língua terena além de fortalecer a educação dos mais jovens, e o fato de não se perceber como um bom líder. É isto que faz com que ele seja considerado bom para a comunidade. Isso foi apontado por Clastres (2003) no mito do pescador: ser um bom líder é,

muitas vezes, receber pouco ou nada pelo que fez; por exemplo não se posicionar como mais importante e sim como alguém que quer o bem para todos.

3.2.7 Aldeia urbana Água Funda

A aldeia urbana Água Funda está localizada nos fundos do bairro Jardim Noroeste. Entrevistamos, no dia 18/05/2024, Ivaneis Moreira oriundo da aldeia Ipegue em Aquidauana/MS, é o nome do atual cacique de lá e ele vai nos contar brevemente questões relacionadas ao surgimento e no lidar com a aldeia dentro do município de Campo Grande.

Meu nome é Ivaneis Gonçalves Moreira, aqui é a comunidade indígena Água Funda, minha idade é 50 anos e sou da etnia terena. Eu vim pra Campo Grande/MS já faz 20 anos, mais pra estudar mesmo. Trabalhar aqui pois lá é escasso de serviço e a gente veio procurar pra cá. Bom, surgiu a oportunidade aqui que a gente está há mais ou menos 8 anos e sempre eu ajudei o pessoal da liderança daqui, da nossa comunidade e vai fazer um ano que eu estou à frente da aldeia. Foi através de uma eleição, aí fui eleito e estou aqui há 1 ano já trabalhando como cacique aqui na aldeia. O mandato é de 4 em 4 anos. O surgimento aqui ocorreu através de algumas pessoas que se reuniram e moravam de aluguel aqui, próximos ao Noroeste mesmo. É aí eles viram essa área aqui e resolveram mudar para cá. Eles se colocaram nesse terreno, vamos dizer assim. E a gente veio para cá, mais por causa do aluguel que é caro. Aqui a gente tá em mais ou menos 92 famílias e o nosso objetivo é conseguir o nosso espaço. Um espaço legalizado, certinho e para preservar a nossa cultura, a dança, essas coisas assim também. E a maioria é indígena, acho que tem 2 (duas) ou 3 (três) famílias que não é indígena. A maioria são terena, cerca de 95% das pessoas são terena. A gente tem um conselho que é composto por 11 pessoas, vice cacique, presidente do conselho e conselheiros. É assim, pessoas que fazem parte do esporte, da cultura e essas coisas assim. São parceiros da nossa liderança. Um grupo de apoio nosso. Tem anciãos no nosso conselho também. Eles são bem objetivos e têm uma idade de mais de 60 anos nessa faixa aí (Ivaneis Moreira, Liderança da Água Funda. Data da entrevista: 18/05/2024).

Vejamos que, assim como as outras aldeias urbanas de Campo Grande/MS, a aldeia Água Funda foi criada também através de ocupação, pois os indígenas, que anos atrás foram saindo das aldeias rurais para tentarem a vida em um contexto urbano, se depararam com os caros valores de aluguéis da cidade. Na aldeia, além da liderança de Ivaneis, existe, assim como nas demais, um conselho que auxilia nos trabalhos da liderança. Ivaneis fala sobre a relação com outras aldeias e comunidades indígenas e não indígenas e com o poder público.

Várias mulheres atuam no conselho da liderança, a própria professora, minha esposa, ela é liderança também, ela ajuda aqui na comunidade também é, dá um apoio pra gente. Tem a própria professora Darlene, que é nossa liderança também. A minha liderança é formada mais por mulheres, que é o vice-cacique, é mulher, a presidente do conselho é uma mulher também. A professora Darlene que mexe com as crianças também está preservando a cultura da língua Terena, então uma participação bem assídua das mulheres.

A gente conhece as pessoas de outras comunidades como as lideranças, a gente conversa, troca as ideias também. Essa parte não tem problema nenhum com outras comunidades. A gente reforça, ajuda outras comunidades também, como a gente pode, a gente busca ajuda de fora também, a relação é essa, é uma relação ótima. É nas aldeias rurais, a maioria tem parentes, por exemplo, a minha mãe mora na aldeia ainda, até hoje ela mora lá. Aí a maioria dos familiares das pessoas também moram na aldeia e quando tem feriado, ou alguma coisa assim, eles colocam a van para se deslocar para visitar a família, no final do ano, no natal. Eles não deixam este laço se quebrar. Com as outras comunidades, a gente tem uma relação boa, vamos dizer assim, mas a gente sempre cobra do governo do município. Estamos sempre reivindicando nosso direito. No governo estadual também, a gente tem uma participação no governo, a gente cobra. Então ela é de mais diálogo e de cobrança, né? A gente cobra as leis, a gente coloca em pauta os projetos. É uma participação ativa, vamos dizer assim, né? Nossa participação na cultura aqui a gente coloca como muito importante. A gente faz as nossas festas dos povos indígenas todo ano, a gente faz aqui na comunidade com danças, músicas, e músicas regionais. Dos próprios indígenas que vem tocar aqui, que são as músicas, mostramos também essa cultura que temos. No futebol tem os Jogos Indígenas que a gente participa todo ano. A gente tem a equipe aqui em várias modalidades, que a gente participa também. A gente mostra nos jogos Indígenas um pouco da nossa cultura nesses jogos também (Ivaneis Moreira, Liderança da Água Funda. Data da entrevista: 18/05/2024).

Em geral, temos percebido esta ideia de boa relação entre as aldeias urbanas e o poder público não indígena. Isso aponta para uma visão de política apaziguadora mais que combativa; isso cremos que pode ser uma característica terena.

Bom, aqui o setor de trabalho e serviços são variados. A maioria dos homens trabalha na construção civil. A maioria das mulheres já trabalham também de doméstica, caixa de supermercados, em várias situações. Tem umas que trabalham aqui na escola mesmo como serviços gerais. Não tem essa questão de conflito, porque é do indígena e eles preferem ficar mais junto, né? Por isso que surgem as comunidades. Existem indígenas morando assim dentro de outros bairros. Mas a maioria se concentra em comunidades e a gente tem uma ligação assim com os vizinhos bem tranquila, não tem essa de conflito, não existe isso. As novas tecnologias são muito importantes, vieram para ajudar e a gente está inserido. Hoje a gente não vive sem internet pois é prioridade pra gente também. Hoje em dia, tudo que a gente faz tem que ter internet, trabalho essas coisas. Por exemplo, aqui também a gente tem o grupo da comunidade que a gente se comunica através do grupo de WhatsApp. Aqui na comunidade tem alguma coisa que a gente vai avisar, a gente avisa pelo grupo. Você faz uma inscrição hoje pelo celular, faz tudo pelo celular, manda documento, pdf, essas coisas, tudo em celular, facilita também. Quando eu fui candidato a cacique, eu disse que a gente vai lutar pela nossa área, que é a legalização da nossa área. E a primeira coisa que ele tem que fazer é a legalização disso. Conseguir outras coisas como uma escola indígena, vamos dizer assim, um local para a gente apresentar a nossa cultura dentro da nossa comunidade. Eu acho que eles veem a gente como um espelho, vamos dizer assim, né? Um espelho. E ele espera tudo da gente, espera a gente buscar melhorias para a comunidade e a gente acredita nisso porque a gente corre atrás, a gente deixa o nosso serviço. É final de semana, a gente não para também. A gente vai em uniões, procura saber mais para

trazer benefícios para nossa comunidade. Eu acho que acredito que o trabalho dentro do contexto urbano é uma realidade diferente que nas aldeias é nas aldeias rurais e retomadas, porque lá é outra situação da Terra (Ivaneis Moreira, Liderança da Água Funda. Data da entrevista: 18/05/2024).

Notamos que a AU Água Funda não foi regularizada e que não há escola específica da comunidade nela. Ambas as reivindicações mostram que a vida deles no território urbano não foge muito da árdua e cansativa luta pelo direito ao território que ocorre nas aldeias rurais. A busca por empregos que levam dignidade para seus lares é louvável e demonstra a resistência que os povos indígenas sempre tiveram. Ao se depararem em um contexto urbano, a vida deles muito se assemelha às pessoas não indígenas, tanto no lidar com a política em favor de seu povo, como nos trabalhos da liderança juntamente com o poder público. Contudo, precisamos lembrar sua história de exploração e expropriação de terras, cultural, etc., e que eles têm direito a uma reparação histórica por isso.

A gente procura aqui dentro da comunidade também com vários projetos, é, já tivemos vários cursos aqui que a gente já foi atrás, por exemplo, a gente tem escolinha de crianças também para futebol. A gente tem 2 vezes na semana para as mulheres aulas de ritmos e danças na Fundação do Esporte (FUNESP) também, o projeto também que a gente conseguiu para cá, para nossa comunidade. Esse projeto da cultura e da língua que a gente não tem apoiadores ainda, a gente precisa de alguma coisa para apoiar, para não acabar. Para a gente incentivar mais as crianças, a gente precisa mais de apoiadores nessa parte. Precisamos ampliar um espaço, um espaço melhor para as crianças, porque elas não têm espaço por enquanto. Esse espaço pode servir também para várias coisas, reuniões, essas coisas assim (Ivaneis Moreira, Liderança da Água Funda. Data da entrevista: 18/05/2024).

Ivaneis não aborda explicitamente o que é ser uma boa liderança, porém, a julgar pelo que comentou, entendemos como sendo o mesmo que os outros destacaram; mas, principalmente, buscar melhorias para a qualidade de vida das pessoas na aldeia.

3.2.8 Mailson Terena (Aldeia Urbana Tarsila do Amaral)

Mailson Francisco, liderança da aldeia urbana Tarsila do Amaral, foi entrevistado no dia 15/05/2024. Ele destaca, primeiramente, as suas origens advindas da aldeia Bananal, em Aquidauana/MS, e também a propensão da sua família em ter lideranças.

Meu nome é Mailson, terena da comunidade, é da etnia terena. Preservo a minha tradição, a minha cultura, a minha língua, a minha crença. Então meu nome é Mailson Terena. Eu nasci na comunidade Terra indígena Bananal, no município de Aquidauana/MS. Já veio desde nascença, a minha família sempre foram os líderes na comunidade indígena, na aldeia Bananal, aí continua até hoje comigo, a minha pessoa. Então o meu tio foi um grande líder na região de Aquidauana, meu tio foi quase 20 anos como cacique.

Então já nasceu. A tradição é como liderança da minha família e vai continuar comigo até hoje dentro do contexto urbano de Campo Grande (Mailson Francisco, Liderança da aldeia Tarsila do Amaral. Data da entrevista: 15/05/2024).

No discurso de Mailson, é nítida a hereditariedade da liderança, assim como Dorilene liderança da AU do Portal Caiobá. Mailson também destaca a composição do seu conselho de liderança e sobre o lidar com o poder público e com os não indígenas na cidade.

Todos são indígenas na comunidade indígena aqui no Tarsila do Amaral, onde sou líder como cacique. Quando eu fui, não teve eleição, eu fui aclamado pelas comunidades. Aqui tem quase 100 famílias indígena, 98 famílias. Então montei a equipe. E aí vem o vice cacique, aí vem presidente do conselho tribal e assim vai montando a equipe. Hoje eu tenho 18 pessoas trabalhando comigo. Porque eu sozinho, como eu falei, não tem como fazer as coisas. Então a pessoa que está comigo, distribui a tarefa para cada pessoa. E tem um Ancião também dentro. A gente não pode esquecer. Tem mulheres guerreiras. E hoje mais ou menos, eu tenho 8 mulheres na minha liderança. E eu carrego comigo o que o meu tio falava que a gente não pode esquecer dos anciões, colocar dentro da nossa equipe, da comunidade. Então, mais ou menos eu tenho 8 ou 7 mulheres dentro do conselho da minha comunidade. Por exemplo, o meu vice cacique é a minha esposa. Nós temos vizinho que é não indígena e eu não vejo problema de a gente trabalhar juntos. A gente não pode esquecer nossos parentes na aldeia. E não é porque a gente mora aqui na cidade, a gente deixa a nossa origem, a gente volta, a gente passeia, na nossa comunidade. Com os não indígenas, a gente mais uma vez procura ser parceiro, né. Não existe a frase “Esse aqui não é indígena, eu não vou conversar”, não é assim. Porque pela lei, pela constituição, nós somos todos iguais principalmente perante Deus, nós somos todos iguais. Então eu carrego isso comigo. Eu não vejo problema com não indígena. Agora a questão parte do governo estadual, município, vejo algumas falhas, eu posso dizer isso. Eu estava conversando com os parentes, agora aqui, meus irmãos indígenas. Então é difícil trabalhar com o governo, com o município. Eu posso dizer isso sem medo de falar, na realidade, a gente não tem medo de falar, não é verdade mesmo? É um problema, só que assim, a luta eu acho que não é só para mim, acho que é geral na questão indígena, não indígena. Eu acho que quando o gestor, quer trabalhar, tem vontade de trabalhar, trabalha, agora quando não quer ou faz uma panelinha, atende o que quiser ali, eu acho muito errado, é assim, favorece, dá a entender que ela favorece. Mas só que a gente vai apoiar aqueles que querem representar, trabalhar, apoiar a nossa comunidade. Eleger representantes, então colocar esses representantes no poder público é muito importante sim, com certeza pode ser uma solução, então algo que pode colaborar com a causa (Mailson Francisco, Liderança da aldeia Tarsila do Amaral. Data da entrevista: 15/05/2024).

Captamos em sua fala diferenças em relação ao que foi encontrado por Batistoti e Latosisnki (2019), disposto anteriormente neste trabalho. No contexto de criação desta AU, a maioria das famílias que viviam ali eram não indígenas. Todavia, atualmente, segundo Mailson, a maioria ou todos da AU são Terena. Isso mostra um crescimento da ocupação indígena de algo que é seu, que foi conquistado por eles. Além disso, vemos a liderança de

um casal, como na AU Água Funda, fator já destacado por Perrone-Moisés (2011). Mailson demonstra clara organização política dentro da aldeia Tarsila do Amaral e, com a sua natural habilidade, consegue ao máximo procurar resolver os anseios do seu grupo. Entretanto, ele ressalta que existe dentro do poder público uma má vontade em alguns setores e, neste momento, surge a capacidade dele de percepção de que alguma coisa precisa ser mudada dentro da política para que os anseios da população indígena no contexto urbano sejam ao máximo solucionados proporcionando uma melhor qualidade de vida para eles. Relata também não ter medo de falar. Neste momento, percebemos nosso trabalho como um lugar de denúncia e de fronteira, em que por um lado auxiliamos as lideranças indígenas a exporem suas contribuições e, por outro, podemos ser usados como munição pelo poder público mal intencionado. Assim, entendemos que nossa pesquisa fazia parte da atuação política dessas lideranças. Mailson fala como uma verdadeira liderança e incentiva as pessoas da aldeia a melhorarem de vida.

Preservamos a nossa cultura e existem indígenas que fazem culinária. Nós preservamos ainda a nossa culinária, a nossa dança, o nosso canto indígena. Preservamos tudo ainda, graças a Deus. Hoje eu ainda continuo falando que a gente tem que incentivar os nossos filhos a estudar. Passar pelas dificuldades, é no sol quente, chuva, frio, mas quando a pessoa chega ali onde a pessoa quer alcançar, parece que não passou nada. Então, hoje, dentro da comunidade indígena no contexto urbano, graças a Deus, tem indígena que tá com emprego bom, melhor, vamos dizer assim. E ainda tem pessoa que tá estudando para chegar, é onde quer trabalhar também. Hoje a minha esposa trabalha numa farmácia, mas por que trabalha na farmácia? Porque ela fez um curso farmacêutico, hoje está fazendo enfermagem. Então isso que eu como cacique, procuro incentivar a minha comunidade, não só minha comunidade, né? Outras pessoas nas aldeias também, na terra indígena, e a gente tem que ir através disso tudo. Não tem jeito, para ter um emprego melhor, tem que estudar, não tem jeito, não tem como. Ainda existe um certo preconceito da sociedade não indígena, mas diminuiu bastante, diminuiu, isso é importante, mas o ideal seria que um dia isso acabasse. Hoje a internet é muito importante, ter esse celular. Hoje o celular faz tudo, né. Antigamente você precisava ir lá na casa lotérica, no banco, hoje você faz aqui mesmo. Então é a evolução, a evolução hoje é como é que a gente fala, é a globalização no mundo, nós temos que acompanhar também. Meu sonho era ser um profissional, atleta de futebol. Cheguei, mas só que não soube aproveitar, né? Porque quando o chega não tem que abraçar. Se você não abraçar, vai embora. Cheguei, não abracei, né? Cheguei até jogar no juniores do Goiás quando eu tinha 17 (dezessete) anos. Não aproveitei e vim embora para a aldeia, mas ao mesmo tempo, porque eu nunca tinha saído da minha aldeia. Meu pensamento sempre foi voltar para a aldeia. Aí chegou férias, aí vim embora. Não voltei mais para Goiânia, mas hoje o meu sonho, quando eu vejo a minha situação como líder, como cacique, quando procuro alguma ajuda. O que nós acabamos de falar no governo estadual, municipal não abre as portas hoje (Mailson Francisco, Liderança da aldeia Tarsila do Amaral. Data da entrevista: 15/05/2024).

É extremamente importante o incentivo que Mailson faz na aldeia Tarsila do Amaral,

principalmente em relação à qualificação dos mais jovens, pois para ele os estudos são a única forma de conseguir uma vida melhor e como hoje existem mais oportunidades, Mailson ressalta que as pessoas têm que saber aproveitar. Por fim, o líder nos fala sobre uma possível solução para que as aldeias e comunidades indígenas em Campo Grande tenham mais força junto ao poder público.

Colocar um representante indígena. Hoje nós somos 18000 (dezoito mil) indígenas dentro de Campo Grande. Então, é possível a gente colocar um representante, pelo menos uns 3 vereadores ali indígena para lutar por nós. Eu vi um projeto que chegou milhões de dinheiro ali no município de Campo Grande, mas eu como cacique, eu não tenho como cobrar. Quem pode cobrar? O vereador. Eu não tenho, não tenho como cobrar. Primeira coisa, para ser uma boa liderança, é ter diálogo, respeito, educação. Porque não adianta eu ser um líder se não vou respeitar minha liderança, se eu vou tomar decisão sozinho ou não. Por isso que a minha liderança, quando venci, meu primeiro mandato era de 2 anos. Aí fui reeleito, não teve oposição. Tem que ter respeito, tem que respeitar. Eu respeito desde criança pequena até os anciões, então isso manda muito na pessoa. Primeiro, respeito aos outros. Bom, eu já participei do movimento na retomada. Fácil não é. É ali a mesma coisa, não tem diferença. O cacique que tá lá dentro da Terra indígena, é a mesma coisa, tem liderança, a liderança é respeitada, mas quando você respeita o povo, a comunidade, sua liderança é respeitada. Agora, se você não respeitar, quem é que vai te respeitar? Ninguém vai te respeitar. Então o líder tem que primeira coisa é respeitar para ser respeitado e dar exemplo. Para o povo indígena, precisamos de apoio. Você ouviu tudo que eu já falei sobre o município e o governo (Mailson Francisco, Liderança da aldeia Tarsila do Amaral. Data da entrevista: 15/05/2024).

Essa possível solução apresentada por Mailson, que seria eleger um representante indígena para a câmara de vereadores de Campo Grande/MS, demonstra conhecimento do sistema político não indígena e estratégias para, a partir dele, lutar pelos direitos de seu povo. Em seu depoimento, observamos qual característica é essencial para ser um bom líder, que em sua opinião é o respeito, é não tomar decisões sozinho, é ter iniciativa de luta (por exemplo, participar de retomada). Entendemos que o saber falar também é notório nesta liderança, pois Mailson nos demonstrou muita desenvoltura nesta questão.

3.2.9 Aliscinda (Aldeia Urbana Água Bonita)

Conversamos com a liderança Aliscinda, 49 anos, oriunda da aldeia Limão Verde, em Aquidauana/MS. Na sua gestão da aldeia urbana Água Bonita, ela destaca a importância do trabalho realizado no primeiro mandato, o que a habilitou para continuar à frente da aldeia.

Se a gente chegou ao nosso objetivo com o segundo mandato, com certeza nós dentro da comunidade sim, porque se nós não tivéssemos trabalhado bem, acredito que a gente ainda não tivesse continuado. A comunidade não tinha nos escolhido já pela segunda vez, sim. Então acreditamos que eles

confiam na gente. Ainda temos esse crédito de confiança com o nosso povo. Então se a gente for reeleito, porque a comunidade confia. Liderar numa aldeia urbana principalmente para uma mulher é mais fácil do que numa aldeia rural porque lá, ainda existe um certo preconceito em relação às mulheres, diferentemente do que numa aldeia urbana. Eu já tentei buscar, já tentei conversar com as mulheres, para tentar saber qual é o medo? Elas têm aquele medo do embate, do machismo. Desculpa eu estar falando isso, mas é uma realidade. O machismo, ele é predominante dentro do meu povo. Aqui na cidade, eu acho que eles relevam a questão do machismo mas na Terra tradicional ainda há um pouco desta questão, não é que mantém a tradição, eles mantêm a tradição, mas a gente está quebrando aos pouquinhos eu falei, eu peguei e falo assim, meninas, eu falo para as meninas, vocês são capazes de liderar a comunidade sim porque vocês conseguem ser. Então, tipo assim, são pequenas empreendedoras, por mais que elas não estão na feira, mas elas estão lidando com uma pizzaria, elas estão lidando com vendas, mas faz bem, entendeu? Então a gente, eu vejo isso nelas. Aí eu falo para elas, porque não lançam uma chapa para vocês tentarem? Eu sempre vou provocando, sabe? Então eu tipo assim, eu não sei se eu acho que eu falo, acho que lá na minha comunidade assim eles vivem assim, chegou às mãos, influência das mulheres, mas a gente eu vejo dessa maneira. Eu não sei se é cultura, eu não sei se é medo, paradigma também, eu não sei o que é isso. A minha história aqui com um segundo mandato, juntamente com o vice, deixou um legado. Eu falo que é um legado que a gente vai deixar juntamente com o vice, entendeu? Então eu falo que as nossas conquistas, juntamente com seu Sebastião, tem sido como falar com a população do meu povo. Então eu vejo dessa maneira. Mas o machismo é predominante. Eu não nego isso a ninguém. Se eu ver uma coisa está errada eu falo mesmo, mas é característica de uma liderança, então eu pego e falo, tá errado isso, tá errado aquilo, então eu tenho feito isso, então eles já me conhecem. A gente tem essa visão, o pensamento está alinhado, aí fica fácil de trabalhar, então a gente tem. Creio que por isso que a comunidade acredita na gente (Aliscinda cacique da Aldeia Água Bonita. Data da entrevista: 14/05/2024).

Aliscinda tem a percepção clara de que há ainda algumas diferenças entre a aldeia urbana e a aldeia rural. Neste sentido, tem sido militante na transformação dessa questão em seu povo, pois procura incentivar e provocar as mulheres para estarem cada vez mais inseridas nas políticas da aldeia. Água Bonita está ao lado da Tarsila do Amaral. Lembramos daquilo que apresentamos no começo da dissertação: em 2019 era uma aldeia repleta de sinais diacríticos de sua identidade étnica terena, diferentemente da Tarsila do Amaral. Hoje, podemos perceber que há na aldeia uma espécie de junção entre o urbano e a preservação da identidade terena.

E o legal é isso aí mesmo. O nosso povo, sabemos dialogar com a política do não indígena, que é do branco. A gente consegue fazer isso de forma diferenciada de como trabalhar o mundo político. E sempre segurando a nossa cultura. Dentro desse diálogo a gente consegue fazer essa fala diferenciada. E debater com antes também, a gente está preparado para isso. É então o último nas últimas décadas principalmente, né? Essa facilidade, entendeu? Ele está aqui entre os terrenos, então é louvável, eu penso que é louvável, tá? E é meio isso, né? A minha liderança não nasceu só aqui no Tarsila não, eu fui liderança do Tarsila do Amaral também liderança

fundador ali, então eu tenho uma história que tanto faz lá e aqui. Fui uma das mulheres juntamente com os outros líderes, né, que muitas vezes eles tinham a facilidade de quando você chega na cidade, qual que é o diferenciado, o homem tem que trabalhar, a mulher tem que trabalhar, o que que acontecia, como eles estavam trabalhando, e eu tinha que estar ali, né? Então eu pegava e levava as documentações. Mas eu fui a primeira a reivindicar. Porque essa chapa pertencia ao eterno Adierson. Eu falei, eu procurei, chamei a família, eu falei, o que vocês acham de eu lançar uma chapa? Aí eles falaram que não tem outra pessoa (Aliscinda cacique da Aldeia Água Bonita. Data da entrevista: 14/05/2024).

Neste excerto de sua entrevista, percebemos que Aliscinda reúne todas as características do que é ser uma boa liderança para os Terena: saber falar e saber buscar. Além disso, Aliscinda ressalta que uma liderança de aldeia urbana deve se atentar às transformações que a vida urbana exige. Essas transformações passam, por exemplo, por inserção e incentivo a, cada vez mais, as mulheres fazerem parte das lideranças e também liderarem. O incentivo à formação de novos profissionais, como na área da educação, direito, medicina e outras profissões, tem a incumbência de mostrar a força e a resiliência dos Terena que buscam fazer valer seus direitos, mas antes de tudo se qualificarem para defenderem seu povo. Este conceito foi colocado por Clastres (2003) na “Filosofia da chefia ameríndia”, em que a liderança Terena vive em uma constante linearidade como: a vida entre o “urbano” e o “rural”, o “diálogo” e o “enfrentamento”. Entendemos que sua história na política é de longa data, embora não seja por tradição familiar e que veio conquistando a confiança da comunidade por seu trabalho, suas ações e por seu modo de se posicionar, de apontar erros, de falar com o grupo. Aliscinda destaca a boa relação que ela e seu vice-cacique têm com a aldeia como um todo, onde ela procura atender a todo e qualquer tipo de ajuda e que o mais importante, é sempre resolver as coisas no diálogo.

E eu queria muito que você colocasse a questão da Juventude e das crianças. Então eu queria muito que você acrescentasse, porque eles são nosso futuro. A gente tem que esperar deles, o melhor. Agora nós estamos com esses 4 anos de mandato. Já estamos procurando alguém para nos preparar para ficar no nosso lugar, porque nós não somos eternos. Então eu queria muito isso pois nós já estamos procurando ensinar alguém para estar do nosso lado, para poder caminhar como a gente e tem que ensinar. Então por isso que eu falo, eu queria muito que você colocasse as futuras gerações. Porque eles são o nosso futuro. É olhando para eles, no meu ponto de vista, como mulher, como mãe, então é isso que eu quero, também é esse aí que o cacique tá falando aí, porque nós estamos como diz a palavra, ninguém sabe o dia de amanhã, né? Eu sei que por isso que nós estamos aqui tem que preparar a nossa geração, principalmente os jovens, é que frequenta a escola agora. Esse é que vai ser o nosso braço direito, não é? Durante esses mais de 3 anos, é o nosso trabalho daqui dentro da comunidade. Então, por isso mesmo que nós estamos reforçando também (Aliscinda cacique da Aldeia Água Bonita. Data da entrevista: 14/05/2024).

Aliscinda, em sua fala final, deixa clara a preocupação dela com o futuro. Ela sabe que seu mandato um dia irá acabar e que precisa deixar pessoas preparadas para dar continuidade ao trabalho que já vem sendo realizado pela sua gestão não somente da aldeia, mas também da liderança posterior a ela. Isso porque, sabe que essa preocupação com a manutenção ou a continuidade de um legado político faz sentido se pensarmos que há uma noção de transmissibilidade do que é ser bom líder entre os indígenas, algo recorrente quando observamos nas lideranças “hereditárias”.

3.2.10 Josivaldo (Aldeia urbana *Inamaty Kaxé*) (Novo Dia)

No dia 20/05/2024, entrevistamos Josivaldo Delfino, 46 anos, cacique da aldeia Novo Dia localizada na zona oeste de Campo Grande/MS, no Bosque Santa Mônica, que está completando 10 anos de existência. O cacique relembra as muitas lutas que tiveram que enfrentar, expõe a participação das mulheres e aborda as melhorias que ainda faltam na aldeia.

Foi difícil, porque aqui todo mundo sabe que aqui era um barraco, a gente morava na lona e é muita água, né, muita água e muitos não conseguiram permanecer. Às vezes chegaram, mas não conseguiram permanecer. Hoje estamos completando 10 anos dessa comunidade. Onde nós vimos as crianças pequenas hoje estão crescendo e outros já estão formando a família. Então é uma coisa grandiosa para nós aqui. Quem viveu essa fase de construção desta nossa aldeia urbana, por mais que ainda faltam muitas coisas que nem hoje a gente não tem um centro comunitário para agregar a nossa comunidade ou para fazer uma oficina para nossas crianças, para os nossos idosos e muito mais. Então, durante esses 10 anos, a gente está lutando por nosso centro comunitário. Na mesa que nós estamos, tem o cacique, o vice cacique, o presidente, presidente do conselho e o vice-presidente do conselho. E aí vai formando a mesa juntamente com o cacique, né? O cacique é eleito pela comunidade. O cargo do cacique é de 4 em 4 anos aí dos conselheiros também junto. Na liderança anterior, não existia mulher, mas hoje, nessa questão de luta, estão vindo as mulheres, as mães, né? Eles estão aí compondo a nossa liderança, está dia a dia com a gente lutando sobre essa questão que é bem delicada, não somente a parte de nós indígenas, mas também pela sociedade. Então a primeira coisa é que se a gente for fazer uma reunião, nós vamos convocar primeiro o cacique. Aí o cacique vai juntar sua mesa e assim por diante, como a gente vem fazendo. É na questão urbana, quando a gente vai para a questão do embate ali na cidade, seja ela no estado ou no município. Então é importante essa relação com as outras comunidades (Josivaldo, cacique da aldeia Novo Dia. Data da entrevista: 20/05/2024).

Neste relato, compreendemos que os desafios para a consolidação de uma aldeia urbana são maiores do que imaginamos, muitas vezes, estando próximos aos relatos que ouvimos de pessoas indígenas em situação de retomada.

É a mesma coisa você olhar para um bairro, ele tem um presidente do bairro, então nossa aldeia, nossa comunidade, ele tem o cacique onde eles vão fazer reivindicação, seja ela municipal, ou estadual. O mais significativo é a festa, quando a gente comemora o dia 19 de abril, às festas onde nós temos ainda mulheres que têm os seus artesanatos. O pessoal mais antigo vinha fazer o serviço de ajudante de pedreiro, mas hoje deu uma modificada, porque as mulheres que se encontram ali estão fazendo a costura, onde quem fez os cursos e aproveitou essa vaga de costura. Tem os meninos que fizeram cursos de eletricista ou alguma coisa assim que eles já estão aptos para exercerem aquela função. Se a gente faz algo errado, quem a gente acaba respondendo como o pessoal da cidade. O papel do cacique é manter a ordem para não fazer isso. Então são essas as coisas que compõem o papel do cacique dentro da comunidade. É tanta tecnologia, que o nosso jovem que às vezes nós temos que alertá-los, “você tem que aprender a língua materna, a gente fala a língua materna” eu digo a eles. E isso é bom porque a nossa identidade, a nossa cultura ainda como nós indígenas, seja ela na base ou aqui no contexto urbano. Ela é uma coisa que nos ajuda também, que nem acabei de falar sobre o grupo, sobre a história da comunidade. A gente mostra a realidade, a rede social, como é a nossa aldeia, facilita o contato com os nossos parentes que estão lá na base e sempre tem orientado também a gente lá. É um facilitador (Josivaldo, cacique da aldeia Novo Dia. |Data da entrevista: 20/05/2024).

Aqui, o cacique compara a liderança indígena com a não indígena, no quesito de “manter a ordem”. Entretanto, o modo como as lideranças atuam é muito diferente porque a primeira prioriza o diálogo, ao passo que a segunda utiliza a coerção e a punição como forma de controle e ordenamento social (Clastres, 2003).

Olha, a boa liderança é você conviver com a pessoa, tudo no diálogo, diálogo que resolve com o que a gente encaminha. Então são esses é que às vezes nós temos aprendido e a gente antigamente a gente não fazia essa, essa questão. E hoje através de diálogo, a gente vai conhecendo a gente vai aplicando a situação. E se há diferenças entre liderar o modelo da cidade e na Terra indígena e uma retomada, é muito difícil fazer essa comparação. Agora é dessa questão, na urbana, ela é desafiadora, né? Porque é assim, muitas das vezes a gente não é atendido, às vezes é atendido, mas muitas das vezes a gente acaba tendo que ter mais paciência. A questão de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, nós tínhamos que ter um secretário e aqui somente para indígena, mas a gente não tem. Aí muda o governo, muda o município, e nunca a gente tem um olhar específico para a questão indígena mesmo. Então, essa luta que muitas vezes estamos travando hoje nessa questão de liderança do contexto urbano, é que nós estamos lutando para que todos nós tenhamos um diálogo, seja na prefeitura ou no governo estadual. A gente fica correndo para cá e para lá até a gente conseguir. Então umas coisas que a gente tem que é levantar a cabeça, lutar e prosseguir que um dia chega lá. O pessoal que está nas aldeias rurais, existe uma parte destinada para eles, do poder público, né? Diferente do contexto urbano. Isso aí que eu quero dizer para você, entendeu? Porque assim não é porque a gente está morando na cidade, a gente está no bem bom, não tem coisa que a gente tem que lutar ainda mais, lutar ainda mais. Não é porque nós somos indígenas que a gente não vai querer não, a gente agrega. Está faltando, é asfalto, vamos lutar por asfalto, está faltando isso, vamos lutar (Josivaldo, cacique da aldeia Novo Dia. |Data da entrevista: 20/05/2024).

Como vimos, para Josivaldo, há claras diferenças entre liderar em uma aldeia urbana e em uma aldeia rural. Enquanto na aldeia rural há um respaldo específico do governo para a questão indígena, nas aldeias urbanas não há uma secretaria destinada às demandas indígenas da cidade. Por isso, sofrem mais para angariar direitos básicos e diferenciados, como assegura a Constituição Federal de 1988.

3.2.11 Agno (Aldeia Urbana Estrela da Manhã)

A liderança da aldeia Estrela da Manhã, localizada no Jardim Noroeste, zona leste de Campo Grande/MS, chama-se Agno, tem 34 anos e mora com a sua família há cerca de 20 anos na referida localidade onde lidera. Agno fala sobre como surgiu a aldeia e como tem sido a sua liderança nela.

Agno, o cacique da Estrela da manhã, no bairro Jardim Noroeste. Sai bastante cedo da aldeia, tivemos que sair da aldeia, por motivos pessoais, né, de doença na família. Aí faz tempo que eu moro aqui em Campo Grande já. Tem 20 anos que eu moro aqui, olha bastante tempo, a maioria do tempo que eu me conheço por gente moro aqui já. Sobre o papel da liderança, na verdade que teve uma eleição. Quem fundou aqui a comunidade foi uma irmã minha. Aí ela teve uns problemas de saúde, aí pediu para me candidatar também, aí foi eu e outra pessoa e consegui ganhar aqui e fiquei com 100 e poucos votos. A grande maioria é só de indígenas, somente uma pessoa não é indígena como por exemplo, um rapaz que é casado com uma mulher indígena, entendeu? Aí geralmente tem umas 23 famílias. Aí a gente está aí com a comunidade, lutando, sabe que é difícil para todo mundo, mas nós somos Terena. E nós viemos para cá assim, em busca do nosso espaço também na sociedade. Estamos aí com o pessoal lutando para conseguir mais melhorias aqui para a comunidade ainda. Nosso conselho geralmente tem as pessoas mais velhas que nos aconselham e tem a minha família também, minha mãe, minha irmã e nós temos um grupo sim, que nos reúne sempre para bater papo assim, conversando um com o outro. Ainda mais sobre política (Agno, Cacique da aldeia Estrela da Manhã. Data da entrevista. 21/05/2024).

Agno destaca noutro momento que, embora a maioria dos moradores da aldeia Estrela da Manhã sejam indígenas, há um percentual de não indígenas, como os que se casam com indígenas, por exemplo. Agno não faz distinção entre indígenas e não indígenas em sua gestão, mas tenta ao máximo atender a todos os anseios da população em geral.

Na liderança em relação às mulheres, a minha esposa faz um trabalho social também, aqui é da escolinha, servindo lanche para criançada no final de semana quando pode. Nem sempre a gente tem condições de realizar coisas. Minha irmã que começou a luta nessa aldeia para regularizar nossa situação. E em relação à liderança do conselho com as comunidades indígenas

vizinhas na cidade de Campo Grande, as outras aldeias urbanas a gente tem uma boa convivência, sempre quando tem festa, quando tem algo assim que a gente precisa se reunir, a gente está sempre se organizando, ainda mais com um negócio de futebol que os terenas gostam muito. A gente é bastante parceiro nisso. Por exemplo, faz um torneio de um lado e vai todo mundo participar. Nossa relação é bem amigável. Em relação às parentelas que ainda estão nas aldeias rurais, vamos constantemente, pelo menos uma vez por mês, visitar eles e eles também vêm pra cá. Assim, todo o fim de semana, tipo um fim de semana assim e outro não estamos indo visitar os parentes que ficaram na aldeia lá, tem gente que tem casa ainda lá. Aí mesmo assim, nossa família é mais difícil visitar, pois, já estamos todos para cá, mas nossos vizinhos assim, parentesco assim de longe tem bastante, a visita é constante, mês a mês. Em relação ao poder público, nós temos uma relação boa com a prefeitura. Com o governo nem tanto, né, mas agora com a prefeitura a gente tem uma boa relação, quando precisa de alguma coisa, eles atendem a gente quando pode, sempre que possível. O povo é evangélico e também não evangélico. Então nós temos minha irmã ali, ela tem igreja evangélica, faz um evento na igreja evangélica, um show gospel, e nós também faz umas músicas sertanejo, então a gente diversifica (Agno, Cacique da aldeia Estrela da Manhã. Data da entrevista. 21/05/2024).

No caso de Agno, observamos uma continuidade política atrelada à atuação de sua irmã, que parece ser influente no grupo devido ao seu desempenho como liderança religiosa. Esta aproximação entre lugares de poder – xamãs e caciques – foi explicitada no capítulo 2, quando abordamos os mitos do xamã e do jaguar. Assim, Agno aprendeu a se comportar como liderança com sua família que participa ativamente de sua liderança.

Agora que vai vir época de Festa Junina, a gente faz também os eventos. Pelo que eu conheço, a maioria dos homens trabalham em construção civil e trabalham aqui como ajudante ou pedreiro. Tem gente profissional aqui também, inclusive eu mesmo de construção civil, eu que faço tudo aqui em casa, meu muro, essas coisas aí. Eu acho que 90% dos homens são em construção civil, isso que eu sei te falar. Em relação às mulheres, um exemplo é a minha esposa também trabalha com em uma empresa de serviços gerais. Geralmente as mulheres trabalham assim, serviços gerais ou domésticas. Aqui dentro mesmo é bem difícil ter algum conflito assim. Briga, você fala, é bem difícil, mas se tiver, né, a gente chama polícia, né? É quem nos atende, se tiver alguma coisa assim de bagunça, é polícia, mas não tem conflito aqui dentro não, graças a Deus há harmonia com todo mundo. Em relação às redes sociais tudo que a gente faz geralmente posta, né, negócio de Facebook, WhatsApp, a gente ganha muita visibilidade. Ela fala assim com o nosso trabalho também, porque já teve gente ajudando aqui a comunidade através de Facebook, WhatsApp, Instagram, né, facilita, então facilita bastante, a gente divulga. Quando a gente vai fazer algum evento, a gente divulga. Igual a gente tem um grupo de música, a gente divulga. Aí através disso a gente se dá muito bem com isso aí. A gente começou aqui esse trabalho, nós morávamos só em barraquinha de madeirite. E para você ver, hoje em dia, graças a Deus, tem muitas casas de alvenaria já de material. Aí eu acho que a minha meta é de todo mundo ter um local adequado para se viver, uma casa boa, entendeu? Eu acho que a minha meta. Nossa meta é que um dia venha passar asfalto logo aqui e todo mundo numa casinha boa, essa é a nossa meta. Eu acho que a maioria do pessoal que mora aqui quer ter uma melhoria na qualidade de vida, cada um tem um cantinho bom pra se

viver legal (Agno, Cacique da aldeia Estrela da Manhã. Data da entrevista. 21/05/2024).

Isto posto, a boa gestão de Agno é fruto de sua administração, mas também da inexistência de conflitos dentro da aldeia. Contudo, quando há alguma desavença, as leis urbanas prevalecem:

Acho que eu acho que a boa convivência é a principal. Só que as pessoas gostam muito de que a gente as ajuda no que é possível. Entendeu que nem tem caso de igreja evangélica. Quando puder, a gente vai ajudar lá. Quando tem uma festa de pessoa não evangélica também, a gente ajuda também. A gente tenta procurar atender as pessoas no que elas precisam dentro do possível. Aqui as ajuda na cidade, tudo o que a gente precisa estar perto da gente. Você vai no distrito, negócio de prefeitura, no posto agora na aldeia rural, pelo que eu sei, tudo, a maioria das coisas que acontece, passa pela mão do cacique, não é igual aqui. Aqui a gente tem as portas. Existem mais pessoas dentro da liderança que podem ajudar, isso é verdade, existe mais a gente uma liderança de uma aldeia grande. Esse entorno facilita também o trabalho, porque você não dá conta de tudo, né? Aqui mesmo, aqui a gente tem uma pessoa que fica com a parte do esporte, pessoa que fica a parte quando é época de festividade, pela parte da dança, da comida, né? Se a gente for pegar tudo e resolver tudo, a gente não faz nada, né? Aí tem que dividir as tarefas, aí sim a gente tem parceiro bom aí pra isso. Isso é bom, né? Ajuda no trabalho, né? Por fim, quero deixar a mensagem de que precisamos incentivar nossos filhos, nossos jovens, a buscar o seu espaço numa faculdade, num serviço mais estar assim, eu falo que não sofre muito igual a nós. É hoje em dia, né, que a gente trabalha com serviço pesado, né? Mas quer que o nosso filho um dia chegue em um status de professor, um educador, um advogado. É possível viver em harmonia, em colaboração, todos em paz (Agno, Cacique da aldeia Estrela da Manhã. Data da entrevista. 21/05/2024).

A generosidade da liderança perante seus comandados é elencada por Clastres (2003) como uma das características que um líder deve possuir. Na fala de Agno, podemos notar este aspecto onde sempre tenta atender ao máximo às reivindicações das pessoas da aldeia. Uma das principais lições em relação à liderança indígena terena é o forte valor do coletivo do grupo em liderança não somente da pessoa em si. Essa abordagem fica muito evidente na fala de Agno. Além disso, ele destaca a educação como principal via de transformação da vida do indígena para uma melhor condição social futura.

3.2.12 Josué Augusto Nimbo (Aldeia Urbana Nova Canaã)

A liderança da aldeia urbana Nova Canaã, localizada na zona leste de Campo Grande/MS, no bairro Serraville, chama-se Josué Augusto. Josué fala primeiramente de sua infância, em que teve dificuldades para o aprendizado na escola em virtude da língua. Josué faz algumas considerações a respeito de como foi a constituição da aldeia, a participação das pessoas que compõem o conselho da liderança e da participação das mulheres.

Meu nome é Josué Augusto Nimbo. Eu sou natural de Miranda, no Mato Grosso do Sul, da aldeia Moreira *Pilad Reboá*¹⁷, como é conhecido também. Aí eu nasci nessa aldeia e meus pais me criaram, é na aldeia e estudei lá. No início eu estudava na aldeia mesmo, e antigamente era primeiro ano vinha segundo e terceiro quarto. Na época, como eu tinha dificuldade de falar em português quando fui para estudar na cidade, na escola, em Miranda, eu tive dificuldade. Eu não sabia falar em português, eu não entendia o que a professora estava dizendo. Quando explicava as matérias, eu tinha a maior dificuldade. Mas graças a Deus, eu venci, fui aprendendo e agora eu sei falar em português graças a Deus. Sempre trabalhei desde os 13 anos de idade. Antigamente não tinha negócio de menor não poder trabalhar. Hoje em dia é tem a lei que não deixa menor trabalhar. E até hoje eu trabalho. Eu estou aqui em Campo Grande desde 2001 que eu cheguei aqui em Campo Grande em busca de trabalho. Em Miranda, na aldeia Moreira, meu irmão foi cacique e eu tenho um irmão que é pastor também. E eu nunca pensei que fosse ser um líder aqui em Campo Grande. É porque no início eu vim pra cá, como eu falei, é por causa do trabalho. Aí foi surgindo, aí abriu a porta de primeiro, comecei a ajudar os caciques. Aí eu já estava cotado para ser cacique lá na minha aldeia. Aí eu vim embora para Campo Grande. Surgiu um movimento indígena aqui em Campo Grande e veio a oportunidade de eu me tornar um líder, aí é a gente também tem que gostar. Tem que fazer correria para comunidades, e a gente sempre tem essa vontade de trabalhar junto das pessoas e a gente tem que ter amor ao próximo. E a comunidade é assim, tem correspondido assim, que apoia a gente, assim o nosso trabalho, porque o cacique tem que trabalhar transparente, tem que trabalhar unido com a comunidade. É importante a união com os moradores da comunidade, os habitantes. Eu morei aí na comunidade Estrela da Manhã no início, como lá não comportava todas as pessoas, vieram 20 famílias para cá, aí formou essa comunidade. A tendência é aumentar, 5, 10 anos atrás, os que eram de menor cresceram e casaram, constituíram família e aqui na comunidade já tem 27 famílias, está aumentando, só cresce. E sim, todos são indígenas, 27 famílias são indígenas, tem 120 pessoas. Tem o presidente do conselho e tem os companheiros também, que ajudam a gente, as lideranças. A gente tem que trabalhar unido com essas lideranças e também com a comunidade. E também a gente tem que ter amizade com os caciques, com os demais caciques e dialogar com eles a respeito do trabalho para desenvolver. Sempre que tem reuniões com os caciques urbanos, para poder fluir o trabalho, tem que ter amizade, é união com os demais caciques e com as lideranças locais também e com a própria comunidade. A participação das mulheres é muito importante dentro da liderança, dentro da comunidade indígena, porque às vezes tem certos assuntos assim que cabe só às mulheres

¹⁷ Localizada no município de Miranda/MS.

(Cacique Josué Augusto, aldeia Nova Canaã. Data da entrevista: 17/05/2024).

O problema levantado por Josué na sua infância e juventude parece ser uma dificuldade enfrentada não somente por ele, mas, pela grande maioria dos indígenas oriundos das aldeias rurais: a dificuldade com a língua portuguesa. Josué também é membro de uma família de líderes, já com contexto rural. É interessante que ele explica como ocorreu a formação da AU Nova Canaã. O saber buscar melhorias é destacado em seu relato, assim como a transparência do cuidar da liderança nas atividades que realiza. Outro aspecto interessante é o fato de que as mulheres aparecem como necessárias no grupo político porque havia assuntos específicos a elas.

A Enir, que liderou ali no Marçal de Souza, fez um trabalho muito bom na comunidade. Tem muitas mulheres que estão se destacando aqui dentro das comunidades indígenas daqui de Campo Grande. Hoje em dia é importante o papel das mulheres. A relação é boa assim com as demais comunidades, porque a gente precisa de ajuda de outros caciques para tratar de uns assuntos no coletivo com as outras comunidades e lideranças, são reuniões, seja na Funai ou na prefeitura, órgãos do estado e o próprio governo federal, ou seja, um trabalho em conjunto. Em relação com os parentes que se encontram nas aldeias rurais, mantemos relações e eu tiro por mim, já estou com saudade das minhas irmãs, dos meus irmãos em Miranda, mantemos essa relação por causa da nossa origem. Quem sabe um dia a gente retorne para ficar lá quando a gente se aposentar, para pescar lá no rio, colocar a rede assim debaixo daqueles pés de mangueira que tem uma sombra boa. No início, eu achei um pouco distante. Eu não sei se é que eu não estava também envolvido na liderança. Aí de um tempo para cá, melhorou bastante com relação aos não indígenas. Eu tiro por mim assim, aqui na comunidade, essa vizinhança não indígena, eles gostam da gente, temos amizade. Quando fizemos a festa aqui no Dia do Índio, vieram muitos não indígenas para prestigiarem a festa e gostaram. Então eu digo que melhorou bastante assim com relação aos não indígenas, também na prefeitura, nos órgãos do estado, do governo federal. Para nós a cultura e o idioma terena não podem acabar. Eu falo perfeitamente, eu sou da raiz ainda daquele tempo antigo. Meu pai e minha mãe, não entendiam muito bem o português assim como eu. Aí a gente procura manter o idioma terena dentro da comunidade indígena e também as danças indígenas. É sim uma tradição. E para a gente ser vistos pelos não indígenas e para saber que a nossa cultura não acabou e não pode acabar. Aí a gente vai passando para as futuras gerações para permanecer, tem que permanecer. Aqui a maioria dos indígenas está no setor de obras em construção. A maioria trabalha nessa área, mas tem alguns indígenas, que graças a Deus, estão estudando. Um exemplo é meu neto que está fazendo letras e tem alguns indígenas aqui que já estão bem adiantados (Cacique Josué Augusto, aldeia Nova Canaã. Data da entrevista: 17/05/2024).

Josué fala do envolvimento e das relações estabelecidas com os não indígenas que moram nas proximidades da aldeia. A relação entre eles parece ser amistosa, visto que ele relata que alguns não indígenas são amigos e que essa harmonia que podemos perceber nos tempos atuais é algo que merece ser enaltecido. Como a maioria dos indígenas que se inserem

dentro do contexto urbano, ao chegarem à cidade, os homens começam a trabalhar na construção civil e as mulheres trabalham como empregadas domésticas, mas Josué ressalta que, atualmente, este cenário vem mudando. Os mais jovens começaram a se qualificar com cursos e alguns até de graduação, algo valorizado por ele, como liderança.

Graças a Deus aqui eu cito que a minha comunidade não tem esse tipo de problemas. Porque eu, principalmente, procuro ter amizade com todas as pessoas, sejam indígenas, não indígenas. Seja criança, jovens, adultos, eu gosto de fazer amizade sim com as pessoas, seja indígena, não indígena. Graças a Deus não temos esse problema, na minha comunidade, dentro da comunidade, graças a Deus. Aqui na aldeia, é muito importante pois nós temos que também se alinhar para o desenvolvimento moderno. Quando eu cheguei aqui em Campo Grande, eu não possuía esse celular porque eu não sabia mexer, mas a gente tem que aprender assim dentro da sociedade. Hoje em dia a vida está muito atrelada, mas, queira ou não queira, a gente precisa se inteirar das novas tecnologias. Assim é possível concluir a casa moradia, então é o meu sonho que todos consigam terminar de fazer a sua casa, a sua casinha, para ficar tranquilo. E também é o meu sonho de colocar assim calçados em volta, de fazer uma pista assim, porque a gente está dentro da zona urbana. E o desenvolvimento vem chegando cada vez mais e a gente tem que estar no meio deste desenvolvimento. Eu torço, eu quero que meus irmãos indígenas também consigam prosperar em todo o setor, seja na área de saúde, moradia e também nos estudos e financeiramente também. Ser uma boa liderança eu tomo como exemplo a nossa comunidade. Quando chegam algumas doações e a gente tem que chamar as pessoas, trabalhar certinho. E tem que ser honesto também com todos. Para os liderados, terem mais confiança na pessoa do líder e também no que ele faz, né? É porque se o líder trabalhar mal, aí os liderados, vão querer tirar. Agora, se for uma boa liderança, vai ficar ali (Cacique Josué Augusto, aldeia Nova Canaã. Data da entrevista: 17/05/2024).

Novamente, ser bom líder é saber buscar melhorias, se comunicar com todos e ser transparente em suas ações.

A diferença é que na aldeia rural é diferente das demandas de lá, porque na área rural lá tem mais terras para plantar. Então a luta deles é nessa área, né? Assim, eles querem assim ter plantações. Tipo plantar mandioca, feijão, essas coisas. Mas eles trazem para cá, para a capital. Agora, no contexto urbano é diferente. Em termos de moradia, pois ainda tem indígenas que não conseguiram legalizar a aldeia, a comunidade. Então a maior luta é o que eu acho, do meu ponto de vista, é em termos de moradia. Em termos de moradia, eu gostaria que os governantes sejam municipais, estadual, federal, olhassem com mais amor e carinho. Ainda tem patrícios aqui que não conseguiram sair do barraco ainda porque viram que é caro demais materiais como telha e madeira. Mas graças a Deus o mais importante é conseguir um terreno. Outra coisa que queria ressaltar é que há algum tempo atrás, muitos jovens se perdiam nos caminhos da vida, mas graças a Deus, hoje, muitos estão indo em uma igreja, e assim evita esse tipo de problema e também abre a mente. Vai procurar estudar, igual eu falei para ter alguma coisa, é casa própria, carro, uma família boa assim futuramente. Então isso que meus pais diziam para mim, né? Então eu passo para os meus netos também, né? Eu falo assim com os meus netos e graças a Deus os meus netos têm correspondido assim, né? Eu tenho um neto aqui, que estuda na UFMS e a

gente agradece a Deus por isso (Cacique Josué Augusto, aldeia Nova Canaã. Data da entrevista: 17/05/2024).

Apesar de apontar diferenças entre morar em uma aldeia rural e uma aldeia urbana, a questão da luta por terras no caso da primeira, e por moradia na segunda, vimos que o terreno é a principal necessidade também na cidade. Depois disso, as lutas se concentram mais na questão das moradias envolvendo o saneamento básico, infraestrutura e lazer para os indígenas que vivem na cidade. Assim, percebemos o incentivo que ele promove para os mais jovens da aldeia para que estudem. Relata que dois de seus netos fazem faculdade e para ele isto é muito significativo, pois aumenta as chances de eles terem um futuro melhor. Contudo, deixando claro que continuem a transmitir suas origens e tradições, que são a marca registrada de seu povo.

3.2.13 Considerações sobre as lideranças das aldeias urbanas em Campo Grande/MS

No que diz respeito às lideranças das aldeias urbanas em Campo Grande/MS, podemos considerar algumas características e impressões que podem ser compreendidas através das ações efetivas destes líderes. Consideramos, a seguir, a variabilidade dos perfis destas lideranças urbanas a partir da leitura realizada por Paulo Baltazar em sua dissertação de mestrado, cujo título é “O processo decisório dos Terena” (2010).

Tradicionalmente, os Terena têm grande capacidade de mobilidade espacial e geográfica e, por isso, percorreram, ao longo da história, muitas terras férteis, para realizarem o plantio, tanto para o próprio sustento, quanto para comercializarem. A escassez de terras boas para realizarem o plantio, e a superpopulação em pequenas reservas indígenas, aliadas à falta de serviços relacionados à saúde e empregos foram os motivadores deste processo migratório terena para as cidades nos últimos anos, como já foi explicitado. Além disso, a proximidade das aldeias rurais com as cidades resultou noutro fator incentivador desse deslocamento em massa.

Em 1985, os Terena residentes em Aquidauana fundaram a “Associação dos Índios Terena Residentes na Área Urbana de Aquidauana e Anastácio”. O objetivo era congregar os membros da etnia que habitavam a cidade, e, ao mesmo tempo, quantificar, localizar e mapear os endereços residenciais. Juntos, discutiam os problemas que enfrentavam, levando suas reivindicações aos órgãos públicos competentes. A presença dos Terena em Aquidauana justifica-se pela busca de melhores condições de vida e melhor educação para os seus filhos. Na base desse deslocamento está o desejo de trabalhar na sociedade urbana como assalariado, muitas vezes sem nenhuma qualificação profissional. Geralmente, desempenham trabalho braçal, como “changueiros”, guardas noturnos e ajudantes de pedreiro. Quando são

contratados pelo poder público municipal, executam serviços de garis, cortadores de árvores e serviços gerais (Baltazar, 2010 p.47).

Após anos de luta e reivindicações dos Terena frente ao poder público, nota-se que sua ação se restringe ao estritamente necessário, do que realmente deve ser feito na questão das melhorias para os indígenas citadinos. O que o poder público deve ter em mente, é que este processo decisório dos Terena em se mudarem para as cidades tem a ver com um contexto que ele mesmo elaborou para que se tornasse assim. Por isso, o Estado precisa ser mais atuante do que o mínimo necessário, em relação às demandas dos indígenas urbanos. O que vemos nos tempos atuais, principalmente em Campo Grande/MS, é o mesmo que foi exposto por Baltazar em 2010, em Aquidauana/MS, sendo a intensa batalha para que minimamente o poder público atenda às necessidades dos indígenas.

Na atualidade, a escolha do Presidente do Conselho, Cacique e Vice Cacique passam pela decisão do grupo de pessoas que apoiam uma candidatura para o cargo de Cacique da Aldeia. São cargos importantes geralmente oferecidos às pessoas que representam e lideram famílias extensas, sempre procurando obter grande quantidade de votos e visando a garantir a eleição do Cacique. Os indígenas que ocuparam o cargo de Cacique, Vice cacique ou Presidente do Conselho e que foram entrevistados afirmaram que o processo decisório, quando é conduzido na forma tradicional, é a melhor forma de decidir os assuntos de seu interesse. As pessoas não ficam desconfiadas e tudo acontece de forma transparente para todos, principalmente para os moradores da aldeia. (Baltazar, 2010, p. 54-57-58).

Em linhas gerais, em praticamente todas as aldeias urbanas em Campo Grande, percebe-se a presença ativa dos caciques, vice-caciques e representantes dos conselhos de lideranças. Todas as lideranças disseram que a eleição é democrática e alguns até já estão em um segundo mandato, o que mostra o bom trabalho realizado pelas lideranças e pelos conselhos. Todos os anseios e aspirações por melhorias dentro das cidades são unanimidades dentro da população indígena urbana de Campo Grande/MS e, como vemos, o diálogo e o consenso são regras irrefutáveis dentro das decisões a serem tomadas politicamente. Até os anos de 1990, Baltazar (2010) coloca que a liderança das aldeias era majoritária e escolhida por meio tradicional em que representantes de famílias extensas concorriam a “eleição” tradicional. Contudo:

A década de 1990 marcou o fim do modelo tradicional de escolha dos “nâti” e o início de um novo modelo de escolha do cacique por meio do processo eleitoral do voto secreto e democrático, segundo o modelo utilizado no mundo do branco. Hoje os políticos regionais brancos acompanham atentamente o processo eleitoral indígena, às vezes patrocinando um candidato indígena de sua preferência para o cargo de cacique da aldeia com vistas à obtenção de votos para suas próprias candidaturas. O voto dos índios passou a ter peso nos rumos político-partidários das eleições dos brancos (Baltazar, 2010, p. 61-62).

Nota-se uma clara percepção dos políticos não indígenas, em relação à importância do investimento em um cacique que possa vir a angariar uma boa quantidade de votos para si próprios. A eleição de Jair de Oliveira em meados dos anos 70 para a câmara de vereadores de Aquidauana/MS mostra esta característica estratégica tanto dos não indígenas quanto das lideranças indígenas para conseguirem benefícios em seus contextos específicos. Em Campo Grande, esta percepção de que é necessário estar inserido na política urbana para que possa conseguir as benfeitorias ou ao menos potencializar as forças capazes de realizarem tal feito já tem seus representantes, contudo, ainda não foi efetivada por meio da eleição de um vereador indígena na cidade.

Ouvindo as lideranças das aldeias urbanas de Campo Grande/MS, percebe-se que os indígenas dão um sentido e valor especial a palavra e que gostam de ser ouvidos. Percebe-se também que a sociedade não indígena, de um modo geral, não trata mais com hostilidade os indígenas que moram aqui e alguns relatam que a proximidade gerou várias amizades entre indígenas e não indígenas.

Majoritariamente, os homens indígenas conseguem serviços na construção civil e as mulheres comercializam produtos e artesanatos e trabalham como empregadas domésticas e prestações de serviços. Mas algumas lideranças relatam que muitos já estão começando a se qualificar e, em alguns casos, montam o próprio negócio como uma pequena empreiteira gerenciando trabalhadores no ramo da construção civil. Assim, foi relatado pelas lideranças que, durante os seus mandatos e na convivência com as pessoas da aldeia, eles procuram incentivar os adultos e os mais jovens a ingressarem na faculdade para garantir uma melhor qualidade de vida para suas famílias e para o seu povo.

Outras considerações devem ser feitas no que diz respeito às lideranças indígenas em Campo Grande/MS e que marcaram bastante esta série de entrevistas realizadas. A primeira é a luta incansável das lideranças, por um espaço para a realização de eventos culturais, políticos e de lazer para todas as comunidades e aldeias, seguindo o modelo da primeira aldeia urbana do Brasil Marçal de Souza. Além do espaço comunitário, a totalidade pavimentada da aldeia é um objetivo comum. O incentivo que algumas destas lideranças tentam promover em relação à língua materna. Isso porque, convivendo dentro da cidade, muitos vão deixando de utilizá-la e nota-se um certo temor de que ela não se perca nas gerações futuras. Para fechar, uma consideração importante, deve ser realizada: trata-se da participação das mulheres indígenas que compõem, em todas as aldeias entrevistadas, participações muito importantes nas decisões políticas, sociais e culturais dentro de cada aldeia. Algumas exercem a liderança da aldeia e demonstram trabalhos exemplares dentro da administração das mesmas, outras

participam ativamente das decisões e implementações de projetos em prol de determinado grupo dentro dos conselhos, vice-caciques e outros pontos de apoio.

As mulheres, por sua vez, desempenham um papel político importante e que merece ser ressaltado. Além dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos, elas participam também nas decisões comunitárias, através de conversas com os homens, nas refeições ou nas horas vagas, durante o *tereré* ou *chimarrão*. Longe dos holofotes e olhares indiscretos da comunidade, elas se comportam como grandes estrategistas, influenciando fortemente nas decisões dos homens de fato, no entendimento dos indígenas, é obrigação do chefe, seja “*purútuye*” ou não, a generosidade, dar tudo o que eles pedem. Quando isso lhes é negado, o chefe perde o respeito e é desconsiderado, como se não tivesse nenhum poder. Diante desses conflitos, qualquer ato contrário por parte dos indígenas podia ser considerado pelas autoridades governamentais como “revolta” ou “insubordinação” (Baltazar, 2010, p. 54-57-58).

3.3 AS LIDERANÇAS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEAS

Em relação às novas formas de lideranças indígenas, nos embasaremos em alguns dos textos de Luiz Henrique Eloy Amado, indígena terena¹⁸. Nestes textos, Eloy Amado (2017) descreve, através de uma base etnográfica, os processos da retomada das terras pelas lideranças terena no Estado do Mato Grosso do Sul e faz reflexões baseadas nos constantes movimentos de resistência das lideranças indígenas, em que se conecta com elas, ele mesmo uma nova e potente liderança, ampliando as questões políticas e sociais enfrentadas por essas lideranças históricas ao longo dos tempos, que vão surgindo e mudando conforme as lutas aparecem. Como produção da sua tese de doutorado em antropologia social no Museu Nacional¹⁹, Eloy Amado dispõe três motivos para o surgimento das novas lideranças, especialmente entre os Terena.

¹⁸ “Secretário Executivo do Ministério dos Povos Indígenas. Jurista indígena com experiência de atuação no Supremo Tribunal Federal (STF) e Organismos Internacionais. Foi coordenador do Departamento Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ). Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito (UFF). Pós-Doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris. Realizou estágio de pesquisa na Brandon University, com foco em conflitos territoriais indígenas, por meio do Emerging Leaders in the Americas Program (ELAP), do governo do Canadá. Atuou como coordenador do Observatório Povos Indígenas e Sistema de Justiça Criminal da APIB. Atuou como membro do Grupo de Trabalho Direitos Indígenas: acesso à justiça e singularidades processuais, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foi membro da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), na Associação Brasileira de Antropologia (2019-2020). Foi Membro da Comissão Especial para defesa dos direitos dos povos indígenas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (2012-2016). Integrante do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF-UFF). Pesquisador associado do LACED - Laboratório de pesquisas em etnicidade, cultura e desenvolvimento (Museu Nacional - UFRJ). Fundador da Revista Terena Vukapanavo”. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/5632121/luiz-henrique-eloy-amado>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

¹⁹ “Vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, figurou até o ano de 2018 como um dos maiores museus de história natural e também, de Antropologia das Américas o direito originário sobre os territórios tradicionalmente ocupados” (Amado, 2017, p. 2).

A primeira justificativa que apresento é de ordem pessoal. Lembro-me do meu ingresso no doutorado, quando a banca me questionou o porquê de estudar o meu próprio povo, já que é corrente tradicional na antropologia estudar o “outro”. Neste ponto resgato minha história de vida, calcado na minha origem, pois não é possível fazer esse dissociamento. Para nós, pesquisadores indígenas, a única razão de deixar a aldeia e ingressar na universidade é ter a certeza que poderemos nos apropriar desses “ditos conhecimentos científicos” e de alguma maneira usá-los em prol de nosso povo. A isto se alia a justificativa de ordem acadêmica. É a oportunidade do pesquisador indígena, enquanto porta voz de seu povo, falar em nome dele. Como é corrente entre nós Terena a expressão “já chega do purutuyê [branco] falar por nós! Nós temos que falar por nós agora, é para isso que enviamos nossos jovens para as universidades, para competir de igual”. Além disso, a passagem pela academia é o momento oportuno para (re) ver tudo o que foi escrito sobre nós pelos purutuyê. A terceira justificativa é de ordem social, pois além de refletir criticamente sobre o tratamento histórico dado aos povos indígenas e sobre as relações interétnicas estabelecidas com o purutuyê, faz-se necessário assentar balizas que demonstrem como o saber dito científico aliado ao conhecimento tradicional pode contribuir para o reconhecimento de direitos, especialmente (Amado, 2017, p. 5).

O primeiro ponto a ser discutido parte do princípio de que o “despertar” das novas lideranças entre os povos indígenas, em especial dos Terena, remete, inicialmente, a uma estratégia terena de fortalecimento da luta histórica por suas terras e, como consequência, à manutenção de sua cultura. Nela, o conhecimento científico torna-se apreendido e manipulado pelos pensadores indígenas em prol da conquista, da defesa, dos direitos aos indígenas, volta e meia são ameaçados pelos “desenvolvimentistas”, dentro da sociedade não indígena (Eloy Amado, 2017). O outro ponto importante de sua fala é o incômodo dos Terena em observarem a produção de conhecimento científico sendo feita historicamente pelos “brancos”, que passam a ser as referências dos saberes indígenas - ao invés dos seus verdadeiros detentores. Aqui, compreendemos então que uma das metas das novas lideranças tem sido aliar os conhecimentos tradicionais indígenas aos conhecimentos científicos, aprendidos nas universidades, tendo como resultado uma maior eficácia no diálogo com os não indígenas, a respeito dos direitos, culturas e modos de vida dos indígenas.

As lideranças indígenas foram visionárias ao estabelecer a “luta com a caneta, não mais apenas com o arco e flecha”. O trabalho da pesquisadora indígena Simone Eloy Amado (2018), nos ajuda a entender essa dimensão a partir da experiência do Mato Grosso do Sul. Atualmente existe um número considerável de advogados e advogadas indígenas que estão atuando nos departamentos jurídicos da APIB, COIAB, APOINME, Conselho Terena e outras organizações indígenas de base. A prática da advocacia indígena é executada de forma alinhada com as orientações das lideranças indígenas. Tais orientações podem ser de ordem política e até mesmo espiritual, por meio dos ancestrais. O local vai desde o chão batido da aldeia ou retomado, até os mais variados tribunais. Nem sempre são compatíveis com os procedimentos positivistas da ciência jurídica ou da ortodoxia dos tribunais. Por isso, em muitos aspectos, a prática se aperfeiçoa como método contra

hegemônico e seu sentido só é perceptível ao final, quando os encantados proclamam a vitória indígena, nem sempre bem compreensível pela tradicional prática jurídica (Amado, 2022, p. 5).

Claramente, a estratégia da inserção dos indígenas dentro da universidade demonstra a maneira visionária que as novas lideranças indígenas estão tendo ultimamente.

Ademais, aliado a tudo isso se encontra a capacidade de transitar entre os anseios do movimento indígena e a academia. Os saberes produzidos pelos cientistas, aliados à estratégia política e tradicional, servem de base para a incidência do movimento indígena. A prática da pesquisa-ação nesta situação é preponderante, haja vista a constante reivindicação para que os cientistas deixem suas torres de marfim e conectem o conhecimento à prática social. Este aspecto tem mão dupla, pois exige, de igual modo, por parte dos indígenas, a disposição para transitar entre os saberes tradicionais e os saberes que estão sendo produzidos no intramuro das universidades (Amado, 2022, p. 6).

Notavelmente, percebe-se que a mensagem transmitida por essas novas lideranças indígenas remete a uma reflexão no sentido de que muitos cientistas e pesquisadores devem deixar um pouco de lado os escritos, para realizarem essas pesquisas no campo, ou seja, de forma empírica. A pesquisa etnográfica ganha grande importância e responsabilidade nisso.

Na medida em que nas universidades os indígenas vão se apropriando desses “saberes”, os mesmos vão assentando introduzindo os saberes científicos produzidos pelos *purutuye*. Neste sentido, Amado (2017) destaca como novas lideranças professores indígenas, acadêmicos, curandeiros, xamãs e muitas mulheres. Os ex-caciques e os caciques ainda seguem a linha da liderança tradicional, carregando em si os saberes e crenças, não importando a temporalidade, mas sim a manutenção da identidade indígena, aonde quer que eles possam ir, na aldeia rural ou urbana, transmitidos de geração em geração. Porém, agora, com o auxílio dessas novas lideranças.

Nas assembleias e conselhos terena, percebe-se que o que produz a mobilização das lideranças indígenas, novas ou antigas; as une:

Desde 2012, as lideranças do povo Terena, organizado por meio do Conselho do Povo Terena - organização tradicional constituída por caciques e líderes de retomadas -, têm feito o enfrentamento na luta pelos seus direitos, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento formal dos territórios tradicionalmente ocupados. Através da realização da Hanaiti Hou’nevo Têrenoe (Grande Assembleia Terena), as lideranças têm discutido e tomado decisões importantes sobre o território, saúde, educação, sustentabilidade e política de representação nas instâncias institucionais. Assim, no ano de 2012 realizamos várias reuniões locais na terra indígena Taunay/Ipegue tendo como pauta principal a questão fundiária. A presença dos professores indígenas era marcante juntamente com vários outros jovens que estavam cursando graduação nas universidades de Mato Grosso do Sul (Amado, 2017, p. 9).

A comissão de jovens do “Conselho do Povo Terena” tem vital importância exercendo o papel de levantamento e divulgação nas redes sociais, das reivindicações relacionadas aos temas pertinentes mencionados na citação. Segundo Amado (2017), o suporte dado pelos estudantes e professores às lideranças “de base” nas estratégias de retomada das terras, é fundamental. Logo, existem três camadas de ação política: na central, ficam as lideranças; envolta destas, estão os professores; e, por fim, os acadêmicos, formando uma rede de proteção às lideranças.

Um exemplo de como seriam as ações das lideranças, retomamos, então, como se deram suas últimas conquistas fundiárias:

Diante da inércia do poder público em cumprir a determinação constitucional de demarcar as TIs, o Conselho do Povo Terena, por meio de seus caciques e lideranças, deliberou a imediata retomada de seus territórios. Nessa esteira, nos últimos cinco anos os Terena reocuparam aproximadamente 45 mil hectares de terras, constituindo inúmeros acampamentos indígenas. No município de Dois Irmãos do Buriti, temos as retomadas 10 de maio, Pahô Sîni, Terra Vida e Cambará. No município de Miranda estão as retomadas Maraoxapá, Mãe Terra, Charqueada e Kuixóxono Utî. Em Aquidauana estão as retomadas Esperança, Maria do Carmo, Cristalina, Ouro Preto, Persistência, Capão da Arara, Ipanema, Touro e Santa Fé (Amado, 2017, p. 17).

Estas ações de retomadas e ocupações ocorrem em virtude da demora e do descaso do poder público em relação à efetivação da Constituição Federal de 1988. Vimos que elas também ocorrem no contexto urbano. Sabemos, no entanto, que elas sofrem represálias dos não indígenas, em que as lideranças são perseguidas e assassinadas.

É notório, de igual modo, o processo de criminalização de lideranças indígenas e aliados do movimento indígena em curso no Estado e no Brasil. Eu mesmo enfrentei, em menos de dois anos, processos disciplinares na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), um deles com pedido de cassação de meu registro como advogado, assinado pela Comissão do Agronegócio da entidade. A perseguição aumentou depois que atuei na ação judicial que suspendeu a realização do chamado “Leilão da Resistência”, criando obstáculos intangíveis aos realizadores do evento. Em março de 2014, os ruralistas também manejaram uma ação judicial para tentar impedir que eu defendesse minha dissertação de mestrado dentro da terra indígena, justamente porque tratava do direito territorial dos povos indígenas (Amado, 2017, p. 19).

Claramente, tal perseguição não ocorre somente no MS, o governo federal da época realizava essas perseguições às lideranças indígenas, como forma de intimidação, em função destas lideranças denunciarem o descaso cada vez maior do governo com a garantia dos direitos aos povos indígenas.

Destaca-se o contínuo processo de criminalização e perseguição a lideranças e organizações indígenas. No dia 26 de abril de 2021, uma das coordenadoras executivas da APIB, Sônia Guajajara, uma liderança indígena conhecida internacionalmente por sua luta em defesa dos direitos indígenas, foi intimada a depor junto à Polícia Federal. A motivação se deu em razão da APIB produzir a série Maracá - Emergência Indígena em 2020, a qual denunciou as violações do direito à saúde dos povos indígenas, por parte do governo federal brasileiro. No dia 30 de abril de 2021, a liderança Almir Suruí, um renomado defensor dos direitos dos povos indígenas, também foi inquirido a se manifestar pela Polícia Federal (Amado, 2022, p. 13).

De acordo com a Constituição Federal, a demarcação territorial indígena tinha um prazo para que fosse realizada. Todavia, diversos setores poderosos da sociedade não indígena arregimentam forças diversas dentro dos três poderes – executivo, legislativo e judiciário – para atrasar ou impedir que ela ocorra conforme o descrito em lei.

Vivenciamos um contexto extremamente adverso aos povos indígenas, no que tange a implementação da política indigenista, marcado especialmente pela conduta autoritária e colonial da Fundação Nacional do Índio dos povos indígenas (FUNAI), que vem atuando na contramão dos direitos e interesses dos povos indígenas, não promovendo a proteção territorial, facilitando a exploração dos territórios, perseguindo e criminalizando lideranças indígenas e abandonando a defesa judicial de comunidades indígenas, entre outros. Em grande medida, problemas estruturais que afetam os territórios indígenas recrudescentes nos últimos anos, aliados à postura da atual gestão do presidente Jair Bolsonaro, o qual desde o início adotou medidas que privilegiaram o mercado e o agronegócio em detrimento dos direitos indígenas e da proteção ao meio ambiente. Em nome de um suposto desenvolvimento, tem-se incentivado a exploração nos territórios indígenas, fato que está intimamente relacionado ao aumento das invasões, atividades ilegais de garimpo, aumento do desmatamento, queimadas ilegais e grilagem de terra pública (Amado, 2022, p. 2).

Percebe-se que as constantes lutas que os Terena, e em geral os povos indígenas, têm de travar contam com uma certa “indolência” de alguns setores, que em tese deveriam fiscalizar e cobrar o poder público para que fosse exercida a garantia dos direitos em relação aos povos indígenas. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)²⁰, segundo o autor, tem tido condutas de certa forma arbitrárias, ao invés de amparar e trabalhar juntamente com

²⁰ “No primeiro ano em que o antigo Dia do Índio passa a se chamar Dia dos Povos Indígenas, celebrado nesta quarta-feira (19), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) comemora a instituição do novo nome e promove uma série de programações no Abril Indígena 2023. O novo nome da data é resultado da aprovação do projeto de lei nº 5.466/2019, de autoria da presidenta da Funai, Joenia Wapichana, enquanto exercia seu mandato de deputada federal. A mudança, aprovada pelo Congresso em 2022, teve o objetivo de representar de maneira mais apropriada a diversidade cultural e étnica dos povos originários. Para Joenia, a alteração foi fundamental para a celebração da diversidade dos Povos Indígenas, pois o termo ‘índio’ tem conotação pejorativa. ‘O propósito é reconhecer o direito desses povos de, mantendo e fortalecendo suas identidades, línguas e religiões, assumir tanto o controle de suas próprias instituições e formas de vida quanto de seu desenvolvimento econômico’, afirmou a presidenta, à época”. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dia-dos-povos-indigenas-funai-celebra-novo-nome-da-data-e-promove-acao-de-fortalecimento-da-politica-indigena>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

os movimentos indígenas, na maior parte das vezes fazendo o inverso ao que seria seu papel. Neste contexto adverso, as dificuldades e os desafios dos movimentos sociais indígenas se potencializam:

Em tempos tão difíceis que marcaram a humanidade, os povos indígenas demonstraram profunda capacidade de articulação e trânsito entre práticas e saberes. É a partir deste pressuposto que queremos chamar atenção para alguns elementos iniciais: a) a capacidade do movimento indígena brasileiro se articular e se reinventar frente ao contexto e às estruturas opressoras; b) o formato de incidência a partir da prática da advocacia indígena; c) a eleição de casos para litigar estrategicamente perante o Supremo Tribunal Federal; e, d) a busca constante de diálogo entre os anseios do movimento indígenas e a academia (Amado, 2022, p. 3).

Observa-se a resistência e a resiliência das lideranças indígenas, tanto neste período difícil, explicitamente anti-indígena, que foi a gestão Jair Bolsonaro, quanto da união das mesmas, como movimentos sociais organizados que, ao mudarem toda a logística das reuniões e assembleias terena, se adaptaram ao contexto pandêmico e de isolamento social, durante a epidemia da COVID-19, entre 2020 e 2022. Algo que vem desse empoderamento estudantil indígena, no aprendizado e acesso aos meios digitais de informação e entretenimento.

Transformação é a palavra-chave quando se trata das chefias, nas sociedades indígenas, e o que nos chama a atenção seria essa propensão, principalmente das novas lideranças, em se adequarem à realidade que se apresenta. Um prejuízo muito grande, em relação aos avanços anteriores, ocorreu durante o período do último governo, juntamente com a pandemia, este movimento político buscou o enfraquecimento de alguns órgãos e instituições indígenas, responsáveis por atender às demandas e dar assistência à população indígena no Brasil. Mesmo assim, o movimento indígena tem se mostrado resistente e com isto, mantendo sua estrutura e organização, reinventando-as, para resistir perante as muitas adversidades que enfrenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados, gostaríamos de relembrar o percurso realizado neste trabalho. Apresentamos no primeiro capítulo, um breve contexto histórico dos povos indígenas dentro do território que hoje é chamado de Mato Grosso do Sul, desde a época em que os colonizadores europeus chegaram neste território e começaram a estabelecer relações com os indígenas. Neste sentido, optamos por abordar a história a partir do olhar terena, apontando os quatro tempos históricos colocados pelo autor indígena Claudionor Miranda (2006): Tempos antigos, tempos de servidão, tempos atuais e tempo de despertar.

Muitas lutas marcaram em todos estes tempos. Os colonizadores sempre tinham como intenção explorar as terras dos indígenas do território. Mais tarde emerge a guerra da tríplice aliança, em que os indígenas tiveram uma participação muito importante para que o Brasil saísse vencedor. Após o fim do conflito, ao retornarem para seus antigos territórios, muitos indígenas perceberam que eles tinham sido roubados pelos soldados não indígenas com incentivo do governo para ocuparem o chamado “vazio, demográfico do oeste”, e resolveram se mudar para este território. Assim, muitos indígenas para não perderem tudo por completo, resolvem ficar e trabalhar para estes “novos” donos das terras.

Em virtude desta triste situação, muitos indígenas fugiram para todos os cantos do que chamamos hoje de estado do Mato Grosso do Sul e, assim, muitos se espalharam por vários territórios. Diante desta situação, Marechal Rondon durante o período em que ele estava passando por este território, percebeu o quadro e tomou a atitude de demarcar alguns territórios como indígenas, confinando-os todos numa tentativa de evitar confrontos mais graves e o extermínio total dos indígenas. Ao realizar este confinamento, não se atentaram para a questão da existência de várias etnias presentes e a problemática ocorrida desde então seria de várias divergências entre etnias e dentro de cada etnia ocorreriam, tornando essa solução também um problema.

Por volta da década de 60, inicia-se uma espécie de migração dos indígenas para os centros urbanos. Neste contexto, há a exploração dos *purutuye* em relação aos povos indígenas, só que agora nas cidades. Nos anos 90, muitos indígenas decidem iniciar uma nova estratégia perante esta situação: passam a se adequar à vida na cidade grande e a se capacitar mais, tentarem entrar na política dos *purutuyé* a fim de entender como funciona a vida nos centros urbanos, e assim se prepararem melhor para enfrentar os desafios apresentados em questão. Esses desafios vão desde a qualificação para que possam defender os indígenas que ainda permanecem nas reservas, como também para reivindicar direitos nos centros urbanos.

Nos anos de 1990, começam a surgir dentro de Campo Grande/MS as aldeias urbanas para então atender à necessidade dos indígenas que resolveram se estabelecer dentro do perímetro urbano. Essa foi a forma mais eficaz para que eles pudessem ser atendidos diante da situação, mas muitos desafios eles passaram para que o poder público pudesse ter o olhar atento a essa questão, como por exemplo, ficaram por tempos em barracas sem a mínima condição de moradia. Nas ocupações, as lideranças que tomaram a frente da situação e conseguiram que o poder público viesse a atender às suas respectivas reivindicações, gradualmente e com muita luta e união do povo.

No segundo capítulo, enfocamos a obra “A Sociedade Contra o Estado”, de Pierre Clastres (2003). Nela a organização social, a linguagem e a filosofia da chefia ameríndia são observadas como centrais para a compreensão sobre os modos de vida das sociedades indígenas da América do Sul. No quesito da organização social, percebemos a importância de todos os membros de determinado grupo aldeado, sejam eles homens ou mulheres, nas funções que desempenham para a ordenação e união do grupo.

Demos início à exposição do nosso trabalho de campo com as lideranças. As entrevistas foram semiestruturadas e ocorreram no intervalo de um mês. De modo geral, o objetivo era compreender um pouco da história de vida das lideranças e sobre a constituição de cada aldeia urbana. Entendemos que o retrato trocado pela bibliografia antropológica foi preciso e acertou em cheio os motivos das migrações e os principais desafios enfrentados pelos/as líderes dessas aldeias urbanas. Pensamos que nossa principal contribuição está na explanação acerca de como estão, de como funcionam, do que pensam fazer e ser enquanto lideranças, esses caciques e cacicas.

Dentro da gestão das lideranças que são Terena, existe, em todas as aldeias entrevistadas, um conselho de liderança que tem a função de auxiliar o cacique nas tomadas de decisões e também é neste conselho que são aprovadas as decisões em relação às aldeias. A participação das mulheres, tanto na aldeia, quanto na própria liderança, é algo muito importante e que deve ser destacado como algo mais atual em relação à política indígena terena.

No que diz respeito ao mandato dos/das caciques, em sua grande maioria são de quatro anos e são eleitos pelos votos da população. Isso nos mostra que os indígenas, especialmente os Terena, incorporaram dentro da cidade, o modo democrático de escolha de seus líderes que se assemelha com as eleições da sociedade não indígena, embora haja a liderança hereditária ou familiar do modo tradicional que não conflita com o novo modo político de eleição. Em sua maioria, as lideranças indígenas terena das aldeias urbanas de Campo Grande/MS

disseram que um bom líder deve saber ouvir toda a comunidade e tentar, de todas as formas, atender aos pedidos de todos. Seus comandados prezam muito pela capacidade de comunicação das lideranças e pela proatividade das mesmas, pois uma das diligências dos/das caciques é fazer as mediações junto ao poder público e cobrar sempre que possível, as melhorias. Além disso, todas as lideranças foram claras no que diz respeito a incentivar os mais jovens ao estudo e à qualificação profissional, pois somente assim teriam representantes gabaritados para melhor reivindicar as realizações das benfeitorias para os indígenas de maneira geral, questão também reforçada na leitura de Eloy Amado (2020).

Isso demonstra a clara percepção dos indígenas que as estratégias para que possa continuar lutando pelos seus direitos, vem mudando onde as lutas não se encontram apenas nas questões beligerantes como a terra, mas sim, agora como eles mesmos afirmam, com a caneta e o papel onde essa busca se engloba em formarem indígenas advogados, médicos e doutores para que continuem as batalhas para a reafirmação dos seus direitos, de maneira inteligente e de acordo com as leis dos *purutuyé*. Outra questão, que é unânime para as lideranças das aldeias urbanas em Campo Grande/MS, seria que na maioria das aldeias não existe um espaço à altura para que possam ser realizadas as atividades e ações dos grupos. Eles lutam incansavelmente para que um dia possam conquistar um espaço digno para atender a toda comunidade, é o mínimo para o bem viver comunitário, a partir do que aprendemos sobre os Terena. Da mesma forma, constatamos que os indígenas que moram nas aldeias urbanas mantêm contato com os parentes e amigos que moram nas reservas e costumeiramente vão visitá-los. O contrário também ocorre, onde parentes e amigos dos indígenas moradores das reservas os visitam e aí podemos compreender essa cada vez maior migração para os centros urbanos.

A capacidade que eles possuem em se adaptarem a contextos adversos os torna cada vez mais pertencentes de fato, a sociedade não indígena como um todo e aos poucos vai exercendo essa compreensão de que todos só têm a ganhar com a convivência pacífica entre culturas. Isso é o que falta para que algum dia possamos ver todo o suporte social, educativo e político ideal para que todas as etnias presentes dentro do contexto urbano possam ter a qualidade de vida ideal para se viver.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Luiz. Movimento e resistência indígena no contexto pandêmico brasileiro. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 01-25, 29 mar. 2022.
- AMADO, Luiz. **O despertar do Povo Terena para os seus direitos**: movimento indígena e confronto político em Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: Movimentação, 2020.
- AZANHA, Gilberto. As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 61-111, 2005.
- BALTAZAR, Paulo. **O Processo Decisório dos Terena**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.
- BATISTOTI, Aleida Fontoura; LATOSINSKI, Karina Trevisan. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. **Revista Rua**, Campinas, p. 329-355, 2019.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; LADEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC; São Paulo: USP/CTI, 2000.
- BRAND, Antônio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. In: **TELLUS** / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas - NEPPI. Campo Grande/MS: UCDB, v. 4, n. 6, p. 137-150, 2004.
- BRAND, Antônio. Quando chegou esses que são nossos contrários - a ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. **Multitemas**, Campo Grande/MS, n. 12, p. 21-51, 2016. Disponível em: <<https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/1235>>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- CARVALHO, Edgard. **As alternativas dos vencidos**: índios Terena no estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado**: pesquisas em antropologia política. Paris: Éditions de Minuit, 1974. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 13 p. 55-161, 2005.
- GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008. cap. 9, p. 185-213.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MIRANDA, Claudionor. **Territorialidade e práticas agrícolas**: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Campo Grande, 2006.

MUSSI, Vanderléia. **As estratégias de inserção dos índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)**. 2006. 330 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2006.

OLIVEIRA, Roberto. **Do índio ao bugre**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976. p. 103-134.

OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968. p.125-126.

PERRONE-MOISÉS, B. Bons chefes, maus chefes, chefões: elementos de filosofia política ameríndia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/39649>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

RIBEIRO, Débora. Coercitivo. **Dicionário online**, 2013. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/coercitivo/>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

RIBEIRO, Sarah. Etnicidade e política indigenista: breve ensaio sobre suas manifestações no oeste do Paraná. **Diálogos**, v. 6, p. 123-136, 2002.

SÁEZ, Oscar Calavia. **Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em Antropologia**. Edição do autor: Ilha de Santa Catarina, 2013.

SAHLINS, Marshall. **A sociedade afluyente original**. Rio de Janeiro: Contraciv, 2021.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (Parte I). **MANA**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 13-28, abr. 1997.

SANT'ANA, Graziella Reis. Uma análise do processo migratório dos índios Terena para o perímetro urbano da cidade. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2004.

SANTOS, Augusto. **Lutar, festejar, retomar: imagens de movimentos Terena**. 2023. 307 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SILVA, Luiz Felipe Barros Lima da. **Mobilidade terena para assentamentos informais urbanos na periferia da cidade: processos de (re)territorialização da Comunidade Indígena do Jardim Inápolis em Campo Grande–MS**. 2022. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

SZTUTMAN, Renato. **O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens**. 2005. 458 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

URQUIZA, Antonio. **Cultura e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora UFMS, 2013.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis; NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. Povos indígenas em contexto urbano: as tensões e os desafios na busca pela afirmação étnica na cidade. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 15, p. 257-271, 2023.